

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO**

**A psicologia acadêmica e os estudos  
feministas e de gênero no Recife: interfaces,  
tensões e possibilidades**

**MARIANA BORELLI RODRIGUES**

Recife, Julho de 2013

**MARIANA BORELLI RODRIGUES**

**A psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero no Recife: interfaces, tensões e possibilidades**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karla Galvão  
Adrião

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

R696p Rodrigues, Mariana Borelli.  
A psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero no Recife :  
interfaces, tensões e possibilidades / Mariana Borelli Rodrigues. – Recife: O  
autor, 2013.  
120 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karla Galvão Adrião.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH.  
Pós-Graduação em Psicologia, 2015.  
Inclui referências e anexo.

1. Psicologia. 2. Estudos feministas. 3. Identidade de gênero - Estudos.  
4. Ciência – Aspectos sociais. I. Adrião, Karla Galvão (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2015-135)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO**

**A psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero no Recife:  
interfaces, tensões e possibilidades**

Comissão Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Karla Galvão Adrião  
1º Examinador/Presidente

---

Prof<sup>ª</sup>Dr<sup>ª</sup> Juliana Perucchi  
2º Examinador

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro  
3º Examinador

Recife, 19 de julho de 2013

## AGRADECIMENTOS

Ao pequeno grande amor da minha vida, **Bernardo**. Por toda força que a expectativa de sua chegada ao mundo me proporcionou para entrar no mestrado. Por toda força que seus olhinhos cheios de alegria me proporcionaram para concluir essa etapa da vida.

À **Karlinha**, por toda humildade, simplicidade e compreensão. Por além de ser orientadora, ser amiga. À **Raissa**, por todo o companheirismo incomensurável, pela descoberta do feminismo. Às duas, por toda a cumplicidade e aprendizado construídos.

**Hulda, Rose, Jorge, Cristina, Mercês, Fátima, Scott, Dulce**, pelas interlocuções e pela disponibilidade.

Às companheiras e aos companheiros de **ABRAPSO-PE**, pela construção de uma psicologia engajada. **Edna**, pelo convite e pelas portas que me ajudou a abrir. **Tiago, Raissa, Adelle, Mallys, Dara, Domi, Clarissa, Túlio, Lu Dantas, Aida, Nanda**.

Às companheiras e ao companheiro de **entrelaços**, pela construção e concretização de um espaço tão nosso, tão belo e utópico, “porque a realidade nos parece impossível”. Também pela força que este espaço me proporciona, concreta e simbolicamente, como um dos projetos de vida possíveis de ser apaixonantes. **Edna, Rah, Tiago, Maris, Lu, Aida, Nanda Ximenes, Domi, Jéssica**.

À **Yuri**, da paixonite à brodagem, por todas as reclamações de “vida e amores” compartilhadas. Junto a ele, agradeço à **Manoel, Clarissa, Mel** e novamente Raissa, por terem feito a graduação valer à pena.

Às amigas construídas no mestrado. **Ju Mazza**, por todas as conversas, fofocas, almoços e reflexões, por ter se tornado grande amiga. **Celestino**, pela garantia de risos. **Márcio**, pela maneira bonita com que busca leveza pra sua vida e pros seus amores.

À equipe do **CMEI Paulo Rosas** pelo exemplo em atendimento e serviço público de qualidade, do qual me orgulho muito em confiar à rotina de meu filho

Aos funcionários e à funcionária do nono andar do CFCH. **João**, pela disponibilidade, paciência e atenção de sempre. **Flor**, por todas as vezes que pegou a chave da salinha de estudos pra mim. **Alex**, pelas conversas nos intervalos, pelo bom humor e pelo cuidado.

À **minha família**, por todo amor e dedicação a Bernardo.

Ao **Gregório**, por crescermos juntos nesse último ano. Pelo desejo de continuar construindo o que almejamos por companheirismo. Também à sua família, em especial **Mari e Teca**, pelo apoio.

Às amigas e aos amigos de **Candeias** e agregados, por toda intensidade. **Gabi**, pela quase incondicionalidade da nossa amizade. **Déa**, pela irmandade. **Coca**, por todo o cuidado. **Renato**, por toda a alegria. **Renan**, por me fazer refletir sobre mim. **Íris**, pela dedicação. **Allana e Diego**, pela cumplicidade. **Tâmara**, por ser tão companheira e parecida comigo. Vocês e as(os) demais são parte enorme de mim.

## RESUMO

Historicamente a psicologia tem construído teorias e práticas normalizadoras, distanciando-se das realidades locais e negligenciando em suas ações e produções a problematização crítica do gênero e da sexualidade enquanto categorias fundamentais para a compreensão das subjetividades e dos contextos de micro e macro produção das mesmas. Em contrapartida, os feminismos no Brasil e no mundo ocidental tem questionado nos espaços acadêmicos e políticos as normalizações impostas sobre as mulheres e as relações de gênero. Busca-se, portanto, compreender as tensões e interfaces entre a psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero na cidade do Recife, a partir de uma pesquisa de orientação feminista de caráter qualitativo. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco interlocutoras(es) que tiveram formação ou atuaram academicamente na psicologia no Recife e que produzem no campo dos estudos feministas e de gênero. Os relatos versam sobre as mudanças epistemológicas que possibilitaram a aproximação da psicologia com os feminismos, as experiências pessoais e profissionais de encontro das(os) interlocutoras(es) com as militâncias ou estudos feministas, as relações entre ciência e militância e os processos de circulação de teorias em contextos locais e globais. Além das entrevistas, foram analisadas as publicações recifenses da psicologia nas versões eletrônicas dos dois principais periódicos científicos feministas do país. As análises buscaram investigar as principais temáticas produzidas e paradigmas científicos norteadores de pesquisa e produção. Foi possível compreender que os processos de circulação e migração das(os) interlocutoras(es) a outros estados ou países possibilitaram os encontros entre suas práticas acadêmicas e os estudos feministas e de gênero. O retorno dessas pessoas ao Recife tem ocasionado um maior diálogo entre a psicologia e os campos teórico e político feminista e de gênero. Estas questões de circulação e de produção de teorias e práticas na academia nos remetem ao debate sobre saber-poder, fortalecendo a crítica feminista do quanto a produção acadêmica é política e posicionada.

Palavras-chave: Psicologia; Estudos Feministas; Estudos de Gênero; Ciência; Militância

## ABSTRACT

### **The academic psychology and the gender and feminist studies in Recife: interfaces, tensions and possibilities.**

Historically, the psychology has been constructing normalizing theories and practices, dissociating itself from the local reality and neglecting, in its productions and actions, the critical problematic of sexuality and gender as fundamental categories for the comprehension of the subjectivities and its contexts for micro and macro productions. However, the feminism in Brazil and in the occidental world has been questioning, academically and politically, the enforced normalization on women and on the gender relations. Therefore, it's aimed to understand the tensions and interfaces between the academic psychology and the feminism and gender studies in Recife, with a qualitative research based on the feminism. There were conducted five semi-structured interviews with five interlocutors that graduated or are studying psychology and product academically in the field of feminism or gender in Recife. The reports speak about the epistemological changes that allowed the forthcoming of academic psychology and the feminisms, the personal and professional experiences that took the interlocutor to the militancy or feminism study, the relation between science and militancy, and the process of local and worldwide circulation of the theories. Among the interviews, were analyzed local virtual publications in the two most important feminist academic journal of the country. The analyses intended to investigate the main produced themes and scientific paradigms that guide research and production. It was possible to comprehend that the circulation and migration processes of the interlocutors to other States and Countries made possible the meeting between the academic practices and the feminists and gender studies, The return of these people to Recife made possible a bigger dialogue between psychology, politics, feminism and gender, These discussions about circulation and production of theories and practices in academy make reference to the discussion of knowledge-power, strengthening the feminist critic about how the academic production is politicized and directed.

Key words: Psychology; Feminist Studies; Gender Studies; Science; Militancy

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> -----	P. 08
<b>2. SOBRE O PENSAR E O FAZER: Aspectos epistemológicos e metodológicos</b> -----	P. 13
2.1. Aspectos epistemológicos -----	P. 13
2.2. Percursos -----	P. 17
2.3. Entre se familiarizar e conhecer -----	P. 18
2.4. Sobre as entrevistas/interloquções -----	P. 20
2.5. Sobre as interlocutoras e o interlocutor -----	P. 21
2.6. Sobre as pesquisas das publicações científicas -----	P. 26
2.7. Sobre o processo analítico -----	P. 27
<b>3. ASPECTOS TEÓRICOS</b> -----	P. 28
3.1. Sobre os feminismos no Brasil: breves aspectos históricos -----	P. 28
3.2. Contextos de emergência do campo de estudos feministas e de gênero no Brasil -----	P. 32
3.3. Panorama atual dos estudos feministas e de gênero no Brasil -----	P. 39
3.4. Sobre gênero e algumas implicações conceituais -----	P. 44
3.5. Como a psicologia vem construindo “gênero” e feminismo? ---	P. 48
<b>4. INTERFACES E TENSÕES ENTRE A PSICOLOGIA ACADÊMICA DO RECIFE E OS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO</b> -----	P. 56
4.1. Revisitando experiências das(os) Interlocutoras(es): aproximações e relações com os feminismos -----	P. 56
4.2. A ausência dos estudos feministas e de gênero nas graduações: a psicologia a serviço da norma -----	P. 65
4.3. Crise da Psicologia Social, virada epistemológica e possibilidades de encontro com os Estudos Feministas e de Gênero -----	P. 71

4.4. Tensões em torno da legitimidade do campo feminista e de gênero na psicologia -----	P. 78
4.5. Tensões no âmbito da academia em relação com a militância feminista-	P. 83
4.6. Implicações dos processos de migração das interlocutoras e circulação de teorias -----	P. 87
4.7. Produção e circulação das publicações científicas da psicologia em periódicos feministas -----	P. 93
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----</b>	<b>P. 104</b>
<b>6. REFERÊNCIAS -----</b>	<b>P. 107</b>
<b>7. ANEXOS -----</b>	<b>P. 116</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Em meu sexto semestre de graduação em psicologia, realizado no ano de 2008, entre diversas temáticas possíveis para realização do trabalho final da disciplina de “Linguagem e Comunicação”, encontrava-se a temática “gênero”. Estimulada por uma amiga de turma, realizamos nosso trabalho sobre a visibilidade das mulheres em produções acadêmicas, a partir da realização de algumas breves entrevistas e de algumas leituras do campo de estudos feministas e de gênero. Este foi o primeiro contato com o “universo” dos feminismos em minha vida e a primeira oportunidade de me debruçar academicamente sobre sexismo e relações de gênero. A partir de então e no decorrer de alguns anos, passei a questionar a falta dos estudos feministas e de gênero na graduação em psicologia. Ao me aproximar deste campo teórico, passei a perceber que existiam algumas pessoas que estavam realizando suas ações e produções na interlocução da psicologia com os estudos feministas e de gênero, mas que esta interlocução permanecia à margem da grade curricular obrigatória da graduação, mantendo-se primordialmente no âmbito das pós-graduações e da produção científica.

Estou consciente de que meu questionamento não foi arbitrário, mas advindo da percepção dos estudos feministas e de gênero como de importância fundamental para uma compreensão mais ampla das constituições das subjetividades e das relações humanas. No entanto, sei que estas inquietações tinham ainda relações com minhas vivências pessoais enquanto mulher. A partir do encontro com os feminismos na academia, passei a olhar para a minha história, para as pressões que me rodeavam por eu ser mulher e que até então estavam invisíveis para mim, sendo apenas sentidas enquanto sofrimentos que não tinham nome. Inquietações que se ampliaram a partir do início da gestação de meu filho. O mesmo nasce no primeiro dia de aulas do curso de mestrado e as pressões se intensificam por agora ser mulher, mãe solteira e mestranda. Todas essas pressões, culpas e sofrimentos pelos quais passei, ampliavam meus questionamentos e o desejo de realização desta pesquisa.

Sabia que eu não era a única mulher no mundo a ter de ocupar diversos lugares sociais e a se culpabilizar pela sensação de nada ser feito como se deveria: não ser a

mãe que poderia se dedicar integralmente a sua cria, a mestranda que deveria ocupar a maior parte de seu tempo com a escrita da dissertação, a mulher que gostaria, em meio a

tudo isso, de se divertir e socializar com as pessoas e com o mundo para além das obrigações do lar e da profissão. Nesse sentido, o processo de “parir” (tanto o filho, quanto a dissertação) foi crucial para reafirmar a importância da construção de uma psicologia engajada politicamente com os feminismos e perceber as implicações do distanciamento da psicologia do campo de estudos feministas e de gênero, visto que as desigualdades de gênero causam sofrimento e danos para quem as vive em forma de opressão, assim como a mim causavam.

Compreendo, portanto, que a psicologia vem historicamente construindo suas teorias e práticas, pautada em padrões positivistas de ciência que tomam o homem branco ocidental e uma matriz heterossexual de sociedade como normas (SCOTT, 2005; BUTLER, 2006, 2010). A própria emergência dessa ciência é parte de um conjunto de mecanismos que buscam manter as normas e disciplinar os corpos (FOUCAULT, 1966, 2007). Nesse sentido, esta ciência muito colaborou em criar e reafirmar as invisibilidades, exclusões e desigualdades das diversas pessoas que não se incluíam dentro dos padrões normativos. No entanto, muita coisa mudou, dentro e fora da psicologia. No âmbito das ciências humanas e sociais, mudanças epistemológicas ocorreram e propiciaram a compreensão de que ciência é mais uma de nossas práticas sociais e não está deslocada de interesses políticos, econômicos e culturais, dentre outros (GERGEN, K., 1993; GERGEN, M., 1993; HARAWAY, 1995). No âmbito da psicologia também pode-se perceber que novas concepções epistemológicas, principalmente na área da psicologia social, acarretaram em novas formas de fazer psicologia, mais engajadas e comprometidas com transformações sociais. Nesse sentido, os encontros entre a psicologia, os movimentos sociais, estudos críticos e estudos feministas, dentre outros, tornou-se viável, apesar de ainda serem práticas não hegemônicas dentro do campo científico (IÑIGUEZ, 2003).

Nesse momento, faço um adendo para contar algo que ocorreu na semana anterior a finalização deste trabalho. No dia 18 de junho de 2013, foi aprovado, na Câmara dos Deputados Federais do Brasil, o Projeto de Decreto Legislativo nº 234, do ano de 2011, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO). O decreto, apelidado popularmente de “cura gay”, visa suspender a resolução nº001/99 do Conselho Federal

de Psicologia. Tal resolução estabelece as normas para atuação de psicólogas e psicólogos em relação à questão da orientação sexual, determinando que profissionais da área exerçam em suas funções e serviços ações que não favoreçam a patologização de comportamentos e práticas homoeróticas, assim como determina que tais profissionais não proponham tratamento e cura das homossexualidades<sup>1</sup>. A aprovação do projeto vinha sendo amplamente defendida pela bancada evangélica da câmara, na defesa de interesses baseados em crenças religiosas que ferem o princípio de laicidade do Estado brasileiro.

Realizo esse adendo, porque em minha trajetória acadêmica venho trabalhando com a imbricação do gênero e da sexualidade. Ao tomar como relacionados sexo, gênero e práticas de desejo (BUTLER, 2010) para uma melhor compreensão das diversas maneiras em que as pessoas se subjetivam e se relacionam consigo e com a sociedade, acredito que a psicologia, como ciência e profissão, deve estar atenta às suas próprias práticas e possíveis mecanismos de opressão ou libertação. Nesse sentido, devemos nos preocupar com as implicações que podem acarretar ações como o Projeto de Decreto Legislativo acima citado em conjunto com currículos, ensinamentos e práticas científicas em psicologia que não abarquem a importância de dialogar e construir suas teorias e práticas junto a outros campos de estudo, como os estudos feministas e de gênero.

As normas do CFP não proíbem profissionais de psicologia de acolherem pessoas com práticas e orientação homoeróticas que busquem apoio psicológico devido ao sofrimento frente à orientação sexual. No entanto, as(os) profissionais de psicologia devem estar atentas(os) ao buscarem localizar os mecanismos que geram sofrimentos em relação às orientações sexuais e às identidades de gênero. Estes sofrimentos são gerados pela matriz social heterossexual compulsória que, por meio das instituições, negligenciam e obscurecem a diversidade de formas de subjetivação que existem.

Nesse sentido, tomando como base essas concepções e para fins deste trabalho, compreendo por psicologia acadêmica a prática desta ciência dentro do âmbito das universidades e faculdades, seja no ensino, na extensão ou na produção de pesquisa. Por campo, assim como a socióloga Marlise Matos (2008) ao se utilizar da concepção de

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que desde o ano de 1985 o CFP deixou de considerar a orientação homossexual como adoecimento mental.

Pierre Bourdieu, compreendo o espaço onde os agentes sociais buscam, em um jogo de luta concorrencial, o monopólio da autoridade científica, ou seja, onde seus agentes sociais buscam a capacidade de falar e agir legitimamente, de maneira autorizada e competente. O campo científico pressupõe regras e padrões gerais e delimitados, porém sempre historicizáveis e contingentes, que informam consensualmente tal campo. Nesse sentido, Matos (2008) acredita no campo de estudos de gênero como um campo já consolidado nas ciências humanas e sociais, por ter acumulado uma vasta quantidade de saber, ao desmontar parte da epistemologia ocidental e por possuir padrões e tensões particulares. No entanto, trago aqui neste trabalho o “campo de estudos feministas e de gênero” por acreditar que nem toda a produção do campo de estudos de gênero é inerentemente feminista (MATOS, 2008; COSTA; SARDENBEG, 1994; PISCITELLI, 2004).

Situo-me enquanto mulher, jovem, feminista, branca, psicóloga e de classe média urbana. Encontro-me no Recife, capital de Pernambuco, estado do nordeste brasileiro, no qual fui nascida e criada. Tanto por localizar-me neste local geográfica e culturalmente delimitado, quanto por acreditar que a produção científica e acadêmica do nordeste vem sendo invisibilizada historicamente pelos mecanismos de circulação de teorias (COSTA, C.L., 2003, 2012; PISCITELLI, 2005), realizo a pesquisa no Recife como forma de compreender as particularidades do local e de buscar visibilizar e politizar seu campo de estudos feministas e de gênero, primordialmente em relação com o contexto da psicologia. Compreendo a prática científica enquanto prática discursiva, que produz sentidos e gera efeitos particulares em seus contextos de produção (IBÁÑEZ, 2004; GERGEN, K., 2003). Compreendo, portanto, que estar na academia pode ser também um exercício de militância/ativismo político, no sentido de que se pode agir e intervir sobre a realidade social, buscando transformações, a partir de teorias e práticas.

A partir das problematizações que trouxe até então, tenho o objetivo principal de investigar as relações entre a psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero através de pesquisadoras(es) que atuam no campo feminista e/ou de gênero no Recife. Para tanto, pretendo, neste trabalho:

- a) Compreender as interseções e tensionamentos entre a psicologia e os estudos feministas e de gênero a partir das vivências das(os) pesquisadoras(es) que atuem no campo feminista e/ou de gênero do Recife;
- b) Investigar focos de tensionamento e de diálogo entre a prática científica acadêmica no campo de estudos feminista e de gênero e a militância feminista;
- c) Analisar temáticas e paradigmas norteadores da produção científica recifense nos dois principais periódicos do campo de estudos feministas e de gênero do país, assim como seus contextos de divulgação e circulação.

Assim sendo, apresentarei inicialmente o capítulo “*Sobre o pensar e o fazer*”, no qual discorrerei sobre os aspectos epistemológicos que norteiam toda a construção deste trabalho, assim como seus aspectos metodológicos, ou seja, relato os caminhos viáveis de construção desta pesquisa, apresentando as(os) interlocutoras(es) que me auxiliaram a produzir sentidos sobre as relações entre a psicologia, a prática científica, a militância e os estudos feministas e de gênero.

Em seguida, apresentarei um capítulo teórico, no qual discorrerei brevemente sobre os feminismos no Brasil, os contextos de emergência e o panorama atual do campo de estudos feministas e de gênero no país, as implicações conceituais da categoria “gênero” para o campo e, por último, um panorama de como a psicologia vem construindo historicamente o gênero e suas relações com o feminismo.

Após isto, discorrerei no capítulo analítico, sobre as questões que norteiam este trabalho, versado em tópicos. Os mesmos buscam analisar as experiências pessoais e profissionais de encontro das(os) interlocutoras(es) com as militâncias ou estudos feministas, as mudanças epistemológicas que possibilitaram a aproximação da psicologia com os feminismos, as relações entre ciência e militância e os processos de circulação de teorias em contextos locais e globais. Nesse sentido, foi possível compreender que os processos de circulação e migração das(os) interlocutoras(es) para outros estados ou países possibilitaram os encontros entre suas práticas acadêmicas e os estudos feministas e de gênero. O retorno dessas pessoas ao Recife tem ocasionado um maior diálogo entre a psicologia e os campos teóricos e políticos feministas e de gênero. Estas questões de circulação e de produção de teorias e práticas na academia nos remetem ao debate sobre saber-poder, fortalecendo a crítica feminista do quanto a produção acadêmica é política e posicionada.

Finalmente, apresento as considerações finais, acreditando que este trabalho traz a possibilidade de reflexão “de dentro pra fora”, no sentido de que trata do campo no qual eu estou inserida. Contudo, também possibilita a reflexão “de fora para dentro”, no sentido de que relaciona questões macro teóricas, macro políticas e macro geográficas, situando-as na realidade de Recife e no contexto de produção acadêmica local.

## **2 SOBRE O PENSAR E O FAZER: Aspectos epistemológicos e metodológicos**

### **2.1 Aspectos epistemológicos**

Ressalto, inicialmente, que os aspectos epistemológicos que permeiam a construção deste trabalho situam-se no quadro mais amplo do pós-estruturalismo, enquanto movimento que problematiza criticamente as noções clássicas de sujeito, de identidade e de ciência, que foram construídos como universais e operam sobre lógicas binárias<sup>2</sup>. É neste âmbito do pós-estruturalismo que situo o constante questionamento quanto as minhas próprias práticas enquanto pesquisadora, às posições que ocupo enquanto tal e aos fundamentos que meu trabalho pode vir a criar, buscando reconhecer algumas de suas conseqüências (BUTLER, 1998).

Neste sentido, utilizo-me de teóricas(os) feministas que refletem sobre a prática científica tradicional, buscando questioná-la, oferecendo possibilidades de caminhos para se fazer pesquisa a partir de um viés feminista. Como ponto base para se pensar

---

<sup>2</sup> Refiro-me ao Pós-Estruturalismo como movimento de pensamento, de caráter interdisciplinar, que emerge como crítica ao Estruturalismo e sua primazia nas leis internas de sistemas linguísticos universais. Nesse sentido, o Pós-Estruturalismo, se sustenta por diversos autores e suas leituras das críticas de Nietzsche à noção de verdade e sua ênfase na pluralidade da interpretação. Michel Foucault, opõe-se ao estruturalismo em sua resistência à busca por origens e essências, concentrando-se nos conceitos de proveniência e emergência. Jean-Françoise Lyotard defendeu a Pragmática da Linguagem, opondo-se as tendências universalizantes da filosofia moderna. Derrida, questionou os pressupostos que governam o pensamento binário, sustentados pela perspectiva Estrutural, pois sustentam uma economia que opera pela subordinação/opressão de um dos polos da oposição binário ao outro. Estes e demais autores(as) defendem o significado enquanto construção ativa, que depende de maneira radical do contexto no qual se enuncia. Portanto, as verdades são produtos dos regimes discursivos e o Sujeito é compreendido em sua complexidade cultural e histórica, sendo discursivamente construído (PETERS, 2000). O Pós-Estruturalismo apresenta-se também como oposição ao Existencialismo que tinha como premissa filosófica fundamentalmente o estudo do ser humano, sua natureza, o sentido e os limites de possibilidade de existência humana. Nesse sentido, o Pós-estruturalismo caracteriza-se, de acordo com Johanna Oksala (2007), pela negação do ser humano como objeto central de análise filosófica, concentrando-se, por sua vez, nos determinantes sociais, linguísticos e inconscientes do pensamento.

ciência numa perspectiva feminista, acredito que esteja este pressuposto de que o próprio feminismo enquanto campo político assume a proposta do enviesamento, ou seja, de buscar transformações na sociedade a partir principalmente da mudança no cotidiano. Outro ponto base é o de que acredito que não haja uma metodologia “exata” de como se fazer pesquisa feminista, visto que é no “fazer” que a pesquisa feminista se constrói e toma seus rumos<sup>3</sup>.

Aqui, assumo a ciência enquanto prática social e enquanto discurso (GERGEN, K. 1993), que possui contextos de produção e provoca efeitos. Donna Haraway (1995, p.10) propõe a ciência como retórica:

A ciência – o jogo real, aquele que devemos jogar, é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo. Tais convicções devem levar em conta a estrutura dos fatos e artefatos, tanto quanto os atores mediados pela linguagem no jogo do conhecimento.

Neste sentido, acredito na ciência enquanto produção política que não é neutra e sempre carrega consigo os valores das(os) pesquisadoras(os) que a constroem, gerando efeitos particulares, que podem legitimar ou desconstruir normas, privar ou garantir direitos, gerar ou obstruir exclusões sociais. Assim sendo, a ciência é construída num campo de poder agonístico (HARAWAY, 1995), onde contextos de produção de discursos favorecem determinadas ações e inibem outras. Desta maneira não podemos pensar em “verdade” como algo único e determinante, que pode ser “transposto” a todos os âmbitos do mundo, por meio de teorias universalizantes. Podemos pensar na produção científica como linhas particulares de discursos interpretativos com as quais os(as) pesquisadores(as) estão comprometidos.

Os feminismos vêm questionando o pensamento dicotômico e as separações existentes entre os âmbitos público e privado, entre a igualdade e a diferença, entre produção e reprodução, objetividade e subjetividade, teoria e prática, dentre outros

---

<sup>3</sup> Essa reflexão me chegou a partir da defesa de dissertação de uma amiga, pelo mesmo programa de pós-graduação que o meu. Na defesa, a examinadora externa, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Mayorga, da UFMG, ressalta a importância de a metodologia em pesquisa feminista não ser um “a priori”. A professora afirmou que, nos trabalhos que vem lendo e participando de bancas, afirma-se quase como uma bandeira que se faz uma ciência feminista, mas no decorrer do trabalho não se apresenta o “como se fez”. Nesse sentido, as pessoas tendem a se colocar e se implicar pouco durante a pesquisa, pouco questionando suas práticas e pouco visibilizando o processo de pesquisa durante toda a escrita, limitando-se a fazer isso apenas nos capítulos “metodológicos”.

aspectos. Porém acredito que romper dicotomias sempre nos deixa em posição desconfortável frente ao pensamento hegemônico e a nós mesmas(os) que, querendo ou não, carregamos marcas do pensamento hegemônico positivista e liberal<sup>4</sup>. A partir de Sandra Harding (1993), propõe-se utilizar a instabilidade dessas fronteiras não só como fonte de crítica, mas também como fonte de análise. As instabilidades são recursos de pensamento e prática, são ferramentas de análise frente aos processos de construção e reiteração de diferenças e desigualdades. Assim podemos pensar, como propõe Donna Haraway (2009), em termos de fluxos e circuitos, em redes de conexão, e não num mundo construído em unidades e polaridades. Dessa maneira, neste trabalho, as dicotomias serão fontes de análise, na medida em que se questionam suas fronteiras, construídas de formas separadas ou imbricadas pela psicologia e pelos estudos feministas. Assim como Harding (1993), me coloco a favor do *prazer* da confusão de fronteiras, assim como em favor da *responsabilidade* em sua construção.

Não sendo possível, então, alcançar neutralidade e compreendendo a ciência enquanto prática discursiva, assume-se que as crenças, valores e expectativas, por parte dos(a) pesquisadores(a) (assim como de todos envolvidos) estão presentes desde a delimitação do problema até o processo de análise. A separação existente entre sujeito e objeto de estudo proposta pelas ciências tradicionais torna-se, portanto, também frágil (GERGEN, K., 1993; GERGEN, M., 1993). Donna Haraway (1995) propõe pensar a objetividade feminista através da metáfora da visão, visto que “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva” (HARAWAY, 1995, p.21). Perspectiva parcial aqui significa localização delimitada e conhecimento situado. É preciso localizar-se, assumir posicionamentos dentro de um processo de pesquisa e de construção de conhecimento. Assumindo a “ótica” enquanto política de posicionamentos, podemos nos responsabilizar por nossas práticas.

Responsabilização na pesquisa feminista pode ser buscada a partir da proposta da *reflexividade* (NEVES; NOGUEIRA, 2005). Na produção científica devem estar explícitas, o máximo possível, as relações de poder e as intencionalidades existentes em tal processo, o que torna a(o) pesquisadora responsável pelo conhecimento produzido,

---

<sup>4</sup> Assume-se aqui *liberalismo* enquanto a filosofia política que tem como base a liberdade individual nos campos econômico, político, religioso e intelectual. O liberalismo defende o *individualismo metodológico* compreendendo os indivíduos como unidade básica do juízo, compreensão e ação sobre a realidade.

posicionando-a(o) frente a esta produção, expondo a parcialidade das “verdades” produzidas. Nas palavras de Donna Haraway,

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias práticas e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p.15).

Kenneth Gergen (1993) chama atenção para um possível “fundamentalismo feminista”, a partir da crítica realizada por Sandra Harding que questiona se o feminismo também não estará propondo um novo conjunto de regras e normas para controlar o pensamento. Seria possível redefinir totalmente as relações entre poder e saber desta maneira? Em que medida a prática de uma ciência feminista não favoreceria o estabelecimento de hierarquias alternativas? “E o que irá impedir essas hierarquias alternativas de se engajarem nas mesmas táticas excludentes que diminuirão a voz de todos aqueles que não tiverem acesso ao novo conceito favorecido do conhecimento?” (GERGEN, K., 1993. p. 54).

Neste sentido, Judith Butler (1998), no âmbito das reflexões sobre teorias e práticas colonizadoras<sup>5</sup>, refletiu sobre as relações entre os feminismos e teorias feministas e a questão do “pós-estruturalismo”. A autora refere sobre como a teoria feminista vêm criando maneiras de também domesticar o conhecimento através do próprio aparato conceitual em torno do termo “poder”. Para a autora:

o poder permeia o próprio aparato conceitual que busca negociar seus termos, inclusive a posição do sujeito crítico; e mais, que essa implicação dos termos da crítica no campo do poder *não* é o advento de um relativismo niilista incapaz de oferecer normas, mas ao contrário, a própria pré-condição de uma crítica politicamente engajada. Estabelecer um conjunto de normas que estão acima do poder ou da força é em si mesmo uma prática conceitual poderosa e forte que sublima, disfarça e amplia seu próprio jogo de poder, recorrendo a tropos de universalidade normativa. E a questão não é acabar com seus fundamentos, ou mesmo defender uma posição que se classifica como antifundamentalismo. Ambas as posições são

---

<sup>5</sup> Cláudia de Lima Costa (2012, p.41 e p.42, *grifos meus*) se refere aos estudos pós-coloniais como as teorias “articuladas por sujeitos subalternos/racializados [*que*] operam dentro de uma referência epistemológica distinta do modelo que estrutura as relações entre centro e periferia, tradição e modernidade [...] a crítica pós-colonial surge, então, como uma tentativa teórica e metodológica de preencher o vácuo analítico causado pela proliferação de novas temporalidades disjuntivas e instabilidades do capitalismo contemporâneo, bem como a complexificação das relações e assimetria de poder.

versões diferentes de *fundamentalismo* e da problemática cética que engendram. Em vez disso, a tarefa é interrogar o que o movimento teórico que estabelece fundamentos **autoriza** e o que precisamente exclui ou priva de direitos. (BUTLER, 1998, p.16, grifos em itálico meus, outros grifos da autora)

Desta maneira, posso concluir que fundamentos não são algo que pode ser negligenciado de qualquer produção teórica. Há de se colocá-los, porém, sempre no âmbito do questionamento, da disputa e da revisão, possibilitando-lhes mudanças, re-significações ou novas proposições. Trata-se de politizar os fundamentos, afim de lhes garantir caráter não normativo e não prescritivo. Questionar os próprios fundamentos é colocar-se num lugar reflexivo e assumir a possibilidade de mudanças de posicionamentos, no jogo estratégico de posições que constituem a própria ciência.

Acredito que seja importante ressaltar que este é um recorte particular de proposições em ciência feminista. Recorte particular, delimitado por mim, porém construído coletivamente através das experiências de leituras, discussões em aula, orientações de mestrado e conversas pessoais, nas quais venho me empenhando em construir outras formas de pensar, de fazer e de me relacionar comigo, com a ciência e com o mundo/outros(as), a partir da ótica (posicionamento) feminista.

Considero necessário ainda pontuar que acredito numa perspectiva feminista não somente assumida por e para mulheres, mas por e para pessoas, das mais diversas, que acreditam e necessitam de uma concepção de mundo menos opressora e contra as políticas que a concepção de mundo liberal e opressor cria e justifica (HARDING, 1993). Nessa perspectiva, além de não só não acreditar numa ciência de ótica feminista só realizada por mulheres, também não acredito nessa como a única e a melhor forma de fazer ciência. Acredito em possibilidades, em perspectivas parciais e alternativas e em conexões solidárias. E, diante disso, a ótica feminista é mais um dos laços das redes em que se podem pensar e fazer ciência. E é desta posição que construo este trabalho.

## 2.2 Percursos

Como relatei no início deste trabalho, meu interesse pelas relações entre a psicologia e os feminismos se iniciou a partir de um interesse no âmbito do ensino nas graduações. A pergunta principal que me norteava, até então, era “porque na graduação

em psicologia são negligenciados os aspectos de gênero, numa perspectiva politizada?”. Aos poucos, com a aproximação com a literatura e com o âmbito da pesquisa e das pós-graduações, as coisas foram se imbricando. Aconteceu que, no primeiro momento do mestrado, apesar de meu desejo de compreender e trabalhar mais com o âmbito do ensino, minhas reflexões e produções foram seguindo pelo rumo da produção científica em psicologia.

Na defesa de qualificação, uma das sugestões dada pela banca foi a de que eu recorresse ao Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), vinculado a pós-graduação em Antropologia da UFPE para elencar o nome de algumas(uns) possíveis interlocutoras(es)<sup>6</sup> de pesquisa, afim de compreender historicamente as interfaces da psicologia com os estudos feministas e de gênero. O FAGES<sup>7</sup> se caracteriza enquanto um dos núcleos de estudos de gênero mais antigos da UFPE e do Recife. Diante disso, marquei uma entrevista com Russel Parry Scott, fundador e coordenador do núcleo, pesquisador renomado no campo da antropologia, com o objetivo de relembrar o contexto de formação do núcleo e tentar elencar alguns nomes de pessoas que tenham sido da psicologia e passaram pelo FAGES para estudar gênero ou demais objetos a partir de uma proposta feminista, pois não havia até a última década, pós-graduações em psicologia que proporcionassem abertura para essas temáticas e perspectiva. A entrevista com Scott me rendeu alguns nomes, dos quais o professor, de antemão, já me alertou para as possíveis falhas de sua memória: poderiam ser ou não feministas e produzirem na área ou poderiam ser ou não psicólogas(os) e produzirem na área. Portanto, procurei os currículos lattes das pessoas recomendadas a fim de saber se se adequariam ou não enquanto interlocutoras(es) de minha pesquisa. Posteriormente, em orientação de mestrado, minha orientadora me informou que conhecia algumas dessas pessoas e me falou um pouco também do que sabia sobre suas trajetórias. Em posteriores diálogos, elencamos também outros nomes que consideramos importantes para dialogar sobre o campo. Desta maneira, elencamos cinco interlocutoras e um

---

<sup>6</sup> Utilizo, durante esse trabalho, o termo “interlocutoras(es)” por compreender que o momento de entrevista é um momento de diálogo e conversa entre duas ou mais pessoas, a partir de situações da realidade social concreta em que se estas se encontram.

<sup>7</sup> Não existe documento comprobatório que date a fundação do FAGES. Na entrevista com Scott, o pesquisador não recordava ao certo o ano de fundação do grupo, porém retomou que o grupo começou a se articular na 2ª ou 3ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, no qual o mesmo e outros pesquisadores se juntaram a partir do interesse de estudar e pesquisar principalmente sobre a temática “família”. Somente alguns anos depois, a partir do interesse de outras(os) docentes e estudantes, o grupo passou também a discutir mulheres, feminismo e gênero.

interlocutor para a pesquisa, das quais utilizarei apenas cinco entrevistas, por falha de áudio em uma delas, o que inviabilizou sua transcrição. Caracterizarei as interlocutoras em breve. Antes disso, busco situar os(as) leitores(as) quanto a minha inserção no campo e quanto as implicações de ser uma pesquisadora psicóloga e feminista pesquisando sobre o campo da psicologia em interlocução com os estudos feministas e de gênero.

### 2.3 Entre se familiarizar e conhecer

Antes de discorrer sobre meus percursos no campo, acredito ser importante refletir sobre o lugar de pesquisadora em ação no próprio campo em que está inserida. Como já disse anteriormente, não estou ingênua quanto ao aspecto de ser uma pesquisadora psicóloga e feminista produzindo cientificamente sobre as relações entre a psicologia acadêmica e suas relações com os estudos feministas e de gênero. Diante disso, tomo emprestado noções da antropologia para refletir sobre as noções de familiaridade e de distância, assim como de interpretação.

Roberto Da Matta (1978), antropólogo, sugere que na pesquisa antropológica realizada na sociedade de origem, os(as) pesquisadores(as) devem estar atentos(as) em tornar o exótico em familiar e o familiar em exótico. Gilberto Velho (1981), também antropólogo, acentua esta reflexão, atentando que familiaridade não necessariamente pressupõe conhecimento: o fato de dois (ou mais) indivíduos pertencerem a uma mesma sociedade não significa que eles estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes:

O que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. [...] Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos *familiariza* com cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema (VELHO, 1981, p.126 e 127, grifos do autor).

Assim sendo, o fato de fazer parte do campo a ser estudado, construindo e interferindo em sua dinâmica e relações, ou seja, de este campo me ser familiar em

diversos aspectos, não significa que ele seja por mim, conhecido em sua complexidade. Manter uma relação anterior com algumas das pessoas que entrevistei, não significava que eu compreendesse seus pontos de vista no que concerne ao campo aqui estudado. Sem dúvida, tinha idéias e expectativas sobre o ponto de vista de algumas delas, por entender que compartilhavam de opiniões políticas e teóricas semelhantes às minhas. Porém, o tempo inteiro no processo, tentei não alienar meu olhar frente às suas opiniões, realizando sempre estas reflexões, a fim de não tornar a familiaridade impeditiva da produção de conhecimento frente às dinâmicas e aos mecanismos que operam no campo, a partir da fala das(os) interlocutoras(es).

Assim como Velho (1981) estou consciente de que minha experiência está presente em todo o trabalho e ela não está deslocada do processo de interpretação no qual analiso o universo pesquisado. Manter relações com o campo, com os(as) entrevistadas(os), ter um (ou mais) pontos de vista político e ético e visar transformações para a psicologia envolve emoções e desejos. Diante disso, me confrontar com diversas histórias, trajetórias e opiniões sobre o campo a ser pesquisado exige a contínua reflexão sobre meus próprios posicionamentos e opiniões e frente ao processo de interpretação. Assim “o processo de estranhar o *familiar* torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (VELHO, 1981, p.131). É, portanto, a partir desta perspectiva e deste posicionamento que construo o relato sobre o processo de realização e análise das entrevistas, a seguir.

#### **2.4 Sobre as entrevistas/interlocuções**

No mês de junho de 2012, enviei um e-mail para algumas das possíveis interlocutoras de pesquisa, falando brevemente do que se tratava a temática e convidando-as a realizar a entrevista comigo. Em anexo, enviei-lhes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (EM ANEXO). No e-mail, deixei-lhes a vontade para dizerem sua disponibilidade de horário e local para a realização da entrevista. Nenhuma das interlocutoras se opôs a realizá-la. Acredito que enviar-lhes o roteiro semi-estruturado foi um fator importante para algumas, visto que puderam pensar e refletir anteriormente sobre suas trajetórias e opiniões.

A entrevista é uma técnica que pode favorecer a relação intersubjetiva entre pesquisadora e interlocutor(a) por meio das trocas verbais e não verbais estabelecidas neste contexto de interação, viabilizando a compreensão dos significados, das opiniões e dos valores que as(os) interlocutoras(es) constroem a respeito de suas vivências pessoais e de situações específicas. A entrevista na pesquisa qualitativa permite que o(a) interlocutor(a) compartilhe o que lhe está acessível no momento da interação com o(a) pesquisador(a), num processo de influência mútua, produzindo um discurso compartilhado pelos dois (FRASER; GONDIM, 2004). Desta maneira, acredito na entrevista como um “texto negociado”, uma produção possibilitada pelo processo ativo de trocas verbais e não-verbais entre pesquisadora e interlocutoras(es). O roteiro semi-estruturado (EM ANEXO) foi dividido em três tópicos, cada um abordando algumas questões, visando problematizar os objetivos da pesquisa. O primeiro tópico continha questões sobre as *trajetórias* de vida e/ou acadêmicas das(os) interlocutoras(es), buscando compreender quando, como e onde ocorreu a aproximação das(os) pesquisadoras(es) com os estudos feministas e/ou de gênero. O segundo tópico continha questões sobre *as temáticas e paradigmas científicos* utilizados pelas(os) pesquisadoras(es) em suas pesquisas e produções na área. E, por fim, o último tópico continha questões sobre *as interseções entre a academia e a militância feminista*, buscando abordar a aproximação das(os) pesquisadoras(es) com o ativismo e possíveis repercussões da interseção nesses dois campos: academia e militância/ativismo.

Após a realização das entrevistas, os áudios das mesmas foram transcritos, em sua maioria por mim e em parte por um colega de curso. Posteriormente, li as transcrições enquanto escutava o áudio, buscando identificar possíveis falhas que interferissem no processo de análise. Nesse processo de transcrições, não conseguimos transcrever uma das entrevistas, na qual o áudio ficou muito prejudicado.

## **2.5 Sobre as interlocutoras e o interlocutor**

No final do processo de realização de entrevistas, eu tinha em mãos sete delas gravadas em áudio. Contando com a primeira entrevista realizada com Parry Scott, foram realizadas oito entrevistas. No entanto, em nível de análise, não utilizarei a entrevista com Scott, assim como não utilizarei duas das entrevistas realizadas com

as(os) interlocutoras(es). Uma por não ter conseguido transcrevê-la devido a qualidade do áudio, como dito anteriormente. E outra entrevista que foi realizada com uma das pessoas indicadas por Scott. Trata-se de uma interlocura que fez o curso de mestrado na antropologia, com a temática de gênero. Porém, no decorrer da entrevista, percebi que esta me informava pouco sobre o campo, visto que o curso de mestrado e a produção da dissertação foram a única aproximação da profissional com a temática. Isto em si, já é um ponto de análise, visto que a profissional é, atualmente, psicóloga atuando exclusivamente enquanto psicoterapeuta. No entanto, o processo de entrevista visava a compreensão das dinâmicas de relação do campo acadêmico da psicologia com o campo de estudos feministas e pouco foi possível identificar estas relações no “texto” desta entrevista.

Abaixo seguem dois quadros com os dados das interlocutoras e do interlocutor. Os nomes são fictícios a fim de preservá-las/lo. Posteriormente aos quadros, irei relatar um brevemente o processo de entrevista de cada uma(um), caracterizando-os pouco mais profundamente.

Nome <sup>8</sup>	Idade	Sexo	Cor/Raça	Classe Social
<b>Hulda Helena Coraciara Stadler</b>	55	Feminino	Não sabe	Trabalhadora
<b>Jorge Luiz Cardoso Lyra-da-Fonseca</b>	44	Maculino	Negra	Média
<b>Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas</b>	65	Feminino	Branca	Média
<b>Maria das Mercês Cavalcanti Cabral</b>	52	Feminino	Branca ou Parda	Média
<b>Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro</b>	50	Feminino	Branca	Média (Porém filha de agricultores)

Nome	Curso de Graduação	Ano	Curso de Mestrado	Ano	Curso de Doutorado	Ano
<b>Hulda Stadler</b>	Psicologia Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	1981	Antropologia (UFPE)	1988	Antropology University of London	1994

<sup>8</sup> Os nomes utilizados aqui não são fictícios. Isso foi acordado com as(os) interlocutoras(es).

<b>Jorge Lyra</b>	Psicologia Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1993	Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  (PUC-SP)	1997	Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) / Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM)	2008
<b>M<sup>a</sup> Cristina Amazonas</b>	Psicologia (UNICAP)	1976	-----		Psicologia Universidad de Deusto (Espanha)	1999
<b>Rosineide Cordeiro</b>	Psicologia (UNICAP)	1986	-----		Psicologia Universidad de Deusto (Espanha)	2003
<b>Rosineide Cordeiro</b>	Serviço Social Fundação Universitária de Apoio Pesquisa e Extensão (FURNE-PB)	1986	Serviço Social (UFPE)	1995	Psicologia Social (PUC-SP)	2004

A entrevista com Hulda ocorreu no dia 13 de junho de 2012 em sua sala no departamento de educação na UFRPE. A entrevista ocorreu de maneira tranqüila e Hulda foi bastante receptiva. A interlocutora fez sua graduação em psicologia e posteriormente migrou para a antropologia, onde fez os cursos de mestrado e doutorado. O primeiro, ainda em Recife e o segundo em Londres. Das interlocutoras que migraram para outras áreas, Hulda é a única que se desvinculou completamente da psicologia, alegando não encontrar nesta disciplina caminhos para o que gostaria de estudar e refletir. Hoje em dia atua enquanto antropóloga. É a única que disse ter tido contato com o feminismo, a partir da literatura, ainda na adolescência, em sua família. É também a única das mulheres que teve participação no movimento feminista, atuando no Fórum de Mulheres de Pernambuco.

A entrevista com Maria Cristina Amazonas ocorreu também no dia 13 de junho de 2012 em sua sala na coordenação da pós-graduação de psicologia da UNICAP, no dia da entrevista de Hulda, porém no turno da tarde. Cristina atua desde sempre na psicologia e possui uma forte ligação com a psicologia social. É a única das entrevistadas que não se nomeia feminista, alegando não gostar da nomeação por

acreditar que a “rotulação” a limita. A interlocutora afirma que atua academicamente no sentido de defender os direitos humanos, e acreditar que a luta pelos direito das mulheres se encontra neste enquadre.

A conversa com Mercês Cabral ocorreu no dia 18 de junho de 2012 em sua sala, também no departamento de educação da UFRPE. Mercês teve sua trajetória de formação na psicologia e, atua hoje em dia na área de psicologia e orientação vocacional do departamento de Educação da UFRPE. Mercês conta detalhadamente seu encontro teórico com as questões feministas enquanto esteve fazendo o doutorado em Deusto, na Espanha. É significativa a carga emocional que este encontro tem para a interlocutora, e a entrevista ocorreu de maneira muito envolvente por isso. A interlocutora se define feminista, mesmo não tem atuação no movimento feminista. Diz que sua militância ocorre no cotidiano das salas de aulas, nos debates e discussões com as(os) estudantes.

A entrevista com Jorge Lyra ocorreu no Instituto PAPAI, ONG da qual foi fundador e coordenador, no dia 11 de setembro de 2012. Jorge atualmente é professor efetivo do curso de psicologia da UFPE, ministrando a disciplina de psicologia social e vinculado ao PPGPsi da mesma universidade. Jorge fez seu curso de mestrado em psicologia social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o curso de doutorado em ciências/saúde pública na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com período sanduíche na Universitat Autònoma de Barcelona. Jorge, desde o ano de 2011, é professor adjunto do departamento de psicologia da UFPE.

Desde o início das escolhas metodológicas eu acreditava ser importante entrevistar pelo menos um homem que fizesse parte da construção deste campo e que trabalhasse com a temática das masculinidades. Dentre as poucas possibilidades, Jorge foi escolhido devido a sua trajetória interdisciplinar e sua relação também com os movimentos sociais. Aqui vale ressaltar que eu conhecia Jorge através de nosso envolvimento na Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), da qual falarei posteriormente. Portanto, Jorge é um dos(as) interlocutores(as) com o qual eu já mantinha certa relação anterior às realizações de entrevista.

A entrevista com Rosineide Cordeiro ocorreu em seu apartamento no dia 03 de outubro de 2012. A entrevista ocorreu de maneira muito descontraída e tranqüila. No

mesmo período letivo (da UFPE), Rosineide estava ministrando junto com minha orientadora a disciplina *Teorias Feministas e de Gênero*, no PPGPsi. Além disso, fizemos outras parcerias durante o mestrado, como algumas atividades de um grupo de pesquisa do qual ela, minha orientadora e outras professoras do PPGPsi e do FAGES faziam parte. Rosineide ainda foi participante da banca de qualificação de meu projeto de dissertação.

Rosineide é a única das entrevistadas que não teve graduação na psicologia, e este foi o principal motivo de sua escolha como interlocutora. Fez seu curso de graduação em serviço social na Fundação Universitária de Apoio, Pesquisa e Extensão (FURNE) em Campina Grande, na Paraíba. Realizou o mestrado em serviço social pela UFPE e o doutorado em psicologia social também na PUC-SP. Atualmente, é professora efetiva do curso de serviço social da UFPE desde o ano de 1997 e professora vinculada ao PPGPsi-UFPE desde sua fundação, no ano de 2006. Sua trajetória com o feminismo teve início a partir dos movimentos sociais na Paraíba, conhecendo a interseção entre os feminismos e academia só posteriormente.

Pode-se perceber um espaço grande de tempo entre a realização das primeiras entrevistas e as duas últimas. Devido ao período de greve na universidade, em 2011, alguns fatores atrasaram meu encontro com Rosineide e Jorge. No entanto, nada que tenha prejudicado o andamento da pesquisa.

## **2.6 Sobre as pesquisas das publicações científicas**

Paralelamente à realização das entrevistas, desempenhei a busca bibliográfica das produções recifenses da psicologia nos dois principais periódicos feministas em circulação no país: a Revista de Estudos Feministas e os Cadernos PAGU. Vale ressaltar que essa busca se limitou às revistas do campo feminista e de gênero por não haver nenhum periódico científico na psicologia com tal relevância temática. Esta busca foi realizada nas edições eletrônicas destas duas revistas, as quais contém as publicações realizadas entre o ano de 2001 e 2012. Este foi um processo difícil devido a falta de informações sobre as autorias das publicações<sup>9</sup>. Neste sentido, busquei cada

---

<sup>9</sup> Algumas revistas científicas trazem informações sobre titulação e área de atuação das autorias das publicações, o que, a o meu ver, facilita a compreensão do contexto de escrita do texto.

nome de autoria na plataformaattes, visando ter acesso às suas localidades de atuação, trajetórias acadêmicas e possível inserção na psicologia, seja na graduação (formação) ou na pós-graduação.

O objetivo da pesquisa nas publicações foi o de buscar compreender as principais temáticas e paradigmas científicos da produção da psicologia nestas duas revistas, de ampla importância para o feminismo acadêmico. Esta pesquisa me possibilitou outras reflexões, que vão para além destas e das quais discorrerei no processo de análise. De antemão, posso dizer que estas reflexões giram em torno do lugar do Nordeste na produção científica no campo feminista, assim como do lugar da própria psicologia no campo feminista e de gênero na academia.

Compreendo as publicações científicas enquanto documentos públicos, na medida em que estes são caracterizados como

[...] produtos sociais tornados públicos. Eticamente, estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia [...] (SPINK, 1999, p.136)

Acredito, assim como Peter Spink (1999) que os documentos de domínio público refletem ao menos duas práticas discursivas. A primeira, como gênero de circulação ou artefato no sentido de tornar público. E a segunda como conteúdo, no que concerne aquilo que está impresso em suas páginas. Os documentos são não só instrumentos de ação social, mas a própria ação social em si.

## **2.7 Sobre o processo analítico**

Realizei neste trabalho uma análise qualitativa a partir dos procedimentos que descreverei minuciosamente neste tópico. Como dito anteriormente, após a realização das entrevistas, iniciei o processo de transcrição das mesmas. Após cada entrevista transcrita, fui destacando com distintas cores tanto trechos que se relacionavam aos objetivos da pesquisa, quanto àqueles que pareciam fugir aos objetivos, mas que me chamavam atenção por serem questões norteadoras que me informavam sobre o campo.

Realizei diversas leituras de cada entrevista, buscando atentar para aspectos que pudesse ter negligenciado em leituras anteriores.

Ao realizar as leituras das transcrições fui criando nomeações/categorias para cada trecho destacado em cor por mim. Separei em arquivos separados agrupamentos dos trechos referentes a cada categoria criada. Nesse sentido, ao final das leituras de todas as transcrições obtive um número grande de categorias criadas devido ao conteúdo extenso e plural das interlocuções. Ao perceber isso, busquei reler os trechos destacados de cada categoria, a fim de perceber se poderia agrupar algumas delas em uma só nomeação. Assim sendo, consegui agrupar alguns trechos das entrevistas em uma só categoria.

Após o agrupamento em categorias, novamente reli os trechos de entrevista das categorias a fim de observar em níveis micro e macro-sociais os sentidos produzidos nas interlocuções no que se refere: a) às interseções e tensões entre a psicologia e os estudos feministas e de gênero; e b) aos focos de tensionamento e de diálogo entre a prática científica acadêmica no campo de estudos feminista e de gênero e a militância feminista.

Ao mesmo tempo em que relia os trechos das interlocuções buscando contemplar estes aspectos acima citados, busquei também relembrar teorias feministas e de gênero com as quais eu pudesse relacioná-los e problematizá-los. Seguido a isso fiz um quadro no qual registrei as categorias criadas, resumi os principais aspectos referentes a cada categoria de acordo com as entrevistas e registrei as possíveis teorias e conceitos com os quais eu poderia problematizá-los, a fim de traçar uma trajetória para análise. No entanto, somente no decorrer do próprio processo de escrita desta análise, ou seja, da escrita das relações entre os aspectos apresentados pelos textos das entrevistas e as teorias, essa trajetória foi delimitada. Vale ainda ressaltar que, nesse caminho, algumas das categorias criadas por mim não foram problematizadas neste trabalho, pois apesar de apesar de (algumas delas) me apresentarem aspectos sobre o campo, não foi possível abarcá-las, devido às limitações de extensão e de tempo de realização da escrita deste trabalho.

As análises dos documentos públicos – publicações nos periódicos *Revista de Estudos Feministas* e *Cadernos PAGU* de autorias da psicologia atuantes no Recife –

ocorreu de maneira semelhante às entrevistas. Assim sendo, busquei realizar uma análise macro, que pudesse problematizar os próprios aspectos de divulgação e circulação destes artigos, a partir de informações sobre os periódicos e das teorias feministas; assim como uma análise micro, a partir de diversas leituras de cada artigo, buscando problematizar os conteúdos, temáticas, conceitos e paradigmas trabalhados nas produções, relacionando-os também às teorias feministas e de gênero.

### **3 ASPECTOS TEÓRICOS**

#### **3.1 Sobre os feminismos no Brasil: breves aspectos históricos**

Escrever sobre um movimento social tão plural demanda atenção e cuidado, visto que, diante de tão diversas maneiras de militar, encontro-me com a impossibilidade de conceituar, mas proponho o trabalho de situar, ao máximo, o que podemos entender por feminismos no contexto brasileiro. Desta maneira, é importante ressaltar que situar a complexidade desse movimento e dos conceitos que trarei aqui não pressupõe linearidade. Acredito ainda que os movimentos atuem das mais diversas formas, nas ruas, nos lares, nos bares, nas universidades, no governo, dentre outros, que vão desde a instância privada à instância pública da vida.

Frequentemente, ao se contar a estória do feminismo ocidental, utiliza-se a divisão desta em “ondas” ou “vagas” que são delimitadas por um tempo histórico e por ações e concepções próprias e isoladas. No entanto, Clare Hemmings (2009) chama atenção para o empobrecimento e simplificação da estória do feminismo, ao se contar essa estória a partir desta narrativa dominante que pressupõe linearidade e isolamento. Neste trabalho, falarei da estória dos feminismos no Brasil a partir das “ondas”, contudo consciente de que estas não serão aqui tratadas num sentido de evolução. A chamada terceira onda e as discussões pós-estruturalistas que posteriormente explicarei e das quais parto e compartilho não negligenciam a importância, conquistas, vestígios e influências das demais épocas para os feminismos contemporâneos.

Assim sendo, a chamada primeira vaga ou primeira onda do feminismo foi organizada a partir das reivindicações das mulheres por cidadania, tendo seu auge no

movimento sufragista da Europa e dos Estados Unidos, visível na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Ana Alice Alcântara Costa (2005) chama atenção para o caráter moderno do feminismo, que emerge enquanto movimento social no contexto das idéias iluministas e das idéias de transformação da Revolução Francesa, mobilizando muitas mulheres dos países da Europa e EUA e, posteriormente, da América Latina, a lutar por direitos sociais e políticos.

No Brasil o foco da reivindicação feminista foi o mesmo: a luta pelo sufrágio foi sem dúvida a mais visibilizada, visto que era realizada, em sua maioria, por mulheres da elite e intelectuais. Susan Besse (1999) relata que o feminismo da época predominantemente agiu sem perturbar a organização da desigualdade social e política, tornando-se ativas colaboradoras dos homens, contribuindo para o fortalecimento da ordem burguesa. No entanto, poderemos perceber desde essa época certa diversidade de reivindicações, como por exemplo, lutas por qualidade na educação e no trabalho das mulheres. Céli Pinto (2003) também ressalta a importância do jornalismo feminista e do feminismo anarquista, que tinham caráter mais radical, tendo esta última vertente antecipado uma luta que só ganhou legitimidade no fim do século: “a clara identificação de condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero” (PINTO, 2003, p.34).

Nesta primeira metade do século XX, também tiveram grande importância as mobilizações das mulheres nos contextos de greves operárias e lutas sindicais em defesa de melhores salários e condições dignas de higiene e saúde no trabalho. Em vários países da América Latina o processo de organização de mulheres foi concomitante ao de organização das classes populares, com grande influência das idéias anarquistas e socialistas difundidas pelo Ocidente. No Brasil, nesta primeira metade do século, houve organizações feministas anarquistas, como a Associação Feminista, organização com grande influência em greves operárias do estado de São Paulo.

Com o golpe militar no Brasil em 1964 e após os anos 1970 em vários outros países da América-Latina, os movimentos organizados para e por mulheres foram quase que completamente silenciados. Ana Alice Costa (2005) chama atenção para os movimentos de mulheres de elite e burguesas que contribuíram para os regimes militares instaurados, mobilizando mulheres em prol dos valores tradicionais de família e pátria. Nesse sentido, muitas organizações de mulheres eram utilizadas como massa de

manobra política (COSTA, A.A., 2005). Nesta chamada segunda onda do feminismo, que se inicia por volta das décadas de 1960 e 1970, percebe-se uma discrepância entre o que acontece nos contextos estadunidenses e europeus e o contexto brasileiro. Enquanto nos dois primeiros locais o cenário é de uma efervescência cultural e política, eclodindo diversos movimentos sociais, no Brasil o cenário é de fechamento político e de ditadura militar. Enquanto algumas mulheres brasileiras foram exiladas e estavam em contato com as movimentações exteriores, as que permaneceram no Brasil estavam começando a se encontrar em grupos privados que tinham por objetivo discutir e refletir sobre suas vivências enquanto mulheres e situações de opressão em comum (PINTO, 2003; COSTA, A.O., 1988).

Ao contrário do que acontece fora do país, onde as movimentações feministas eram vistas com um caráter de radicalidade e visibilidade pública, no Brasil o contexto era de medo e de ativismo contra a ditadura, o que não proporcionava uma maior atenção às questões feministas. No entanto, Cynthia Sarti (2004) e Ana Alice Costa (2005) confirmam a radicalidade do feminismo brasileiro a partir da experiência da ditadura militar: a própria presença das mulheres na luta armada tinha implicações que iam para além da contrariedade ao regime político vigente, representando importantes transgressões aos comportamentos que eram atribuídos às mulheres. Contudo, neste contexto, as causas das lutas realizadas por mulheres giravam em torno da ditadura e não de causas específicas das mulheres e opressões vividas enquanto tais.

O contexto de abertura política e de anistia no final da década de 1970 permitiu a volta de diversas mulheres participaram das intensas manifestações sociais existentes na Europa e EUA, como a luta pelos direitos de minorias e pela alteridade (MACHADO, 1992; CORRÊA, 2001) e o próprio contato com os movimentos feministas existentes nestes países. Sarti (2004) atenta que a própria experiência destas mulheres no exterior a partir de uma organização doméstica distinta da brasileira afetaram decididamente suas vidas pessoais e atuações políticas e influenciaram para o novo panorama que o feminismo brasileiro iria construir a partir de então.

Em torno da bandeira “o pessoal é político” as feministas questionam o conceito de “político”, quebrando com a dicotomia “público *versus* privado” base do pensamento liberal, trazendo para o âmbito de discussão política questões que até então eram vistas como próprias do espaço doméstico ou privado (COSTA, A.A., 2005). De acordo com

Sarti (2004), existiram duas tendências principais que pareceram, nesta época, ser consenso e aglutinar os movimentos de mulheres, sintetizando o próprio movimento feminista. A primeira dizia respeito a atuação pública e organização política das mulheres, onde se concentravam principalmente questões relativas ao trabalho, à saúde, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Esta tendência marcou as posteriores reivindicações por políticas públicas pelas mulheres, no período de redemocratização. A outra vertente manifestava-se principalmente através dos grupos de reflexão e de convivência, anteriormente explicados, preocupando-se com o terreno da subjetividade e das relações interpessoais, mantendo-se no mundo do âmbito privado.

Nesse contexto, as universidades brasileiras fizeram parte do destino de muitas das pessoas que retornaram do exílio. A relação entre feministas e o espaço da academia deu início a diversos estudos sobre as desigualdades que sofriam as mulheres, os quais se baseavam na questão das especificidades das mesmas, caracterizando os “estudos sobre mulheres” (ADRIÃO, 2008). Nesta época o que se pretendia era conhecer a situação das mulheres nas mais diversas esferas e denunciar a posição de subordinação em que as mesmas se encontravam na sociedade, para que então se reivindicasse transformações (HEILBORN & SORJ, 1999, CORRÊA, 2001).

Pode-se dizer que na década de 1980 o(s) movimento(s) feminista(s) encontrava(m)-se consolidado enquanto força política e social, tendo suas idéias difundidas pelo país: os grupos feministas penetraram as associações profissionais e sindicais, partidos, governo e universidades, legitimando a mulher, de acordo com Cynthia Sarti (2004), como sujeito político e social particular. Até esta década, a perspectiva de relações entre o movimento feminista como projeto de transformação social e o Estado não era apresentada. Em nível governamental, foram criados conselhos para debater a condição da mulher, em várias esferas: federal, estadual e municipal (COSTA, A.A., 2005; SARTI, 2004). Esta aproximação não ocorreu livre de tensões dentro do próprio movimento, visto que alguns grupos acreditavam na aproximação estatal como uma forma de cooptação de mulheres por partidos políticos (PINTO, 2003).

A institucionalização do movimento acabou por ocorrer tanto ao nível da criação das diversas Organizações Não-Governamentais feministas quanto no nível governamental. As ONG's buscavam influenciar nas políticas públicas, utilizando-se

dos canais institucionais. Sarti (2004) chama atenção para o direcionamento das questões trabalhadas pelas ONG's, que respondiam às prioridades das agências financiadoras, em sua maioria, internacionais. Dentre esses temas, os principais, na época, eram o da saúde da mulher e o da violência contra a mulher. No que se refere ao âmbito governamental, a criação dos conselhos possibilitou conquistas importantes no campo dos direitos da mulher na criação da Constituição Federal de 1988.

A década de 1990 reflete novos espaços de articulação para os feminismos brasileiros. Percebe-se a existência da diversidade dentro dos feminismos, como movimento de trabalhadoras rurais, de mulheres negras, de mulheres sindicalistas, dentre outros. De acordo com Ana Alice Costa (2005) essa diversidade esteve muito presente nos preparativos do movimento para intervenções na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 2005, em Beijing, na China. De acordo com a autora e com Sônia Alvarez (2000) o processo de Beijing representou uma maior articulação dos feminismos latino-americanos em termos de atuação conjunta. Inicia-se então uma tendência a transnacionalização dos discursos e práticas do movimento feminista, a partir de redes especializadas, de articulações formais e estruturadas, estimuladas por agências bilaterais e multilaterais, que aumentaram a influência em nível local, regional e agora global. Posteriormente, evidenciam-se também as conseqüências desse processo de transnacionalização, na medida em que é um terreno também de relações muito desiguais de poder entre os países e entre as próprias feministas que são convocadas a partir de espaços de representação que nem sempre dialoga com diversos setores do movimento (ALVAREZ, 2000).

Foi uma tendência latino-americana também na década de 1990, que os governos criassem órgãos especializados, ministérios e secretarias voltadas à melhorar a situação das mulheres e “incorporá-las ao desenvolvimento” (ALVAREZ, 2000, p.396). No ano de 2003, sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, hoje com caráter de ministério. Nesse contexto, impulsionado pela pressão dos movimentos feministas, foram alcançadas algumas conquistas, dentre elas conferências nacionais de políticas para as mulheres e, na esfera acadêmica, encontros de articulações entre gênero e ciências e editais de fomento à pesquisa e extensão na área dos estudos feministas e de gênero, sobre os quais discorrerei posteriormente.

### 3.2 Contextos de emergência do campo de estudos feministas e de gênero no Brasil

Aqui busco orientar o(a) leitor(a) no sentido de compreender, minimamente, os contextos que propiciaram a institucionalização dos estudos sobre mulheres, estudos de gênero e estudos feministas no Brasil. Várias foram as fontes que me permitiram reconstruir o caminho de constituição do campo de estudos feministas. Vale considerar que algumas fontes ressaltam alguns momentos e acontecimentos em detrimento de outros. Nesse sentido, meu trabalho foi de tentar aglutinar vários momentos e opiniões, ressaltando os contextos tanto que possibilitaram os estudos feministas a se constituir enquanto campo, quanto os contextos que inviabilizaram a visibilidade do mesmo.

No período anterior a década de 1970, os estudos sobre mulheres no Brasil eram raros e estavam presentes nas disciplinas tradicionais, sem questionamentos políticos no que se refere ao lugar da mulher na sociedade. Albertina Costa, Carmem Barroso e Cynthia Sarti (1985) referem-se aos estudos das mulheres como se encontrando numa espécie de limbo. As autoras referem que no período de 1970 a 1975, existe uma atração das mulheres sobre falar cientificamente sobre o tema da subordinação das mulheres, havendo certa influência dos chamados *Women's Studies*, que estavam se consolidando no contexto anglo-saxão. No entanto, as universitárias brasileiras, que nesta época ainda se encontravam nos chamados *grupos de reflexão*, pareciam preferir não se arriscar a conciliar suas vidas pessoais com as profissionais. Eram, portanto, raros os estudos que denunciavam e problematizavam cientificamente a questão da mulher, sendo um deles a tese<sup>10</sup> *A Mulher na Sociedade de Classes*, de Heleieth Saffioti, em 1967, considerado o marco dos estudos sobre as mulheres no Brasil.

A partir de 1975 estes estudos ganham maior impulso (GROSSI, 2004; COSTA; SARDENBERG, 1994). Em relação a esta época, alguns fatores foram propícios ao surgimento dos estudos sobre mulheres no país (COSTA; BRUSCHINI, 1992). Em 1974, iniciou-se um seminário de estudos sobre a mulher na Fundação Carlos Chagas (FCC) em São Paulo. Em 1975, a ONU proclama o Ano Internacional da Mulher, que teve uma de suas comemorações em um evento no Rio de Janeiro, o que de acordo com

---

<sup>10</sup> Tese de livre docência, de Heleieth Saffioti, defendida em 1967, na Universidade de São Paulo.

Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994), contribuiu para o surgimento de vários grupos de mulheres no país: grupos de estudos e de militância.

Em 1975 destacam-se ainda duas mesas organizadas sobre o tema mulher na Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, de acordo com Albertina Costa (1988). Houve tentativas de se juntar as duas mesas, porém elas foram pensadas e construídas de modos muito diferentes, tanto em termos de conteúdo quanto de forma. Enquanto uma das mesas distribuiu textos científicos com antecedência, apresentou seu conteúdo de maneira formal, com palco e platéia, se baseando em pesquisas que tinham as mulheres como objetos e em provas empíricas de discriminação, a outra foi de encontro aos parâmetros científicos comuns, sendo realizada enquanto conversa sobre a opressão que sofriam as várias pessoas ali presentes, com as cadeiras dispostas em círculo. Costa (1988) relata que estas mulheres conseguiram desafiar a convencionalidade do estilo acadêmico e inquietar as demais profissionais.

Mariza Corrêa, em seu texto “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”, publicado em 2001, nos conta essa história a partir de sua própria trajetória militante e acadêmica pela Universidade Estadual de Campinas. A autora relata que nos anos de 1978, 1979 e 1980, alunas e professoras da área de ciências sociais da universidade mencionada, organizaram três *Semanas da Mulher*. Nesse contexto, a autora fala sobre a importância do diálogo existente, na época, entre feministas e o movimento de homossexuais. Ela acredita que este diálogo tenha proporcionado uma maior receptividade dos estudos de gênero em tal universidade, nos anos posteriores. A autora reitera ainda a importância da influência teórica da antropologia, da escola britânica, dos estudos de Michel Foucault aliados ao debate do ainda incipiente campo de estudos que hoje chamamos de teorias *queer*.

Ainda no ano de 1978 ocorreram os *Seminários sobre mulher e trabalho* e o primeiro concurso de pesquisa sobre a mulher da Fundação Carlos Chaga. A partir de então houve uma importância significativa na ampliação de temáticas estudadas, incluindo questões de família, saúde, violência, educação e identidade (COSTA, A.O., 1994). Também no final da década de setenta foi criado o Grupo de Trabalho (GT) *Mulher e Força de Trabalho* na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e nos anos que se seguem vários outros GT's são consolidados nessa associação e em outras como a Associação Nacional de Pesquisa em Educação

(ANPED), na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED), na Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Literatura (ANPOLL) e na Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)<sup>11</sup>, dentre outras. De acordo com Albertina Costa (1992) os GT's foram de importância fundamental para a consolidação do campo de estudos feministas, pois permitiu um aprofundamento do debate especializado, além de assegurar o caráter interdisciplinar deste campo, visto que o propiciaram o contato e a circulação intensas entre grupos de diferentes associações. De acordo com a autora, estes grupos foram os principais responsáveis pela introdução do conceito de gênero nas ciências humanas do país<sup>12</sup>.

Um dos fatores que também propiciou a expansão dos estudos sobre mulheres foi o aumento no número de pós-graduações, a partir de 1965, o que é evidenciado no aumento significativo de dissertações e teses produzidas na área nos próximos vinte anos seguintes (COSTA, BARROSO E SARTI, 1985). Outro fator é o significativo investimento de agências financiadoras internacionais em pesquisas no Brasil. A Fundação FORD, que já financiava estudos sobre a mulher nos EUA, identificou o Brasil como o país da América Latina que mais tinha pesquisadoras(es) interessadas(os) pela área. A Fundação Carlos Chagas (FCC), que era a melhor informada sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas na área, foi a instituição brasileira que melhor ofereceu condições de aproveitamento e administração dos recursos da Fundação FORD. No período de 1978 a 1998, foram realizados oito concursos de dotações para pesquisa sobre a mulher, financiadas cerca de 300 pesquisas e publicadas diversas coletâneas temáticas (COSTA, SARDENBERG & VANIN, 2010; PINTO, 2003; BANDEIRA, 2008; GROSSI, 2004).

O primeiro centro de estudos sobre a mulher criado em uma universidade brasileira foi institucionalizado em 1980 – o *Núcleo de Estudos de Mulher* (NEM) – na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No ano de 1981, é criado o *Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher* (NEDIM), na UFCE e, em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na UFBA. No próximo ano surgem mais três núcleos: na UFRGS, UFSC e UFMG. Em estudo

---

<sup>11</sup> No capítulo analítico explorarei a importância da ABRAPSO para os estudos feministas e de gênero na Psicologia.

<sup>12</sup> Discorrerei sobre a introdução do conceito de gênero e suas consequências para o campo acadêmico feminista em breve.

realizado por Ana Alice Costa e Sardenberg (1994), as autoras ressaltam que a introdução da categoria gênero no campo dos estudos feministas proporcionou um grande impulso na criação desses grupos e núcleos de estudos, e até o ano citado já havia cerca de 150 destes núcleos nas universidades.

No Primeiro Encontro Nacional de Núcleos e Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras, realizado em 1991 pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Gênero (NEMGE) da Universidade de São Paulo, muitas discussões giraram em torno do que chamamos de *guetização* dos núcleos feministas. Estes núcleos eram “verdadeiros” guetos femininos nas universidades. Compostos por mulheres, sobre mulheres e para mulheres tinham seu alcance, circulação e retroalimentação apenas nesses restritos círculos (COSTA, BARROSO e SARTI, 1985). No início da institucionalização dos núcleos estes assumiam funções muito díspares, de acordo com suas universidades de origem (COSTA, A.O., 1994). Os núcleos originados em Universidades Federais tendiam a ter suas estruturas melhores do que os núcleos existentes em universidades privadas. Isto ocorria porque nas instituições federais a maioria das(os) docentes trabalhava no regime de dedicação exclusiva e haviam maiores estímulos à formação acadêmica e à pesquisa, ao contrário das universidades privadas em que as(os) docentes não tinham uma estrutura de carreira bem delineada, possuíam contratos de trabalho em regime parcial e encontravam dificuldades no exercício acadêmico, quando não impedimentos e possibilidades de demissões (COSTA; SARDENBERG, 1994), além do pouco estímulo à produção científica.

No ano de 1994, Albertina Costa ressaltava que, por razões históricas, o campo de estudos da mulher começou a se implantar “de cima para baixo”, expandindo-se muito mais nas pós-graduações e no âmbito da pesquisa do que nas graduações e no âmbito do ensino. A autora justifica que os cursos de pós-graduação oferecem maior flexibilidade curricular, o que facilitou a ofertas de cursos na área. Além do mais, no que se refere à função tríplice ensino-pesquisa-extensão da universidade, no campo de estudos feministas, percebe-se, desde o início, que o maior estímulo ocorre no âmbito da pesquisa, devido a sua relação com as pós-graduações, do que no âmbito do ensino e da extensão acadêmica.

No que concerne às publicações científicas é necessário ressaltar a importância da revista *Cadernos de Pesquisa*, periódico da Fundação Carlos Chagas criado em

1971. Nas décadas de 70 e 80, este foi o meio de maior divulgação dos estudos de gênero no Brasil (COSTA; BRUSCHINI, 1992). Na década de noventa, foram institucionalizadas os primeiros periódicos científicos especificamente feministas. Em 1992, é publicada a primeira edição da *Revista Estudos Feministas* (REF) – editada inicialmente na UFRJ e UERJ e atualmente na UFSC – e, em 1993, publica-se o primeiro número dos *Cadernos PAGU*, editado e publicado pelo Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, da UNICAMP. Esses dois periódicos são, até os dias de hoje, uns dos mais importantes instrumentos de divulgação e consolidação da produção acadêmica e militante feminista e de gênero<sup>13</sup> (MINELLA, 2008; MALUF, 2004; PISCITELLI; LOPES; BELELI, 2003).

Outro aspecto relevante no que concerne a institucionalização dos estudos feministas diz respeito às tensões existentes entre os eixos Norte/Nordeste e Sul/Sudeste do país. As autoras Costa e Sardenberg (1994, p.392) chamavam atenção para o seguinte:

verifica-se, atualmente, uma nítida concentração de centros de formação e capacitação, pessoal qualificado, seminários e encontros de associações científicas, organismos de divulgação e, sobretudo, dos recursos de fomento à pesquisa nos estados do Centro-Sul. Não se dá, portanto, ao azar, o fato de que são as universidades e demais centros de pesquisa, ali localizados, que respondem pelos mais elevados índices da produção científica no país. No campo dos estudos sobre a mulher e relações de gênero esse quadro é muito acentuado, apesar do grande número de núcleos existentes no Norte e Nordeste [...] Além disso, as grandes distâncias geográficas existentes não só entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul, como também entre os próprios centros norte-nordestinos, dificultam sobremaneira o necessário intercâmbio de informações e conhecimento entre eles. Na verdade, ao contrário do que se poderia esperar, o intercâmbio com o Centro-Sul tem sido muitas vezes bem mais intenso do que o estabelecido entre os centros da própria região Norte-Nordeste.

Neste contexto e por essas dificuldades, visando romper com o isolamento no Norte/Nordeste, os vários núcleos dessa região reuniram-se em setembro do ano de 1992, no I Encontro Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero, promovido pelo NEIM em Salvador e foi, então, criada a Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero, REDOR.

---

<sup>13</sup> Discorrerei sobre a importância da REF e da PAGU em capítulo analítico.

O conceito de gênero começa a ser difundido no país a partir dos anos 1990, causando diversas tensões no campo feminista como um todo, principalmente no que concerne às relações existentes entre a academia e o ativismo feminista. Não me atenho aqui a discorrer mais profundamente sobre o conceito, pois o farei posteriormente, me deterei em expor as implicações deste a partir do qual se buscou trazer enquanto categoria de análise, para o âmbito teórico e político, o caráter relacional entre os sexos e a ênfase nos aspectos de construção histórica, cultural e social das mulheres e dos homens. Costa e Sardenberg (1994) ressaltam que para além do salto epistemológico ocasionado pelo conceito, este se constituiu ainda como uma possibilidade ou desafio no sentido de derrubar as paredes do gueto dos estudos feministas, ampliando-o e atravessando-o com outros campos de saber, incorporando não somente as mulheres, mas também os homens e toda a comunidade científica. Sobre a incorporação do conceito, Marlise Matos (2008, p.337), afirma:

No mesmo compasso dos avanços empreendidos pelo movimento feminista, numa primeira visada e tentando substituir a categoria analítica dos “estudos de mulher” ou “estudos feministas”, gênero pretendia tornar explícito tal subordinação feminina e acompanhar o movimento no sentido da busca da igualdade no exercício dos direitos e das oportunidades, mas destacando a importância do contrapeso relacional de tais interações dinâmicas: incluindo na visada o ponto de vista do(s) masculino(s), bem como outros pontos de vista que não fossem definíveis pelo binarismo estrito entre masculinidades e feminilidades ou mesmo entre homem e mulher.

Que impactos, então, foram gerados pelo uso do conceito de gênero no Brasil? Ao que parece, o uso do gênero enquanto categoria analítica passou a ser bastante difundido, na tentativa de tornar amplo o campo dos estudos feministas no país. Nesse sentido, os dois (feminismo e gênero) vem aparecendo dentro de um mesmo campo. No entanto, o conceito foi apropriado de formas muito distintas por diferentes áreas de conhecimentos e teorias. De acordo com Costa e Sardenberg (1994) no I Encontro de Núcleos, já citado anteriormente, se assinalava a necessidade de se aprofundar as reflexões teórico-metodológicas em torno do conceito de gênero.

A categoria gênero permitiu reflexões sobre como as próprias relações de gênero determinam e são determinadas pelo conhecimento produzido cientificamente. No âmbito internacional muito se produziu neste sentido, a ponto de se questionar o conhecimento científico positivista enquanto um modo androcêntrico de se fazer ciência e de se postular propostas de uma epistemologia feminista (HARDING, 1993;

GERGEN, M., 1993; NEVES; NOGUEIRA, 2005;). No início do debate sobre gênero no Brasil, no entanto, pouco se produziu neste sentido e estes estudos demoraram a causar impacto no país.

### **3.3 Panorama atual dos estudos feministas e de gênero no Brasil**

Diferente do contexto do início da década de noventa, na qual várias autoras produziram buscando problematizar o panorama do campo de estudos feministas no país, atualmente não encontramos produções neste sentido, salvo por produções de áreas específicas, assim como esta presente dissertação, no campo da psicologia. Atualmente não estão acessíveis pesquisas sobre as quantidades de núcleos de estudos feministas no país, por exemplo. No entanto, a partir da junção de algumas informações específicas, busco problematizar o que encontro sobre o panorama geral dos estudos feministas ainda hoje no Brasil. Algumas mudanças foram fundamentais para o campo institucionalizado na academia, dentre elas a criação de secretarias federais, estaduais e municipais específicas para mulheres e a ampliação da circulação das ações e produções devido à maior acessibilidade ao advento da internet.

Importante, inicialmente, chamar atenção para a questão dos financiamentos para a pesquisa e intervenção no campo dos estudos feministas e de gênero. Os financiamentos internacionais para produções, que foram tão determinantes para o início da institucionalização do campo, estão gradativamente diminuindo, a partir dos anos 2000. Isto ocorreu principalmente pelo crescimento dos índices econômicos e sociais do país, ocasionando a ida dos financiamentos internacionais para países menos desenvolvidos economicamente, como por exemplo, do continente africano. Em contraponto, os financiamentos internos aumentaram nesta época, principalmente devido à criação de políticas voltadas para mulheres no país.

Ainda hoje se percebe que a concentração de produções deste campo encontra-se nas instituições federais, com exceções raras, como o caso das Pontifícias Universidades Católicas, como chama atenção Karla Adrião (2008). As produções ainda estão concentradas nos âmbitos das pós-graduações, devido aos financiamentos voltados para este setor. Os principais financiamentos nacionais à pesquisa são realizados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Científico e Tecnológico (CNPq) e pela

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que regulam, avaliam e controlam o nível de eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão no Brasil (ADRIÃO, 2008)

O CNPq, agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi criado em 1952, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores(as) brasileiros(as), além de contribuir para o reconhecimento científico destes(as) e das instituições de pesquisa pela comunidade científica internacional. O CNPq possui um sistema de informações, a Plataforma Lattes que aglutina as bases de dados de currículos de pesquisadores(as) e estudantes, grupos de pesquisa e instituições do país. De acordo com a página virtual da Plataforma Lattes<sup>14</sup>:

O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia.

A CAPES foi também criada em 1951 e trata-se uma fundação do Ministério da Educação (MEC) e desempenha suas atividades com o objetivo de consolidar e expandir os programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no país. Suas atividades são: avaliação das pós-graduações, acesso e divulgação da produção científica (possuindo arquivos de teses e dissertações defendidas) e investimentos na formação de recursos, promoção da cooperação científica internacional. A partir do ano de 2007, a fundação passou a também atuar no sentido de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores(as) da educação básica do país.

De acordo com pesquisa no portal eletrônico da CAPES, existem atualmente dois cursos de pós-graduação temáticos na área de gênero e feminismo. Os dois são vinculados ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (UFBA) e foram criados em 2005. O Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM, com o primeiro curso de mestrado do país e primeiro curso de doutorado da América Latina nessas temáticas. No ano de 2008 foi

---

<sup>14</sup> <http://lattes.cnpq.br/> acesso em 26 de março de 2013.

criado o Curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade<sup>15</sup>, também na UFBA, além de uma área de concentração de “estudos de gênero” nos cursos de Bacharelados Interdisciplinares de Humanidades (COSTA; SARDENBERG; VANIN, 2010)<sup>16</sup>.

No que concerne aos estímulos específicos às produções temáticas sobre mulheres, gênero e feminismos, foi lançado em 2005 pela Secretaria de Política para Mulheres do governo federal, em parceria com o CNPq, MCTI, MEC, Ministério da Saúde (MS) e a ONU Mulheres, o **Programa Mulher e Ciências**, com os objetivos de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País; e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Os três principais eixos do programa são: a) o edital bienal de pesquisas nas temáticas “relações de gênero, mulheres e feminismos”; b) o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero; e c) o Encontro trianual Pensando Gênero e Ciências.

O edital “Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos”, foi criado em 2005 e teve edições em 2005, 2008, 2010 e 2012. De acordo com o portal do CNPq<sup>17</sup>, o edital tem por objetivo:

Estimular e fortalecer produção de pesquisas e estudos relacionados com os temas: relações de gênero, mulheres e feminismos, mediante o apoio financeiro a projetos com mérito científico que contribuam para o desenvolvimento das temáticas no Brasil, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade.

O prêmio “Construindo a igualdade de gênero” consiste em um concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos na área. Tem por objetivo *“estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país e sensibilizar a sociedade para tais*

---

<sup>15</sup> As autoras Costa, Sardenberg e Vanin (2010) relatam que, apesar do esforço do NEIM em conseguir a aprovação do curso, não conseguiram vencer as resistências da Faculdade de Educação (UFBA), não obtendo o apoio necessário para a criação também de um curso de Licenciatura.

<sup>16</sup> A criação do curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade e da linha de “estudos de gênero” nos cursos de Bacharelados Interdisciplinares de Humanidades, ocasionou pela primeira vez no país um concurso público, em 2008, para docentes na área dos Estudos Feministas (COSTA; SARDENBERG; VANIN 2010)

<sup>17</sup> [http://www.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p\\_p\\_id=resultadosportlet\\_WAR\\_resultadoscnpqportlet\\_INSTANCE\\_0ZaM&filtro=encerradas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=200](http://www.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=encerradas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=200) acesso em 15 de abril de 2013.

*questões*<sup>18</sup>. É ofertado nas categorias de estudante de ensino médio (redações); estudantes de graduação (artigos científicos); graduado(a), especialista e estudante de mestrado (artigos científicos); mestre e estudante de doutorado (artigos científicos); e escola promotora de igualdade (projetos para escola de nível médio). O prêmio teve sua oitava edição no ano de 2012 e ocorre anualmente e teve de 2005 a 2011 um total de 19.694 inscrições. As premiações são financeiras e em bolsas de estudos concedidas pelo CNPq.

O Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, teve sua primeira edição em março de 2006 e reuniu em Brasília, pesquisadoras(es) e estudiosas(os) de mais de 200 núcleos e grupos de pesquisa de cerca de 100 universidades do país e teve o objetivo de:

[...] mapear e analisar o campo de estudos de gênero no Brasil; estimular a produção acadêmica na área; propor medidas e ações que contribuíssem para ampliar a inserção das mulheres em todos os campos da ciência; e discutir a trajetória das mulheres e seu posicionamento nas carreiras acadêmicas (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2006, p.142).

Neste encontro, foram traçadas algumas recomendações pela comunidade acadêmica:

1) Introduzir a disciplina de gênero nos currículos universitários; 2) transformar o Programa Mulher e Ciência em política Nacional; 3) aumentar a participação feminina nos cargos de direção dos órgãos financiadores de pesquisas científicas (CNPq/MTC, Capes/MEC); 4) incluir nos acervos das bibliotecas nacionais publicações no campo de estudos de gênero, feminismo e diversidade sexual; 5) estimular e apoiar os Núcleos e Grupos de Estudos sobre mulheres e gênero nas Universidades; e, 6) incentivar e fortalecer os cursos de pós-graduação em questão de gênero nas Universidades Públicas (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2006, p.138).

A segunda edição do encontro ocorreu em junho de 2009 e teve como tema geral a “Institucionalização dos Estudos Feministas, de Gênero e Mulheres nos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil”, buscando:

[...] promover o fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas e na produção do conhecimento na área de gênero, e ampliar o debate

<sup>18</sup> <http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html> acesso em 15 de abril de 2013.

sobre as dimensões ideológicas do sexismo, racismo e lesbofobia em todas as áreas do conhecimento (FREIRE, 2010, p.11).

Um aspecto que considero importante para trazer em relação aos dois encontros, refere-se ainda a falta de mapeamento e análises sobre a institucionalização dos estudos feministas em redes, núcleos e grupos de pesquisa. Marlise Matos (2006), em mesa redonda ocorrida no primeiro encontro, realiza tais indagações:

[...] quais são as reais condições de nossos atuais núcleos universitários de pesquisa sobre mulheres, feminismo e relações de gênero no Brasil? Aliás, quantos núcleos de pesquisa existem, mesmo, hoje no Brasil? Em que condições, sejam de recursos materiais e infra-estruturais, sejam de recursos humanos, eles vêm funcionando? Quem os coordena? Quais são as suas linhas de pesquisa e investigação? Que tipo de ações eles vêm efetivamente desenvolvendo? Que lugar eles têm ocupado dentro do espaço universitário? Como se estabelece a relação deles com os docentes? Os discentes? O pessoal administrativo? As Reitorias e Pró-Reitorias? (MATOS, 2006, p. 101)

Ao que parece, na publicação referente ao segundo encontro, ainda não haviam sido mapeados os núcleos e suas dinâmicas. Gema Galgani Esmeraldo (2010, p.101), em palestra realizada na mesa redonda do encontro, “Formação em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos: impasses, dificuldades e alcances”, conclui que:

[...] analisar o funcionamento atual das redes acadêmicas feministas do Brasil requer: cartografar os sentidos da sua malha interna e de sua malha ampliada; adentrar e problematizar as relações sociais das redes; mapear os seus campos de intersecção, sejam políticos, sociais, afetivos e/ou econômicos; acompanhar de forma permanente e vigilante a matriz epistemológica que alimenta, oxigena e atualiza sua práxis; propor o conhecimento e debate atento sobre as relações de poder que se tecem nas redes. Reconhecer as redes como espaços de tensões, de conflitos e não somente de solidariedades faz parte da dinâmica e das mudanças políticas e sociais onde elas se desenvolvem. Nesse sentido, é importante citar e reconhecer a forte influência das instituições de fomento a pesquisa e pós-graduação com seus aparatos de avaliação que têm formatado comportamentos atomizados e individualizados nos professores e pesquisadores [...]As redes não possuem a finalidade restrita de transmissão de teorias, de conceitos, mas fundamentalmente uma mudança de pensamento e de práticas cotidianas no campo subjetivo e coletivo, a ruptura de hierarquias e binarismos, a construção de consciências críticas e mudanças efetivas nas relações entre os gêneros e a luta para a ação do Estado através de políticas públicas que reconheçam e afirmem a emancipação da mulher.

Trago esses dois relatos para reafirmar a falta de pesquisas e ações que mapeiem e problematizem o campo feminista e de gênero na academia, em sua complexidade, visando compreender as dinâmicas particulares do campo em suas relações micro e macro contextuais. Às questões referentes a estas dinâmicas, retornarei nessa dissertação, em capítulo analítico.

### **3.4 Sobre gênero e algumas implicações conceituais**

O conceito de gênero foi utilizado pela primeira vez, na medicina, pelo psiquiatra americano John Money. O autor utilizava gênero em contraposição ao sexo, referindo-se a maneira dos indivíduos se reconhecerem como pertencendo culturalmente a grupos tidos como masculinos ou femininos. De acordo com João Manuel de Oliveira (1993), o conceito de gênero está ligado ao discurso biotecnológico dos finais dos anos 1940: John Money alegava ser possível modificar o gênero de um bebê, desde que isto fosse feito antes dos 18 meses de idade. A partir das tecnologias médicas seria possível modificar não somente os órgãos sexuais que não fossem identificados, a partir dos critérios médicos, como sendo masculinos ou femininos, mas seria possível ainda transformações mentais que criassem uma homologia entre o sexo cirurgicamente manipulado e a identidade de gênero.

Posteriormente, o psiquiatra Robert Stoller recorre também ao conceito de gênero, visto que observa uma não correspondência entre o sexo biológico de algumas pessoas e as suas identidades de gênero. De acordo com Lígia Amâncio (2001), o autor define gênero como áreas de comportamento, sentimentos, pensamentos e fantasias que são relacionadas aos sexos. Neste sentido, o conceito de gênero surge atrelado ao pólo da cultura, na inscrição da dicotomia “natureza X cultura”, permitindo intervenções sobre a biologia do corpo humano. De acordo com Donna Haraway (2004), tal conceito se embasa num discurso científico que estrutura o mundo a partir das categorias binárias, como objeto de conhecimento, em termos de apropriação, pela cultura, dos recursos da natureza. Conforme João Manuel de Oliveira (1993, p.54):

após estas intervenções, resta o recurso a condicionamentos, seguindo os modelos behavioristas, para adequar o corpo transformado ao seu sexo psicológico. Cria-se assim uma teoria do gênero, assente inteiramente no pólo da construção social e

entendida como uma identidade psicológica congruente com uma classificação bio-médica (o sexo)

Foi com a criação do “sistema sexo/gênero” pela antropóloga feminista Gayle Rubin, no entanto, que o termo começou a ser difundido de maneira mais inusitada no pensamento feminista (Piscitelli, 2004). Rubin, em sua obra “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, publicada em 1975, definiu o sistema sexo/gênero como “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p.2). Rubin retoma Lévi-Strauss e o intercâmbio de mulheres, para pensar os sistemas de parentesco como uma das formas na qual se mostra que a submissão das mulheres é produto das relações nas quais sexo e gênero é produzido. O parentesco criaria o gênero. De acordo com Piscitelli (2004, p.50), para Rubin:

O parentesco instaura a diferença, a oposição, exacerbando, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos. Os sistemas de parentesco, formas empíricas e observáveis de sistemas sexo/gênero, cujas formas específicas variariam através das culturas e historicamente, envolveriam a criação de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico, uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade, prescrevendo ou reprimindo arranjos divergentes dos heterossexuais [...] gênero é um imperativo da cultura, que opõe homens e mulheres através do parentesco.

Podemos perceber, portanto, que a noção de gênero a partir da teoria feminista, provoca uma tensão entre os âmbitos da cultura e da natureza. Esta tensão permanece ainda hoje e é uma das causas dos embates teóricos e práticos existentes dentro do próprio feminismo. As críticas feministas posteriores a teoria de Gayle Rubin, por exemplo, é a de que sua concepção ainda opera dentro de dualismos como sexo/gênero e natureza/cultura. Para melhor compreender estes aspectos, recorro a Linda Nicholson (2008) e sua concepção de *fundacionalismo biológico*. De consenso, as teorias feministas colocaram o gênero no âmbito da construção social. O que difere ou causa tensões é a maneira como se é concebida tal construção. Apesar de se colocar o gênero nesse âmbito, algumas teóricas feministas mantiveram a concepção de que o corpo é o ponto de partida para se pensar o gênero. Existiria *a priori* um corpo a ser identificado e nomeado. O fundacionalismo biológico refere-se, então, a noção de construção a partir de dados ainda biológicos, assumindo-se que “constantes da natureza” seriam

responsáveis por certas “constantes sociais” (NICHOLSON, 2000). A crítica que se faz, portanto, às teorias feministas que questionaram os binarismos e a distinção “natureza/cultura” e “sexo/gênero”, é que estas problematizações não historicizavam ou relativizavam culturalmente as próprias categorias de natureza e de sexo, mantendo-as “passivas”:

Assim, as feministas argumentaram contra o “determinismo biológico” e a favor do “construcionismo social” e, no processo, tornaram-se menos capazes de desconstruir como os corpos, incluindo corpos sexuados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e lugares de intervenção na biologia. Alternativamente, as feministas, às vezes, firmaram as categorias natureza e corpo como sítios de resistência às dominações da história, mas a afirmativa tendeu a obscurecer o aspecto de categoria e sobredeterminado de “natureza” ou de “corpo feminino” como um recurso ideológico oposicional. A natureza parecia simplesmente estar lá, uma reserva a ser preservada das violações da civilização em geral. Ao invés de marcar um pólo categorialmente determinado, “natureza” ou “corpo feminino” significam, de modo simplificado, o centro saudável da realidade, distinguível das imposições sociais do patriarcado, do imperialismo, do capitalismo, do racismo, da história, da linguagem (HARAWAY, 2004).

No entanto, outras teóricas, com as quais compartilho a opinião, assumem que o corpo não é algo que existe *a priori* da linguagem e, portanto, da cultura. O corpo é construído pela linguagem e pelos valores da cultura que o constrói. Compartilho, neste sentido, da concepção de gênero utilizada pela filósofa americana Judith Butler. Para a autora, gênero deve ser caracterizado enquanto uma norma que opera dentro das práticas sociais. De acordo com a autora:

Las normas pueden o no ser explícitas, y cuando operan como el principio normalizador en La práctica social es común que permanezcan implícitas, difíciles de leer y discernibles de una manera más clara y dramática em los efectos que producen [...] La norma gobierna la inteligibilidad, permite que ciertos tipos de prácticas y acción sean reconocibles como tales, imponiendo una cuadrícula de legibilidad sobre lo social y definiendo los parámetros de lo que aparecerá y lo que no aparecerá dentro del dominio de lo social (BUTLER, 2006, p.12).

Assim sendo, para Butler, gênero enquanto norma não é o mesmo que dizer que existem visões normativas de feminilidade e masculinidade, mesmo que esteja evidente que existam essas visões. Porém, gênero é o mecanismo mediante o qual se produz e se normaliza o que é masculino e feminino. De acordo com Butler, em sua obra Problemas de Gênero (2010), o gênero é um meio discursivo, indo para além das atribuições de

significados às diferenças biológicas e constituindo a própria noção de sexo. O gênero, então, produz e materializa o sexo. Esta concepção rompe radicalmente com as teorizações em relação a uma certa imutabilidade biológica ou com a concepção de gênero como sendo a inscrição cultural do sexo, na medida em que sexo é, ela própria, uma categoria genderizada. Na obra “Corpos que pesam: os limites discursivos do sexo” (2001), Butler caracteriza a categoria sexo enquanto “força reguladora (que) se manifesta como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, circunscrever, diferenciar – os corpos que controla” (2001, p.18).

O sexo, nesse sentido, não é algo que alguém tem ou uma descrição física do que alguém é, mas uma das normas que qualifica o corpo para a vida social e tornam este alguém inteligível, sendo então um efeito do poder (Butler, 2001). Nesse sentido, as pessoas tornam-se sujeitos devido identificações com o que a autora denomina de imperativo heterossexual. Assim sendo, a autora caracteriza os seres abjetos:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio o sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual — e em virtude do qual — o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida (BUTLER, 2001, p.155).

De acordo com a autora, podemos entender que gênero não é algo que se é, nem algo que se tem, mas algo que se faz, que é performativo. A performatividade, para a autora, é a modalidade discursiva, expressa em palavras, gestos e atos que constroem o sujeito e cria sua realidade. A performance consiste na reiteração desses atos performáticos. As performances partem das normas de gênero como o objetivo de manter o sexo em sua força binária (BUTLER, 2010, p.200), mantendo a norma, ou de tentar subvertê-la.

Além de historicizar as próprias categorias de “corpo” e “sexo”, outro aspecto de reflexão realizado por algumas autoras feministas tem sido o questionamento quanto as possibilidades de se pensar as experiências das pessoas a partir de uma só categoria de análise ou da soma destas categorias (NOGUEIRA, 2011; PISCITELLI, 2008; BRAH, 2006). Percebe-se que as fronteiras são bem mais tênues do que estamos

acostumadas(os) a pensar. Problematizar as categorias por meio de interações e interseções talvez seja um modo de conseguir abarcar as multiplicidades de diferenças que nos permeiam.

### 3.5 Como a psicologia vem construindo “gênero” e feminismo?

Nesse tópico exponho o meu recorte sobre como a psicologia vem se apropriando e construindo as categorias gênero e feminismo ao longo de sua história, primordialmente a partir dos contextos europeus e norte-americanos. Posteriormente, problematizarei um pouco essas construções no que concerne ao contexto brasileiro.

Tendo a psicologia, no contexto de seu surgimento enquanto disciplina, se aproximado das ciências naturais com o fim de legitimar-se enquanto ciência, pode-se problematizar a história de uso do conceito gênero. Como dito em tópico anterior deste trabalho, as primeiras referências ao gênero surgem em estudos médicos e psiquiátricos, em final dos anos 60. Nesta época, percebeu-se que existiriam uma autonomia entre o que era chamado de identidade psicológica e o sexo biológico (corpóreo): não era fácil mudar a o sentimento de ser homem ou mulher, mesmo que esse sentimento não fosse condizente com o que se espera da anatomia sexual inscrita no corpo da pessoa. Sendo então dois conceitos distintos, o sexo estaria no plano da biologia, enquanto o gênero seria situado na cultura.

No entanto, historicamente, houve utilizações arbitrárias da categoria sexo e da categoria gênero nas pesquisas e na prática da ciência psicológica. Destacam-se basicamente três grandes perspectivas no que concerne aos estudos de gênero na psicologia. Creio ser importante ressaltar que Nogueira<sup>19</sup>, apresenta essa divisão segundo a perspectiva da filósofa Sandra Harding, na obra *The science question in Feminism* (1986). Esta divisão é originalmente feita em termos gerais de: perspectiva empiricista, de *stanpoint* feminista e a pós-moderna. A incorporação dos estudos da psicologia foi realizada aqui por mim, a partir da revisão da literatura sobre a temática. Desta maneira, apresento: a *perspectiva empiricista*, que abrange a abordagem

---

<sup>19</sup> Autora portuguesa que se deteve em problematizar, em várias de suas obras, as relações entre a psicologia e as relações de gênero. A autora realiza uma perspectiva de como a psicologia vem se utilizando do gênero em seus estudos e propõe, ao final, um novo olhar crítico da psicologia aos estudos de gênero: a psicologia feminista, que será melhor explicada posteriormente.

essencialista e a abordagem de socialização e onde se encontra o campo da psicologia diferencial; a perspectiva do “*standpoint*” feminista, onde se encontram os estudos sobre mulheres e a corrente *psychology of women*; e, por último, a perspectiva pós-moderna, onde podemos nos referir à psicologia feminista (AMANCIO, 2001; NOGUEIRA, 2001; NUERNBERG, 2005).

Na perspectiva empiricista a psicologia está calcada num modelo preponderantemente biológico, utilizando-se de métodos experimentais e psicométricos para explicações sobre os comportamentos dos indivíduos. Nesta perspectiva, dominante no início do século XX, o que se percebe é a ausência da figura feminina tanto enquanto pesquisadoras, quanto no lugar de objeto de pesquisa. Quando presente enquanto objeto, a figura da mulher era desvalorizada através das avaliações das diferenças individuais. Estes tipos de estudos consideravam a existência de diferenças inatas, fixas e imutáveis entre os sexos. Por volta dos anos 60 e 70, o foco de análise do gênero muda da biologia para a socialização. O gênero não seria mais algo inato, mas o resultado de forças culturais e sociais aprendidas desde o desenvolvimento infantil até a formação da personalidade, esta sendo algo fixo e estável. Esta perspectiva continuava, desta maneira, a reiterar os dualismos em relação às feminilidades e às masculinidades. O gênero era compreendido como algo que se aprendia na socialização e que operava no nível individual ou da personalidade e não algo operava no nível das relações e da sociedade. Desta maneira, continuava sendo algo interno e não passível de mudança. O caráter prescritivo também chamava atenção: devia-se ser algo que se encaixasse ao que se comumente chamava de masculinidade ou ao que se chama de feminilidade (NOGUEIRA, 1999).

Mudando, então, o foco da biologia para a socialização e o contexto, destaca-se a noção de *androginia*, formulada por Sandra Bem no início dos anos 1970. Pretendendo que as mulheres se libertassem das expectativas comportamentais tidas como adequadas ao seu sexo, a androginia propunha que as pessoas aprendiam e passavam a possuir, desde muito cedo em seu desenvolvimento, características consideradas masculinas e femininas e que as utilizariam acordo com os contextos e as circunstâncias adequadas. (NOGUEIRA, 1999). O indivíduo andrógino estaria menos vinculado às definições culturais e às expectativas de feminilidade e masculinidade, dispondo de maiores possibilidades de comportamentos. Desta maneira, andróginos

seriam mais autônomos e adaptados a diferentes contextos (NOGUEIRA, 2001), ao passo que o modelo de androginia propunha uma “visão utópica e ao mesmo tempo um modelo de saúde mental que não obrigava o indivíduo a banir do seu *self* os atributos e comportamentos inadequados ao seu [dele ou dela] sexo, de acordo com a definição estereotipada” (BEM apud AMÂNCIO, p.13, 2001)

Ainda no contexto da perspectiva empiricista, destaca-se também a *teoria do papel social*. De acordo com Nogueira (2001), o ponto central desta teoria é a de que as diferenças sexuais são causadas pelos papéis sexuais, os quais são as expectativas partilhadas acerca das qualidades e comportamentos de homens e mulheres, apropriadas durante a socialização e que regulam os comportamentos na vida adulta. Desta maneira, homens e mulheres estariam sujeitos a diferentes expectativas e, na medida em que se conformariam a elas, desenvolveriam diferentes competências, atitudes e crenças. A principal causa para tipificação dos comportamentos seria a divisão sexual do trabalho e somente transformações nesse âmbito poderiam proporcionar mudanças no conteúdo dos papéis de gênero (NOGUEIRA, 1999, 2001).

Apesar da mudança de foco da biologia para a socialização, a perspectiva empiricista continua a conceber o gênero no nível individual (sendo interno e imutável), sem problematizar o sistema social e de relações de poder no qual ocorre a socialização e se inscreve o gênero. Assim sendo, os papéis de gênero seriam causa e não efeito, na medida em que não se questionavam suas origens e nem a origem da dominação masculina e a posição subordinada das mulheres. Além disso, o gênero continua a ser concebido de forma dicotômica, na medida em que ainda reconhece modelos convencionais de masculinidade e de feminilidade. Como exemplo, nos estudos sobre a androginia, as análises quantitativas baseadas no *Bem Sex Role Inventory* (BSRI), que media a presença da androginia (traços masculinos e femininos) nas pessoas indicavam que os melhores preditores do comportamento bem ajustado seriam os valores de masculinidade.

A perspectiva do *standpoint* feminista surge a partir da demanda de um novo fazer científico que fosse diferente do tradicional, que acaba por reiterar as desigualdades de gênero e a opressão sofrida pelas mulheres. Partiu-se da necessidade de focar os estudos nas próprias mulheres, a partir da ênfase nos estudos das mesmas. Fazia-se necessário ainda dar visibilidade ao trabalho de novas investigadoras que

tentavam se livrar das amarras dos pressupostos da objetividade e da neutralidade positivistas. É nessa perspectiva que se encontram os estudos da *psychology of woman*, que se iniciam principalmente através da psicologia clínica<sup>20</sup>. De acordo com Amâncio (2001), a corrente da *psychology of woman* vai procurar denunciar os efeitos sobre a psicologia feminina, em particular sobre a auto-estima, da posição de subordinação das mulheres, da escassez de oportunidades de emprego a que tinham acesso e da pressão a que eram submetidas para o desempenho do papel tradicional.

É neste ponto em que se encontram os estudos sobre “o preconceito e os estereótipos sexuais” que objetivavam compreender quais eram esses estereótipos. Apesar de estes estudos acabarem sendo mais descritivos do que interpretativos, Amâncio (2001) relata que algumas autoras procuraram mostrar os efeitos dos estereótipos sobre as mulheres: baixa auto-estima, orientadas ao fracasso e ameaçadas pelo desvio e patologia, na medida em que o modelo ideal de sanidade adulta era baseada nos atributos ditos masculinos.

É importante ressaltar que é ainda neste momento que algumas autoras criticam os estudos que enfatizam as diferenças entre os sexos. Nos vinte anos que se seguem após a década de 1970 foram realizadas diversas investigações e críticas aos critérios de amostragem e às análises estatísticas pouco cuidadosas nos estudos sobre as diferenças sexuais. Algumas autoras explicavam as diferenças não como intrínsecas, mas como aspectos de socialização deixando, porém, de problematizar a origem da dominação masculina e dos papéis de gênero. Outras pesquisadoras buscaram métodos de tentar socializar as mulheres mudando seus estereótipos a partir do treino e da transformação pessoal (SAAVEDRA; NOGUEIRA, 2006).

Ocorreu, no entanto, que apesar da tentativa de politizar os estudos em psicologia, as pesquisadoras feministas não se detiveram sobre as distinções entre sexo e gênero, confundindo-os mais uma vez. Prevalencia então o sexismo na psicologia na medida em que, apesar da proposta política, não houve rupturas significativas com as antigas práticas científicas (Amâncio, 2001; Nuernberg, 2008). A consequência foi que

---

<sup>20</sup> A influência da psicologia clínica à *psychology of woman* deve-se principalmente a base deixada por Betty Friedan sobre o que chamou de —a mística feminina. O mito da feminilidade teria sido gerado na cultura norte-americana pós-guerra frente à necessidade de restabelecimento da ordem social, onde as mulheres estariam confinadas aos papéis tradicionais femininos e à esfera doméstica (AMÂNCIO, 2001).

as diferenças sexuais tornaram-se diferenças de gênero, continuando a reiterar polaridades e perspectivas dicotômicas (SAAVEDRA & NOGUEIRA, 2006). Algumas pesquisadoras começam a questionar, portanto, a importância da ênfase nos estudos sobre as diferenças sexuais, visto que esta tendência acabou por marginalizar a influência social, histórica e cultural nas crenças das pessoas em relação ao gênero e a reiterar as perspectivas dicotômicas que cindem os sujeitos e provocam inúmeras desigualdades.

É a partir destes questionamentos que se abrem as possibilidades de uma nova perspectiva nos estudos feministas na psicologia, a *perspectiva pós-moderna*. A grande crítica aos estudos anteriores que possibilitam a emergência da *psicologia feminista* pode ser resumida na seguinte citação de Nogueira:

[...] a esperança nas “verdades” que as outras autoras [*as que enfatizavam os estudos sobre as diferenças*] esperam alcançar, representa apenas uma crença ingênua sobre uma concepção de ciência que possa oferecer instrumentos poderosos para examinar as relações entre variáveis e validações de teorias. Estas autoras [*as que não defendem a continuação dos estudos das diferenças*], pelo contrário, acreditam que as diferenças sexuais não têm existência —real— fora de um domínio particular de conhecimento, e referem que a ciência em vez de proporcionar recursos neutros e objetivos para —descobrir— as —naturezas— fundamentais de homem e mulher, é acima de tudo uma instituição social atravessada por relações de poder (NOGUEIRA, 1999, p.178, *grifos meus*).

Desta maneira, partindo da problematização da constituição das “verdades” nas ciências, da ênfase nas relações sociais ao invés da individualidade, da valorização da linguagem como meio de construção das realidades sociais e admitindo-se que os sujeitos são constituídos em meio às relações de poder que possuem especificidades históricas e culturais, que a perspectiva feminista propõe-se mais crítica e viabilizadora de transformações sociais.

O que chamo aqui de Psicologia Feminista diz respeito a uma prática psicológica que vise desafiar as utilizações androcêntricas e sexistas na ciência e as práticas normativas da psicologia, considerando as negações dessa ciência tradicional perante as relações de poder em geral e as relações de gênero, em particular (NOGUEIRA, 2001). No entanto, as autoras Neves e Nogueira (2003) ressaltam que a estruturação da Psicologia Feminista não foi realizada consensualmente, podendo-se falar em Psicologias Feministas, visto que apesar de terem objetivos comuns, como afrontar os

enviesamentos na construção do conhecimento sobre as mulheres, nos usos das práticas terapêuticas e na estereotipificação do gênero, os(as) psicólogos(as) feministas não se basearam em argumentos comuns. Algumas pessoas se basearam nas teorias críticas e desafiavam as relações de poder existentes na própria construção do conhecimento e outras procuraram explicações a partir ainda dos métodos tradicionais positivistas.

A psicologia feminista se diferencia de uma psicologia de mulheres. Nesse sentido, a psicologia que aqui problematizo é a que se utiliza, como se refere Saavedra e Nogueira (2006), do feminismo enquanto área política e de mudança social. Portanto, a questão da exclusão das mulheres, que é materialmente presente na sociedade, é um dos objetos prioritários de estudo, porém acredito que devemos levar em consideração uma não essencialização da mulher e das relações de gênero. A psicologia feminista sugere então a prática de uma psicologia política e engajada com as questões das opressões de gênero, etnia, sexualidade, geração, dentre outros.

No que se refere ao contexto brasileiro, pouco se tem referências em relação a como a psicologia vem construindo cientificamente gênero e feminismos. O psicólogo Adriano Nuernberg, em sua tese de doutorado em Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas, pela Universidade Federal de Santa Catarina, defendida no ano de 2005, busca percorrer os caminhos traçados pelos estudos de gênero na psicologia brasileira a partir da trajetória pessoal, ativista e profissional de pessoas que são referências teóricas e institucionais desse processo<sup>21</sup>. O autor, nessa trajetória, mostra que algumas questões propostas pelos movimentos feministas são hoje problematizadas pela psicologia, principalmente pela psicologia social. Sobre estas possibilidades de diálogo e construção conjunta entre a psicologia social e os estudos feministas, discorrerei no capítulo analítico. No entanto, vale ressaltar aqui que esse percurso foi semelhante aos problematizados aqui no que se refere aos contextos europeus e norte-americanos de produção da psicologia sobre mulheres, gênero e feminismos. Nesse sentido, em relação à este campo, o autor discorre:

Considerando que o paradigma hegemônico da psicologia não reservava espaço para questões dessa ordem, em razão da necessidade

---

<sup>21</sup> O autor analisou 16 entrevistas a partir dos seguintes critérios de escolha: 1) *Ter como graduação o curso de psicologia ou formação/atuação reconhecida na área;* 2) *Ser pesquisadora com vínculo institucional com universidade pública ou privada, inclusive como docente nos cursos de psicologia nos níveis da graduação e/ou pós-graduação;* 3) *Possuir de 1980 a 2004, produção científica nos estudos de gênero reconhecida tanto em termos de valor histórico quanto teórico-metodológico.*

de dar manutenção a um sujeito universal e distanciar-se daquilo que considera ideológico, o campo intelectual feminista nesse contexto integrou-se à parcela dessa matriz disciplinar que se opunha ao modelo tradicional de ciência, do mesmo modo que as teorias feministas se aliavam ao pós-modernismo, ou seja, criticamente [...] Os estudos de gênero no Brasil estabeleceram alianças com teorias e campos que valorizam a cultura, o contexto social e a dimensão ativa e subjetiva dos sujeitos [...] Diante disso, a psicologia social teve que se adaptar às novas demandas sociais emergentes na contemporaneidade, contemplando questões vindas do contexto social. Ao valorizar temas de grande valor para os movimentos sociais, psicólogas sociais transformaram preocupações que trouxeram do ativismo político ou da vida pessoal, em problemas científicos, apoiando-se nos instrumentos da academia (NUERNBERG, 2005, p.273-274).

Nuernberg então problematiza em sua tese exemplos concretos de atuações da psicologia que, ao longo das últimas três décadas, vem construindo gênero e feminismo em seus estudos. O autor, no entanto, discorre que a proposta de psicologia feminista anglo-americana pouco teve influência para a maior parte de suas entrevistadas, apesar de os temas de pesquisas coincidirem bastante com o campo. Nuernberg propõe como uma possível explicação a isto, que as protagonistas dos estudos de gênero na psicologia parecem estar inseridas no movimento que propõe fortalecer a identidade da psicologia social latino-americana que propõe a construção de uma nova psicologia social que propõe transformações nas realidades sociais a partir de um viés interdisciplinar<sup>22</sup>.

Não poderia deixar de trazer aqui que atualmente algumas psicólogas vem dialogando no sentido de constituir e fortalecer no Brasil este *lócus* que aproxima a psicologia dos feminismos, porém não como um campo ainda delimitado tal qual propõe o contexto anglo-americano. Estas pessoas vêm tentando fortalecer o diálogo entre a psicologia e os feminismos, a partir não só de produções temáticas na área, mas através de ações e produções que refletem criticamente sobre as possibilidades deste diálogo. Posso citar, além de mim, outros nomes: Cláudia Andréa Mayorga Borges<sup>23</sup>, Karla Galvão Adrião<sup>24</sup> e Juliana Perucchi<sup>25</sup>. Todas têm buscado, em diálogo, fortalecer uma psicologia politicamente engajada com questões feministas em suas ações e

---

<sup>22</sup> Volto a ressaltar que discorrerei com mais afinco sobre esse movimento na psicologia social no Brasil em capítulo analítico.

<sup>23</sup> Para maiores informações sobre a pesquisadora ver:

[www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizac.vdo?metodo=apresentar&id=K4796811Y7](http://www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizac.vdo?metodo=apresentar&id=K4796811Y7)

<sup>24</sup> Para maiores informações sobre a pesquisadora ver:

[www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizac.vdo?id=K4708328E3](http://www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizac.vdo?id=K4708328E3)

<sup>25</sup> Para maiores informações sobre a pesquisadora ver:

[www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizac.vdo?id=K4799077Z2](http://www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizac.vdo?id=K4799077Z2)

produções acadêmicas. Como exemplo disso, posso citar a realização de uma mesa redonda com o título de “dos estudos de gênero às teorias *queer*, desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social”, ocorrida no 15º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) em Maceió. Recentemente, no mês de maio de 2013, as pesquisadoras também participaram de uma mesa-redonda com o título de “Intervenção social e feminismo: contribuições da psicologia social”, no III Seminário Enlaçando Sexualidades realizado pela Universidade Federal da Bahia.

## **1 INTERFACES E TENSÕES ENTRE A PSICOLOGIA ACADÊMICA DO RECIFE E OS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO**

Neste capítulo encontram-se os aspectos analíticos desta pesquisa, onde serão trabalhados, à luz das teorias feministas e de gênero, interlocutoras, os aspectos problematizados nas entrevistas realizadas com as(os) interlocutoras(ES); além dos artigos científicos publicados por autorias da psicologia atuantes no Recife nos periódicos *Revista Estudos Feministas* e *Cadernos PAGU*. Nesse sentido, trago sete pontos de análise. O primeiro, no qual revisito as experiências das interlocutoras no que concerne às suas aproximações com o campo dos estudos feministas e de gênero. Posteriormente, no terceiro e quarto tópicos, problematizo os aspectos trazidos nas entrevistas em relação às possibilidades de interfaces entre a psicologia e o campo de estudos feministas e de gênero. No quarto tópico, discorro sobre as tensões no que se refere à legitimidade da atuação e produção numa psicologia que, ao dialogar com o campo feminista e de gênero, caminha em sentido diferente a uma prática científica positivista e dominante. Posteriormente, discorro sobre algumas outras tensões ocasionadas entre a militância nos movimentos feministas e a atuação acadêmica no campo feminista e de gênero. No sexto tópico, problematizo as implicações dos processos de migração das(os) interlocutoras(es) a outros estados ou países e de circulação das teorias feministas e de gênero. E, por último, trago a análise dos aspectos de circulação e divulgação dos artigos produzidos na *REF* e *PAGU*, pelas autorias da psicologia no campo feministas e de gênero.

### **4.1 Revisitando experiências das(os) Interlocutoras(es): aproximações e relações com os feminismos**

O primeiro aspecto a se considerar, em nível de problematização das entrevistas, refere-se à localização das(os) interlocutoras(es). E, aqui, refiro-me, assim como Cláudia de Lima Costa (2003), localização compreendida em seu sentido literal e metafórico, ou seja, como espaço geográfico específico e como uma localização imaginada, política e mental. Buscarei situar essas localizações, a partir das noções de “experiência”, “subjetividade” e “identidade” problematizadas aqui principalmente

através das perspectivas da historiadora norte-americana Joan Scott (1999) e da socióloga britânica Avtar Brah (2006).

Pude perceber, a partir das entrevistas, as relações das interlocutoras com o campo dito feminista, em termos de cotidianos pessoais, acadêmicos e de ativismos políticos. O reconhecimento enquanto “feministas”, por parte das/os entrevistadas, constitui-se através de suas experiências profissionais e pessoais. Para Scott (1999) a experiência é em si uma interpretação e, ao mesmo tempo, necessita de interpretação. E, digo aqui, através e não “a partir da” experiência, pois de acordo a autora:

A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem da nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz (SCOTT, 1999, P.27).

De antemão, todas as interlocutoras falam de um lugar bem delimitado. O lugar da autoridade científica. Independente de fazerem ciência a partir de epistemologias e metodologias que visam se deslocar do pensamento científico dominante, tratam-se todas de professoras e professor e pesquisadoras e pesquisador universitárias/o. Portanto, ocupam o terreno do “saber” em nossa sociedade. Todas enunciam ainda a partir de um mesmo local geográfico: a cidade do Recife, importante capital do nordeste brasileiro e com significativa história no movimento feminista. No entanto, tratam-se de mulheres e homem, brancas, pardas, negras, com práticas sexuais particulares, que ascenderam ou não de classe social, que migraram ou não de disciplina científica, de estado ou de país. São pessoas que se nomeiam ou não enquanto “feministas” através destas experiências e de muitas outras que não puderam ser compartilhadas no momento peculiar de entrevista. A mim, cabe tentar captar esses lugares e posicionamentos em suas dimensões múltiplas, a fim de historicizá-los e politizá-los, para melhor compreendê-los. De onde falam as interlocutoras? Que condições viabilizam reconhecê-las e nomeá-las enquanto feministas? Estas são perguntas-chaves para este tópico.

Trago aqui alguns trechos da entrevista com Mercês. Ela relata que o feminismo entrou em sua vida ainda sem ser nomeado, a partir da vivência de sua mãe e dos questionamentos que a dinâmica familiar, desde cedo, lhe proporcionou:

É... eu sempre fui uma pessoa interessada, certo, desde estudante, pelas pessoas, não especialmente pelas mulheres. Mas como eu venho de uma família que só tem mulher, três filhas dentro de casa, minha mãe sempre disse que "todas vocês tem que estudar, pra não depender de homem, nem de ninguém", então eu acho que... de onde veio esse feminismo? Veio sem o nome, veio de uma forma não dita, né. De uma mulher que hoje em dia tem 82 anos e que é um padrão assim, em termos, da dona de casa, mas que se rebelou pela condição. Agora ela tem as contradições, ela deixou de trabalhar para casar, certo, mas pra lá veio os filhos. Também naquela época era desempregada, essas coisas. Mas ela sempre criou todas as filhas assim [Trecho da entrevista com Mercês].

[...]

eu era louca por Malu Mulher, aí tinha gente que me chamava de Malu Mulher, porque pra aquele contexto era uma mulher mais avançada, assim né, de idéias. Eu só não, eu e minhas irmãs eu acho, tínhamos esse... eu acho que também tem a ver com, aí eu já falo enquanto psicóloga, da confiança de ser mulher, né, que foi dada, da auto-estima positiva, né, que minha mãe tinha isso, tem isso e passou isso pra gente, né. Ela sempre falou "todas vocês tem que estudar pra não depender de homem nenhum, vocês podem tanto quanto qualquer homem". E a coisa é tão doida que todas nós decidimos fazer engenharia que ainda era, né, assim, padronizada pra homens. Certo, meu pai queria ser engenheiro e não pôde, era militar, não deu pra estudar e minha mãe disse que também se tivesse feito faculdade faria engenharia. Até hoje num tem nenhum engenheiro, né. Então, três filhas, e a que menos tem, tem pós-graduação, cada uma numa área e eu cai na psicologia [Trecho da entrevista com Mercês].

[...]

Dáí eu fui me tomando conta, eu fui conhecendo o feminismo e fui virando feminista e hoje em dia eu digo que eu sou feminista, né, digo e é meu primeiro cartão de visitas. Não sou filiada a nada, certo, sou independente. Não me considero feminista radical, né, mas tenho simpatia pelo feminismo radical, mas não considero que eu sou radical. Comecei a conhecer mais o feminismo acadêmico, dentro da Espanha [Trecho da entrevista com Mercês].

Em de sua ida para o doutorado em Deusto, Mercês relata encontrar uma feminista que seria sua possível orientadora de tese, vindo a tornar-se posteriormente sua amiga. A interlocutora inicia, a partir deste encontro, leituras feministas e participação em grupos de mulheres na Espanha. Nestes encontros, o aspecto da *solidariedade*, o qual problematizarei mais adiante, parece ter sido o ponto desencadeador para nomear-se enquanto feminista. Passa-se a ter conscientização de que os questionamentos antes não nomeados podem ser partilhados por um grupo e também teorizados. Mercês chega a citar, em vários outros momentos da entrevista, que

tinha anteriormente a sua ida à Espanha e encontro com o feminismo teórico e pessoas feministas, a ter um certo preconceito em relação ao feminismo, visto que vinculava-o à idéia estereotipada de revolta e queimas de soutiens.

A interlocutora Hulda relata sua aproximação com o feminismo também a partir de sua dinâmica familiar e fala desta aproximação como uma relação ainda não nomeada:

Na adolescência. Na verdade por questões pessoais, num é, de sexualidade, de visão de mundo, eu tinha uma mãe que fazia parte do movimento de cultura popular, na Várzea, né, uma mãe briguenta e tudo mais. Mulheres fortes em casa. [...] Então enquanto elas liam José de Alencar, eu lia Simone de Beauvoir. Enquanto elas liam aqueles livros obrigatórios pra vestibular e num sei o que, eu tava lendo [...] mulheres que só depois é que eu vim saber que o nome era feminismo, mas assim, que já de alguma forma, estruturavam um pouco a minha conduta frente ao machismo imposto, sim, na sociedade, né? Então, assim, dentro da minha casa, como parte da minha família é alemã, eu tinha contato com outras coisas, então eu sempre tive oportunidade de ver outras discussões na minha casa que a gente não via num lar brasileiro, vamos dizer assim, formado por um nordestino e uma nordestina, num é? Assim, eu tinha contato com outras coisas. Minhas tias todas fizeram faculdade, que já era uma coisa assim chocante pra época e tal, mas isso também porque elas vinham de uma formação onde o pai era alemão, num é? E, assim, tinha uma outra visão de mundo. Então eu nunca entrei em contato com o feminismo via universidade não... Eu entrei via minha socialização, minha família primeiro e minhas leituras [Trecho da entrevista com Hulda].

Percebe-se que tanto para Mercês, quanto para Hulda, as experiências de mulheres significativas em suas vidas, tais como suas mães, foram possibilidades de aproximações com questionamentos feministas e com as reflexões sobre lugares que são ocupados por homens e mulheres dentro do âmbito privado do lar. Podemos compreender a experiência das interlocutoras como um lugar de contestação. Trata-se, como defende Brah (2006), de um espaço discursivo onde posições de sujeito ou subjetividades são inscritas, repudiadas ou reiteradas. As interlocutoras começam a se indagar sobre os valores e normas tidos como “certos” ou “errados” na sociedade e perceber estas normas como responsáveis pela manutenção da desigualdade social.

Foi migrando da psicologia para antropologia, em seu curso de mestrado, que Hulda se aproximou do feminismo. Hulda passou ainda a freqüentar o Fórum de

Mulheres de Pernambuco e a tornar-se ativista do movimento de mulheres. Em alguns momentos da entrevista, relata também questões relativas a sua própria sexualidade na relação que mantém com os feminismos. A interlocutora não nomeia nem categoriza sua sexualidade e nem cabe aqui questioná-los, mas percebe-se que este âmbito de sua vida, em intersecção com as múltiplas posições (mulher, professora, ativista, dentre outros) ocupadas pela mesma, são importantes para suas reflexões e tem efeitos particulares, dependendo das relações que estabelece e dos lugares em que se coloca. Hulda chega a relatar ter sentido, em alguns momentos, preconceitos quanto a sua sexualidade em lugares do ativismo político feminista e não sentir essa barreira ao ir trabalhar com mulheres pescadoras no âmbito da pesquisa acadêmica:

Por exemplo, quando eu cheguei lá, eu não cheguei dizendo quem eu era, do ponto de vista de meus interesses sexuais, não, nem tinha letreiro na minha testa e tal. Mas eu me sinto extremamente bem aceita. As mulheres brincam comigo, se abraçam comigo, dançam comigo... melhor às vezes eu vejo do que quando eu vou pra uma festinha do Fórum, que parece que tem aquela coisa de "se eu dançar com ela vão dizer que eu também sou". É um negócio muito ridículo, sabe, num bate com o discurso [Trecho da entrevista com Hulda].

Além desse aspecto, Hulda traz na entrevista, diversas críticas ao movimento feminista institucionalizado do Fórum de Mulheres de Pernambuco, as quais problematizarei mais adiante. No entanto, vale ressaltar desde agora, que a entrevista com esta interlocutora permitiu perceber as diversas diferenças e tensões dentro do próprio campo feminista. Aspectos cotidianos, como a sexualidade, além da aproximação com teorias feministas pós-estruturalistas que a permitiram relativizar categorias e um certo “enrijecimento” do ativismo feminista frente à questões teóricas, fazem-se presentes em sua fala e perpassam seu reconhecimento enquanto “feminista”, delimitado e cortado por essas diferenças e tensões múltiplas, circuitos e fronteiras das relações de poder (COSTA, 2003) estabelecidas dentro do próprio campo feminista.

Estes aspectos de tensões dentro do próprio campo feminista, também estão presentes na entrevista com Jorge. No entanto, como dito, discorrerei com mais afinco sobre eles posteriormente. Aqui cabe problematizar a nomeação de Jorge enquanto um homem feminista:

Eu, já de antemão me nomeio como um homem feminista, né? Pela trajetória de trabalho que a gente veio desenvolvendo nesse meio tempo, já vai quase vinte anos... [Trecho da entrevista com Jorge]

Durante a entrevista, Jorge não faz questão de explicar porque se nomeia um homem feminista, apesar de relatar, em alguns momentos, que isso causa tensão e contrariedades, dependendo também do lugar a ser ocupado dentro deste campo. No momento de entrevista, Jorge parece não sentir a necessidade de explicação. Aqui reflito sobre o fato de eu também não tê-lo questionado sobre esse aspecto. De certo, no início da entrevista, contei-lhe um pouco sobre os critérios de escolha dele, enquanto interlocutor. No entanto, no decorrer da entrevista, não lhe questionei sobre suas opiniões no que se refere a ser um homem atuante no campo feminista. Acredito que eu tenha “tomado” este aspecto como auto-explicativo no decorrer do relato de sua trajetória, visto que ambos consideramos a legitimidade deste lugar.

A aproximação de Jorge com o feminismo ocorre a partir de sua entrada no curso de mestrado em psicologia social pela PUC de São Paulo, através principalmente do feminismo acadêmico. No entanto, sua trajetória é significativamente híbrida. No cerne das temáticas estudadas por ele, está o âmbito das masculinidades. E é nesse âmbito que o interlocutor também coloca algumas reflexões pessoais:

Aí eu vou fazer um parêntese agora pra poder contar uma história pessoal que vai na mesma paralela na questão do tempo histórico. Eu desde os 14 anos, desde criança eu brincava e cuidava de crianças. Porque eu era palhaço, educador infantil, trabalhei na escola Arco-Íris, aí tinha toda uma discussão da pedagogia alternativa, da história que eu era um dos poucos homens da escola recriador, a história da participação dos pais no cuidado com os filhos. Então tinha uma discussão que depois olhando pra trás, né, eu organizando isso, que era uma reflexão que mexia comigo nessa questão das estruturas familiares. O lugar de homem, o lugar de mulher, o lugar de pai, o lugar de mãe. Que depois eu ordeno isso a partir do olhar de gênero. Mas nesse momento era a questão de família e relações familiares. Mas isso tudo vai mexendo com a minha história de homem e homem cuidador, né, cuidando de outros seres, né, outros seres humanos [...] Porque no plano sexual ainda é muito forte, na época mais forte ainda, essa idéia machista-patriarcal de lugar do homem não é o lugar do cuidado, é o lugar do provedor financeiro e tal [Trecho da entrevista com Jorge].

A partir destas reflexões, Jorge adentra seus estudos e atuação a partir de uma perspectiva feminista, no qual estão sempre imbricadas perspectivas politizadas de gênero, sexualidade e saúde. O âmbito acadêmico esteve sempre em relação com o âmbito da militância, a partir da coordenação da ONG PAPAI.

No que se refere também a trajetórias híbridas, posso discorrer sobre a interlocutora Rosineide. A mesma inicia seus encontros com os feminismos a partir da militância no PT, em Campina Grande, por volta do início da década de 1980. Rosineide participava de um grupo de educação popular, no qual ministrava aulas de alfabetização para adultos e adultas na associação de moradores(as) no bairro de Bodocongó. Essa ação resultou numa cartilha de alfabetização realizada por mulheres, com os textos das próprias:

E eu me lembro de uma estrofe que elas criaram que era uma coisa, assim, que eu nunca esqueci: "a vida da dona de casa é um faz e desmancha e um desmancha e faz... a dona de casa tem o direito de passear", era uma coisa assim [Trecho da entrevista com Rosineide].

Concomitante a esta experiência, Rosineide tinha amigas do bairro que participavam de diversos movimentos sociais e decidiram se juntar para iniciar um grupo de reflexão, a fim de partilhar suas experiências enquanto mulheres:

Veja, esse grupo ele recebia muitos questionamentos e até um certo ar de sarcasmo dos nossos companheiros, né, dos namorados, mais do povo que era considerado revolucionário na época. E o que é que as mulheres querem agora? Nós sofriamos pancadas de todos os lados. E essas mulheres eram mulheres que tinham tido, todas nós... nós partilhávamos, além de ter uma amizade muito grande, mas nós partilhávamos as histórias dos abortos clandestinos, porque uma ou outra já tinham acompanhado ou já tinham passado pela história. Então era... nós nos conhecíamos por ter uma afinidade política mas também tinha muita solidariedade. Então, assim, quando nem existia o grupo já existia essa amizade entre nós [Trecho da entrevista com Rosineide].

Mais uma vez, destaca-se o âmbito da *solidariedade*, enquanto a disposição de atores e atrizes sociais partilharem uma identidade coletiva ou a capacidade de ser e ser reconhecido como parte de uma mesma unidade social (MELUCCI, 1989). Mulheres que reconhecem suas experiências nas de outras mulheres, que partilham de sofrimentos por serem mulheres. Assim como, no que se refere a prática de Rosineide com educação popular, mulheres que identificam em outras mulheres, não alfabetizadas, possibilidades de agência e voz, contribuindo para que construíssem seus próprios instrumentos de alfabetização a partir de suas próprias vivências.

Acredito ser importante chamar atenção para este aspecto da solidariedade, bastante discutido por Brah (2006). A questão da solidariedade como determinante para a criação de identidades políticas (no caso, a identidade feminista) é questionável, na

medida em que as identidades não são fixas e imutáveis e sim relacionais e contingentes histórica e socialmente. Entram em questão os aspectos da diferença e da desigualdade, dentro das próprias categorias de ativismo político. Em muito se questionou a hegemonia do feminismo branco e heterossexual (BUTLER, 2010; PISCITELLI, 2004) e o quanto a concepção de uma mulher universal acabou por reiterar a opressão sofrida por outras mulheres. Nesse caso, a diferença entre as mulheres resultou em desigualdade e opressão entre as mesmas. No entanto, acredito que a solidariedade é possível quando as diferenças não são relações desiguais de poder que ocasionem desigualdades e sim “igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006, p.374).

Retornando à interlocutora Rosineide, esta inicia sua aproximação com os feminismos a partir do âmbito pessoal e da militância o que, posteriormente, a faz retornar à academia para realizar seu mestrado em serviço social na UFPE já buscando uma perspectiva feminista pra seus estudos:

[...] eu escolhi meu orientador porque ele disse, no primeiro dia de aula, que ele era um homem feminista e eu falei "é com ele que eu vou" [Trecho da entrevista com Rosineide].

Percebe-se então, que a identificação e auto-nomeação enquanto *feministas*, ou seja, a construção de *localização* dessas pessoas entrevistadas é resultante de processos múltiplos de estranhamento, visto que são ocupados mais de um lugar simultaneamente, cruzando constantemente várias ordens e fronteiras (COSTA, 2003), tais como a militância de bairro, o cotidiano do lar, as relações de amizade, a academia. Ou seja, ela atravessa a questão da experiência, das relações sociais, de subjetividade. Compreendo a questão da identidade (feminista) a partir da noção de Brah (2006, p.371) na citação adiante:

De fato, a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como “eu”.

No entanto, nem todas as interlocutoras se denominam um “eu” feminista. Apesar de reconhecer as relações de desigualdades que oprimem mulheres e a importância de se aproximar teoricamente dessas desigualdades, a interlocutora Cristina

diz não ser feminista. Nesse sentido, tendo em vista as posições na qual se situa e investe, Cristina não lhes atribui significado como sendo ligada aos feminismos, compreendo-se no mundo de maneira mais ampla e geral:

Não, não, primeiro porque eu nunca tive uma militância. Depois porque eu não gosto de rótulos, eu não gosto de amarras, sei lá, categoriza a gente, né? Então não me sinto feminista não. Eu sempre tive interesse por minorias, de um modo geral. Então eu gosto, eu gosto muito da leitura de Butler, não apenas porque ela trata de gênero, mas porque ela trata de uma ética que defende a vida. Qualquer espécie de vida. Então eu acho que isso me interessa bem mais do que um determinado gênero, seja ele qual for. Agora, sou mulher, por isso sempre me interessei por coisas que dizem respeito a mulher, até porque a gente sente a discriminação, qualquer que seja a classe que a gente pertença, por mais que a gente estude. A gente sente que o mundo é desigual, né, em relação às mulheres. Então eu sempre me interessei por esses estudos. Mas tanto que eu passei tranquilamente, fui cada vez mais migrando pra outros grupos que eu também sinto como minoritários, em questão de direitos, então não me sinto feminista não [Trecho da entrevista com Cristina].

Em outro momento, ao ser questionada sobre se e como acredita que os estudos feministas e de gênero podem contribuir para a psicologia e vice-versa, Cristina diz o seguinte:

Veja mesmo, eu acho que de todo modo é como se fosse assim, é essa cisão entre a academia e a vida cotidiana, né, dificulta uma maior contribuição, mas eu acho que não há dúvida que contribui um com o outro, não é? Primeiro porque uma das coisas que eu tenho um pouco assim de cuidado com a questão da militância é não usar a ciência para, vamos dizer assim, comprovar o defender bandeiras. Eu acho que a gente tem que usar a ciência sim e e associar sempre que puder, mas eu temo porque às vezes o que eu vejo e que me assusta um pouco, não é, eu num sei nem, isso num tá muito claro ainda na minha cabeça, mas o que me assusta um pouco às vezes é... movimentos militantes que ficam, vamos dizer, exageradamente aferrados em determinadas bandeiras e fazer uso da ciência não para, sei lá, num é para conhecer, porque na realidade a gente não conhece, mas para defender aquilo a ferro e fogo, então isso me dá um pouco de receio, né, mas eu acho que uma coisa não pode andar sem a outra. Essa semana mesmo eu estive discutindo em sala de aula porque um aluno estava se colocando exatamente assim, dizendo que quando certos grupos, se você não defende essas bandeiras, você é segregado. E por isso ele rechaçava qualquer tipo de militância. Eu digo, a gente não vive sem... o mundo não muda apenas porque os acadêmicos estudam mais e fazem pesquisas. A gente precisa das duas coisas, né? Eu acho que há uma contribuição grande a ser dada tanto pela academia aos movimentos militantes como também a militância, porque é a vida real, é o concreto, é o que essas pessoas vivem, não é? E algumas vezes eu acho até que é legítimo, num é, certos usos que se fazer porque é... não tem como avançar se a gente não fizer isso, não é? Mas

eu sou um pouco cuidadosa mesmo, tenho um pouco, mas eu acho que é fundamental que haja uma interação entre a militância e a academia [Trecho da entrevista com Cristina].

Nesse sentido, a interlocutora diz creditar na importância da relação entre academia e militância, mas apresenta seus receios quanto a essas relações, mostrando em sua fala os dois como âmbitos que podem se relacionar, mas que são independentes. Ou seja, atuar academicamente parece, para a interlocutora, não acarretar em militância. Nesse sentido, possivelmente este seja um dos motivos para que Cristina não se reconheça enquanto feminista.

Outra posição ocupada por todas as interlocutoras é de uma ligação, seja ela atual ou passada, com a psicologia. Assim sendo, no próximo tópico discorrerei sobre as interfaces e tensões trazidas pelas interlocutoras em suas vivências entre a psicologia acadêmica e o campo dos estudos feministas e de gênero.

#### **4.2 A ausência dos estudos feministas e de gênero nas graduações: a psicologia a serviço da norma**

A ausência de estudos de gênero e estudos feministas nos anos que fizeram seus cursos de graduação em psicologia foi algo comum a todas as interlocutoras que cursaram esta disciplina. Como já visto anteriormente, é um dos aspectos do campo de estudos de gênero e feminista a concentração destes estudos nas pós-graduações e âmbito da pesquisa, em contraponto a incipiente presença destes nas graduações. É ainda consenso que uma das justificativas para esse quadro é a maior flexibilidade de mudanças de currículos nos programas de pós-graduação. Muitos currículos de graduação não acompanharam as mudanças epistemológicas que ocorreram dentro da própria psicologia, enquanto ciência. Assim como não acompanharam as mudanças no mercado de trabalho para área, cada vez mais voltada aos serviços públicos, não somente se restringindo as escolas particulares, hospitais psiquiátricos, empresas e consultórios particulares.

Neste ponto, podemos refletir sobre a própria emergência da disciplina da psicologia no âmbito das ciências, assim como sobre as mudanças epistemológicas que ocorreram ao longo do século passado na disciplina. Acredito que um bom caminho

para isso, seja retomar a arqueologia e genealogia foucaultianas, que nos fornecem análises sobre as condições de possibilidade de emergência e transformação das ciências humanas e do saber psicológico, e as práticas de poder e disciplinarização imbrincadas nessas condições, respectivamente<sup>26</sup>. Posteriormente, podemos ainda retomar os contextos de emergência da psicologia social e a chamada “crise na psicologia social”, assim como as movimentações pelo giro lingüístico e as mudanças ocasionadas nas ciências humanas e na própria psicologia.

A emergência da psicologia está intrinsecamente relacionada à lógica da sociedade disciplinar, exposta por Foucault (2007), e às técnicas que visavam adaptar o indivíduo ao seu meio social, por volta de fins do século XIX. As práticas *psi* começaram a se formar exatamente nos interiores das instituições que visavam normativizar os indivíduos, adaptando-os às normas e aos valores da sociedade ocidental: as prisões, os hospitais psiquiátricos e as escolas. De acordo com Henrique Caetano Nardi e Rosane Neves da Silva (2004, p.189):

Sendo assim, poderíamos falar de uma complementaridade entre um regime de verdade – que caracteriza que Foucault (1999) chama de sociedade disciplinar – e o caráter normativo intrínseco ao desenvolvimento do conjunto das ciências humanas, dentro das quais se inscreve o desenvolvimento da própria psicologia moderna. Essa complementaridade manifestar-se-ia justamente na produção de uma subjetividade privatizada ancorada na idéia de indivíduo que, por sua vez, é sustentada pela divisão entre o dentro e o fora. Segundo Foucault (1999), essa divisão é a principal característica das sociedades disciplinares, cuja operacionalidade encontra-se apoiada fundamentalmente sobre o modelo das instituições de confinamento. A produção de uma subjetividade privatizada está, portanto, diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma tecnologia específica do poder, denominada por Foucault de *disciplina* e cuja característica é justamente esta separação entre o “dentro” e o “fora”,

---

<sup>26</sup> A **arqueologia do saber**, proposta por Foucault, diz respeito a um método de investigação que visa a compreensão da ordem interna que constitui um determinado saber. A fase dita “arqueológica” de Foucault, buscou analisar as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências, principalmente humanas. Para ele, os sujeitos e os objetos não existem a priori, sendo discursivamente construídos a partir do que se fala sobre eles. Difere da epistemologia, pois esta última busca estabelecer as condições de legitimidade de um determinado discurso científico, enquanto a arqueologia busca compreender as condições de existência destes discursos (MACHADO, 2007; GIACOMONI, VARGAS; 2010; DANNER, OLIVEIRA, 2009). As principais obras dessa fase são a História da Loucura (1961), O Nascimento da Clínica (1963) e As Palavras e As Coisas (1966) e a própria Arqueologia do Saber (1969).

Já a fase genealógica de Foucault tem como base a **genealogia do poder**, e busca a análise do poder enquanto elemento possível de explicar como se produzem e se institucionalizam os saberes e como nos constituímos a partir das relações saber-poder (DANNER, OLIVEIRA, 2009). Os mecanismos de exercício do poder, a disciplina (na esfera do corpo) e o biopoder (na esfera da população), são sustentados e produzidos por e no interior dos discursos científicos.

que se encontra na base da própria dicotomia entre indivíduo e sociedade.

Para Foucault (1966), as ciências humanas e a psicologia emergem ainda nos interstícios de três dimensões da episteme<sup>27</sup> moderna. Numa delas, situam-se as ciências físicas e matemáticas, onde a “ordem é sempre um encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes e verificáveis” (FOUCAULT, 1966, p.450). Em outra dimensão, situam-se ciências “como as da linguagem, da vida, da produção e da distribuição das riquezas” (FOUCAULT, 1966, p.450). E a terceira dimensão seria a da reflexão filosófica. De acordo com o autor (p.451):

Deste triedro epistemológico são excluídas as ciências humanas no sentido, pelo menos, de que não se pode encontrá-las em nenhuma das dimensões nem à superfície de nenhum dos planos assim desenhados, mas pode-se dizer igualmente que elas são incluídas por ele, pois é exatamente no exercício destes saberes, mais exatamente no volume definido pelas suas três dimensões, que elas encontraram o seu lugar...

Nesses interstícios e levando em consideração a análise foucaultiana do poder não vinculada ao modelo jurídico e imperativo da lei e sim da normalidade e de um poder exercido de modo contínuo sobre os indivíduos (poder disciplinar) e sobre as populações (biopolítica), a psicologia pode ser percebida como mais uma importante peça da engrenagem da máquina do controle social (NOGUEIRA, 2001), utilizando a formas de conhecimento específicas do poder disciplinar, advindos dos métodos de investigação das ciências naturais:

A *medida*, o *inquérito* e o *exame* foram todos os três, em sua formação histórica, meios de exercer o poder e, ao mesmo tempo, regras de estabelecimento do saber. A *medida*: meio de estabelecer ou restabelecer a ordem, e a ordem justa, no combate dos homens ou dos elementos; mas também, matriz do saber matemático e físico. O *inquérito*: meio de constatar ou de restituir os fatos, os acontecimentos, os atos, as propriedades, os direitos; mas, também, matriz dos saberes empíricos e das ciências da natureza. O *exame*, meio de fixar ou de restaurar a norma, a regra, a partilha, a qualificação, a exclusão: mas também matriz de todas as psicologias, sociologias, psiquiatrias, psicanálises, em suma, do que se chama, ciências do homem [...] Mas, antes de figurarem juntos e, assim sendo, decantados no interior de domínios epistemológicos definidos, estiveram ligados à instalação de um poder político; eram, ao mesmo tempo, o efeito e o instrumento, correspondendo a *medida* a uma

---

<sup>27</sup> Foucault (2011, p.247) define *épistémè* como um “dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito do que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro”. Sendo, portanto o que separa o que é inqualificável cientificamente do que é qualificável.

função de ordem, o *inquérito* a uma função de centralização, o *exame* a uma função de seleção e exclusão”(Foucault, 1997, p.20).

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva arqueológica, o surgimento da psicologia científica está intimamente ligada aos pressupostos positivistas e é caracterizada como um saber que emerge em torno do par “função *versus* norma”, que tinha por objetivo lidar com os problemas de ajustamento dos indivíduos frente à sociedade. Numa perspectiva genealógica, a psicologia está intrinsecamente implicada nas práticas de poder disciplinar, onde a figura do panóptico, que materializa os ideais de vigilância dos corpos a partir dos dispositivos arquitetônicos, tem essencial importância nas práticas *psi*, conforme funcionam como laboratórios de psicologia, nos quais havia a sistemática observação e sistematização das condutas desviantes (PRADO FILHO, 2007).

A psicologia tem ainda papel importante na transição das tecnologias disciplinares para as tecnologias da sociedade de controle, na qual a lógica disciplinar transcende os muros das instituições e passa a co-existir no cotidiano dos corpos. A sociedade de controle acaba por “intensificar a interiorização e a invisibilidade da norma na trama da própria vida” (NARDI; SILVA, 2004, p.195), onde o poder passa a ser exercido de modo muito mais sutil. Nesse sentido:

Essa mudança implica, sobretudo, que o indivíduo não representará apenas a parte material que será envelopada pelo poder disciplinar: ele próprio se tornará uma entidade abstrata tomada como objeto de investigação de um novo território de saber e de práticas, que buscará vinculá-lo a uma identidade bem determinada e de acordo com as novas exigências do poder capitalista. Não se trata apenas de disciplinar os corpos, mas principalmente os investimentos do desejo no campo social. A lógica disciplinar será, no entanto, preservada, ainda que desta vez ela não se apresente mais restrita a um espaço fechado. A fim de perseguir seu objetivo normativo e disciplinador, ela tratará de encerrar o desejo em representações estereotipadas, vinculando-o a um modo de existência que desencadeia, por sua vez, um processo crescente de individualização da subjetividade (forjando a idéia de uma subjetividade privatizada), produzindo, ao mesmo tempo, uma progressiva modelização e homogeneização de toda experiência subjetiva.

[...]

Consideramos que a invenção da psicologia moderna, como campo específico de saberes e práticas, antecipa esta forma difusa e permanente de exercício do poder que vai caracterizar as sociedades de controle contemporâneas nas quais se busca produzir um novo tipo

de assujeitamento: não se trata mais de um molde forjado a partir do exterior, mas de uma modelagem que se produz do interior a partir de um processo de normalização e adaptação, cuja finalidade é criar uma homogeneização dos modos de existência. Esse processo de normalização e adaptação se produz a partir do implemento de determinadas tecnologias de si que, por sua vez, não podem ser dissociadas do que Foucault (1985) chama de “cuidado de si” enquanto um conjunto de técnicas e experiências que participam do processo de (auto)constituição e transformação do sujeito.

Discurso sobre todo esse panorama problematizado por Foucault, para relacioná-lo aqui a duas reflexões em relação à atual prática acadêmica da psicologia. A primeira se refere à constituição da psicologia como disciplina científica a partir da norma. O que seria a norma, então? Trata-se do homem branco, diria Joan Scott (2005). Acrescento eu, que seria ainda ocidental, de classe abastada e heterossexual. Esse seria o modelo que rege os padrões positivistas de ciência, os quais excluem mulheres, pessoas do terceiro mundo, não-brancas e que não se convenciam em práticas heterossexuais. As práticas científicas da psicologia, portanto, historicamente se formularam a partir dessas convenções. Estas pessoas não poderiam ser “sujeitos” de teorização e de pesquisa, na medida em que não se enquadravam num modelo de rigor científico. Assim como, mesmo quando passaram a ser “objetos” de teorização e de pesquisa, isso era feito a partir do referencial da norma, como vimos em capítulo anterior, sobre a construção do gênero na psicologia.

A reflexão que se segue a esta, se refere às próprias possibilidades de encontro entre a psicologia e os feminismos. Psicologia que se constituiu enquanto ciência da norma e movimento feminista que vem, historicamente, buscando romper as normas que regulam os corpos, principalmente das mulheres. Seria, portanto, este um encontro possível? Aparentemente não. No entanto, a própria psicologia passou por diversas transformações epistemológicas, principalmente no âmbito da psicologia social, ramo onde ocorreu o encontro da maior parte das interlocutoras da minha pesquisa com os estudos de gênero, seja ela numa perspectiva feminista ou não:

Não, a psicologia social no início, no início, ela era americana [...] Então eram aquelas pesquisas americanas, então não havia dificuldade porque não se falava em nada que pudesse ameaçar. Essa foi a psicologia social que eu estudei na graduação e foi essa que eu comecei a ensinar. Logo, pouco tempo depois, com o começo da abertura foi que começaram a surgir os autores da socio-histórica. Silvia Lane e todo aquele grupo que trabalhava com ela. Então.... a ABRAPSO, a ALAPSO [...] Então eu fui pra vários encontros

dessas... então foi quando se começou a trabalhar numa visão diferente daquela positivista, né, tradicional, que era de autores quase todos americanos, não é... que no Brasil como principal representante o Aroldo Rodrigues, né? Então na social, isso eu acho que começou já em oitenta e qualquer coisa foi que começou a coisa a mudar, mas eu me formei em 76, mas nos primeiros anos só dava isso [Trecho da entrevista com Cristina].

[...]

Eu acho que é uma tradição da psicologia de consultório que ficou, não é, por mais que a gente hoje diga que não é assim mas essa tradição é muito forte, não desapareceu. Eu acho que isso influencia bastante. Na psicologia a gente tem uma história pouco engajada em qualquer tipo de luta. Seria mais estudos dos sociólogos, dos antropólogos, mas o psicólogo ele é bem mais elitista, é uma psicologia voltada bem mais pra quem pode pagar. Pra elite mesmo. Então, eu acho que tá mudando, mas tá mudando ainda muito timidamente. Hoje a gente já vê uma preocupação maior, na própria formação do psicólogo, né, fazer uma psicologia comunitária, fazer uma psicologia nas práticas institucionais, tirar esse psicólogo apenas dessa visão de consultório. Eu acho que isso já... mas eu acho que é o começo, num é suficiente ainda não. [Trecho da entrevista com Cristina]

Mas eu acho que especialmente o pessoal de psicologia social traz um embate, né? Dentro, vamos dizer assim dos quadros ditos formais. E aí a nossa geração de estudantes de mestrado que tinham sido já, alunos... começam a levantar outras questões e as nossas próprias sexualidades, começa-se a dizer assim "olhe, num é bem assim não, essa identidade, assim, de sujeito macho, sujeito fêmea, sujeito isso, sujeito aquilo, é perfeitamente questionável, coisa e tal" e aí a gente, eu acho que a gente começa a trazer uma discussão. [...] O behaviorismo que a gente tinha, né, vai aos poucos se transformando numa psicologia cognitiva que depois também é questionada, né, e que hoje a gente sabe que os processos de estudos cognitivos dentro do mestrado e doutorado de cognitiva vai pra etnomatemática, etno num sei o que, que saem um pouco daquele padrão behaviorista de que é assim, de que tem que se comportar assim e tal. [...] então o que é que acontece, a própria sociedade começa um processode abertura, anos 80, outras leituras, as pessoas saem, as pessoas voltam, não é? E aí as pessoas vão pra São Paulo, as pessoas vão num sei pra onde e começam a ter outra vida, um outro estilo de ver as coisas, eu acho que há um coletivo de influências sobre a própria psicologia, né, e isso vai mudando dentro da academia. E com o retorno dos nossos ex-alunos e tal, né, eu mesma situei nisso, né, a gente começa a trazer uma perspectiva um pouco diferente daquela que leva o ratinho pro biotério, bota a barrinha pra baixar e tal, a gente começa a fazer outros questionamentos. Eu mesma já fui uma estudante que dizia "venha cá, se eu sei que o rato vai baixar a barra e tal, porque que eu preciso fazer isso de novo, num basta eu ler não e tal? Fazer uma prova que diz "é o ratinho baixa a barra e tal (tom de ironia), porque eu perco tanto tempo fazendo isso?". Então eu acho que são pessoas que retornam pra dentro da psicologia com questionamentos de porque é que a gente só reproduz, a gente num questiona, a gente num mostra

que tá mudando, que a sociedade tá mudando e que há uma abertura, que outras idéias podem ser discutidas [Trechos da entrevista com Hulda].

Então naquele encontro da Abrapso foi que eu vi pela primeira vez, mas aí era uma psicologia abrapsoiana, não era de tão espanto, né? Mas uma convidada, fazendo uma conferência, uma feminista que também era construcionista. E eu pensava "que coisa boa, a Abrapso tá..." super alvoroçada. [...] E aí foi, vamos dizer assim, mais uma vez o meu encontro com a psicologia e com o feminismo [Trechos da entrevista com Rosineide].

As interlocutoras Cristina e Hulda falam da importância da psicologia social e de mudanças epistemológicas na psicologia para uma maior aproximação e engajamento desta ciência com as realidades sociais. Rosineide retoma que um dos encontros dela com a psicologia e com o feminismo, concomitantemente, foi a partir de uma conferência realizada num encontro nacional da Abrapso, com a psicóloga feminista portuguesa Conceição Nogueira. Jorge também chega a citar, em alguns momentos de sua entrevista, uma relativa importância da Abrapso em sua trajetória. Sobre a importância da psicologia social para os encontros da psicologia com os estudos feministas e da Abrapso, discorrerei adiante.

### **4.3 Crise da Psicologia Social, virada epistemológica e possibilidades de encontro com os Estudos Feministas e de Gênero**

Quais os contextos que possibilitam uma afinidade entre os estudos feministas e a psicologia social? O que podemos falar sobre a própria história da psicologia social para compreender esse percurso? Pode-se dizer que a psicologia social é pensada desde os tempos de Wundt, o qual em análises históricas é o responsável pela fundação da psicologia enquanto ciência<sup>28</sup>. Wundt fundou a psicologia experimental, mas ao mesmo tempo produziu cerca de dez obras sobre o que chamou de "psicologia dos povos" ou "psicologia das massas", onde se encontravam os estudos dos mitos, das religiões e dos grupos. No entanto, Wundt considerava que os estudos experimentais sobre os

---

<sup>28</sup> Essas análises ocorreram num caminho diferente das análises genealógicas e arqueológicas realizadas por Foucault, o qual busca problematizar os contextos de emergência das práticas psi a partir das relações de poder e dos interstícios de épistémè que possibilitavam que determinadas práticas fossem consideradas qualificáveis cientificamente ou não. As práticas psi tiveram início nos espaços de confinamento, para Foucault. No entanto, é com a fundação do Laboratório de Psicologia no ano de 1879, em Leipzig, na Alemanha, que se data historicamente a fundação da psicologia enquanto disciplina científica.

processos psicológicos estavam enquadrados nas ciências naturais (Naturwissenschaften) e a que a psicologia dos povos enquadrava-se nas ciências humanas e deveria se utilizar do método de análise histórica (Geisteswissenschaften), o que gerou muitas controversas, pois tanto seus seguidores, quanto a psicologia behaviorista em crescimento na época consideravam a psicologia apenas como uma ciência natural (GUARESHI, 2007).

No entanto, a autora Conceição Nogueira (2001), ao destrinchar sobre a história da psicologia social no ocidente, relata que este ramo da psicologia é datado de 1908, devido a publicação de dois textos com ênfases distintas e que marcam também as distinções dentro deste próprio ramo. As obras foram *Social Psychology* de Edward Ross, de orientação sociológica e que tratava de conceitos como mente coletiva, costumes sociais, opiniões e conflitos; e *An Introduction to Social Psychology*, de William McDougall, que se referia às características e ao comportamento social como baseados na natureza biológica. De acordo com a autora, a obra de Ross foi considerada principalmente pela sociologia, visto que para a psicologia “o indivíduo era a única realidade”. O desenvolvimento da psicologia social ocorre ainda de acordo com distinções a nível geográfico. De acordo com Nogueira (2001), a visão predominante entre psicólogos(as) norte-americanos(as) caracteriza-se por uma concepção de ciência universal e neutra enquanto a psicologia social da Europa é menos centrada no individualismo e mais engajada em contextos sócio-históricos.

A psicologia social norte-americana apresentou como orientação metodológica a abordagem experimental-comportamental, aproximando-se do behaviorismo, o que garantiu que a disciplina se tornasse cientificamente respeitável. Depois da primeira guerra mundial, foi principalmente nos EUA que a psicologia social se tornou a ciência do indivíduo, removendo da disciplina questões sociais mais amplas resultando, principalmente nas práticas de pesquisa, no isolamento dos indivíduos de seus contextos sociais, culturais e econômicos. Posteriormente, a psicologia social afastou-se do behaviorismo, ligando-se à metáfora do indivíduo como processador de informações. Nesse sentido, tinha-se como perspectiva dominante a cognição social, na qual buscava-se compreender a percepção do indivíduo a análise da lógica da informação que este tinha sobre os outros e o homem era visto como uma máquina pensante. A grande crítica a esta perspectiva refere-se a concepção individualista que “esquece que os

conteúdos da cognição são originados na vida social, nas interações humanas e nas comunicações” (NOGUEIRA, 2001, p.30).

Na Europa, Henri Tajfel e Serge Moscovici com a teoria das representações sociais, foram os principais autores que buscaram construir uma identidade diferente para a psicologia social, fugindo aos moldes individualistas norte-americanos. Tajfel com sua *teoria da identidade social* levou em consideração os processos de pertença grupal, trabalhando temáticas como preconceito e categorização social. A *teoria das representações sociais*, de Moscovici, é ainda hoje uma das teorias mais estudadas em psicologia social. As representações sociais referem-se ao conjunto compartilhado de conhecimentos do senso comum e crenças no interior de uma coletividade que as usa, a fim de orientar-se face ao mundo social (NOGUEIRA, 2001). De acordo com Adriano Nuernberg (2005, p.91):

Crítico da própria sociologia, Moscovici busca superar os determinismos e alerta quanto à necessidade da psicologia social pensar os conflitos sociais e teorizar sobre os processos ideológicos e comunicativos que constituem as trocas sociais. Trata-se de um dos autores muito influentes na psicologia social latino-americana, estando entre os mais citados nos programas de psicologia social.

No entanto, algumas críticas eram oferecidas às teorias das representações sociais, como a ênfase na descrição dos conteúdos dos conhecimentos compartilhados coletivamente e não nos processos de construção dos mesmos. Além disso, podia-se oferecer a crítica à valorização de Moscovici a paciente observação e descrição dos fenômenos para que as leis naturais se manifestassem, o que parecia aproximar a teoria de uma filosofia das ciências tradicionais (NOGUEIRA, 2001).

Antes de falar do que por volta dos anos 60 chamou-se de “crise da psicologia social”, acredito ser importante ressaltar que a psicologia como um todo sempre foi marcada por tensões a níveis epistemológicas, basicamente marcadas pela anteriormente dita divisão entre ciências naturais e ciências humanas. As dicotomias “natureza *versus* cultura”, “indivíduo *versus* sociedade”, “subjetividade *versus* coletividade” marcam os espaços de fronteira existentes entre as multiplicidades teóricas e práticas existentes na psicologia e as dificuldades de legitimidade científica de muitas delas frente ao positivismo científico. A então chamada crise da psicologia social também está marcada

por tais tensões. De acordo com Conceição Nogueira este estado de crise refere-se principalmente às seguintes justificativas:

críticas ao método experimental, argumentavam que o facto deste pretender deliberadamente “controlar as variáveis”, para evitar a “contaminação” do mundo real, resultava na artificialidade desses contextos, e que, por isso, não poderia de forma alguma simular a experiência social humana [...] um bom controlo experimental é sinónimo do isolamento dos acontecimentos estudados, da sua localização no espaço/tempo no interior duma cultura particular (NOGUEIRA, 2001, p.40)

[...]

na pressuposição epistemológica de que o “indivíduo está no centro de todas as coisas” e por isso deve ser a principal unidade de pesquisa e análise. Nesse sentido, grande parte das teorias da psicologia social (como por exemplo a teoria da dissonância cognitiva, teoria dos jogos, a teoria das atitudes e teorias da personalidade e socialização) estão imbuídas da tese do individualismo autocontido. Esta individualização da psicologia social é largamente atribuída à junção de forças da experimentação e do positivismo que acabaram por dominar a disciplina, mascarando-a de uma respeitabilidade científica (NOGUEIRA, 2001, p.40).

O autor Kenneth Gergen (2008) argumenta que todo conhecimento é específico de uma cultura e momento histórico particular. O autor sugere que a psicologia social é principalmente uma pesquisa histórica e deve utilizar de métodos de investigação históricos e sociológicos, estendendo-se do individual ao social, considerando os contextos políticos e económicos. O autor considera a complexidade e mutação da vida social, o que torna imprópria as crenças em verdades absolutas e fixas.

Com o contexto de crise da psicologia social permitiu, de acordo com Lupicínio Iñiguez (2003), a pluralidade e multiplicidade de concepções nesse ramo, assim como variadas práticas na área. O autor cita que, para além da psicologia social *mainstream*, encontramos a psicologia social sociológica, a psicologia discursiva, a psicologia social radical e a psicologia social crítica, dentre outras. A psicologia social radical enfatiza transformações da ordem social, implicadas em processos de mudança e emancipação. Para que processos de transformação sejam viáveis, tanto a nível individual e social (em reciprocidade), é necessário o abandono do empiricismo e do positivismo e a busca por objetivos de carácter alternativos, antidogmáticos e procurar o ataque a idéias que nunca são questionadas por apresentarem com frequência como auto-evidentes. A psicologia

social crítica é sobretudo resultado do contínuo questionamento das práticas de produção de conhecimento, supondo uma oposição crítica e radical ao positivismo e ao individualismo nas ciências. De acordo com Iñiguez (2003, p.235):

se han dejado penetrar ideas y planteamientos de otras disciplinas distintas de la Psicología social y de la Psicología que van desde la epistemología feminista y los estudios gay y lésbicos, hasta el giro lingüístico y discursivo, se ha reafirmado un compromiso con los procesos de cambio políticos y sociales, y se ha buscado una difuminación de las fronteras de lo teórico y lo metodológico.

Percebe-se, portanto, as possibilidades de aproximação entre a ciência psicológica e os estudos mais críticos, como os do campo feminista. Importante ressaltar que todas essas possibilidades epistemológicas alternativas não estão desligadas de outras movimentações epistemológicas que ocorriam concomitantemente como a Teoria Crítica, que oferece na filosofia uma abordagem contrastante às abordagens tradicionais de ciência e metodologias; as perspectivas sociológicas do interacionismo simbólico de George Mead e de construção social da realidade de Peter Berger e Thomas Luckman; o pós-estruturalismo e o giro lingüístico, com a ênfase na linguagem como constituidora das realidades e das próprias pessoas; e as influências da crítica social, com a ênfase nas relações de poder e saber como indissociáveis, proporcionadas por Michel Foucault (NOGUEIRA, 2001).

No Brasil, a crise da psicologia social e todas essas movimentações epistemológicas também tiveram suas repercussões. De acordo com Suzana Molón (2001), a psicologia social no país, que era praticada desde 1930, acabou por seguir principalmente a tendência americana, de base experimentalista e que pretendia alterar ou criar atitudes de harmonização das relações grupais e a produtividade grupal, principalmente pós segunda guerra mundias. A outra tendência, de tradição européia, enfocava modelos científicos totalizantes, como a teoria de campo de Lewin. Durante as décadas de 50 e 60, tendo como expoentes as figuras de Carlina Bori (tradição européia) e Aroldo Rodrigues (tradição americana), a psicologia social no Brasil procurava basicamente “fórmulas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social” (MOLÓN, 2001, p. 46). Aroldo Rodrigues foi um dos fundadores da ALAPSO, em 1973, e o principal representante da psicologia social de cunho positivista e que transpunha e importava conhecimentos dos EUA para a realidade brasileira.

Era época de ditadura militar e repressão política, mas havia alguns(mas) professores(as) que acreditavam na superação desse momento político a partir do desenvolvimento de ações transformadoras. Segundo Nuernberg (2005), a difusão da pedagogia de Paulo Freire foi um dos acontecimentos que possibilitou a redefinição da identidade de muitos(as) pesquisadores(as), que buscaram construir seus trabalhos de forma engajada com a transformação social. As críticas européias à psicologia social norte-americana também influenciaram alguns(as) pesquisadores(as) no Brasil, o que ocasionou algumas possibilidades de mudança. Uma delas foi a criação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC de São Paulo, em 1971, por Anieli Ginsberg. De acordo com Molón (2001):

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo representou um papel significativamente importante na crise da Psicologia Social, pois era um palco propício para o debate do cenário político e intelectual. A proposta do curso de graduação, especialmente orientado por Silvia T.M. Lane, era a vinculação da teoria e da prática no ensino por meio da apropriação das condições concretas do cotidiano. Desse modo, Silvia T.M. Lane coordenou um movimento de revisão crítica da Psicologia Social.

Na USP de São Paulo, sob a liderança de Silvia Leser de Mello, reflete-se sobre a imagem do psicólogo, a função da psicologia e seu compromisso ético com a sociedade, de acordo com o que nos conta Adriano Nuernberg (2005). Nesse sentido começam a ser revisitados criticamente vários conceitos clássicos da psicologia social. Inicia-se também o movimento de busca a novas metodologias de pesquisa, por exemplo, na antropologia, tais como os estudos de caso, observação e pesquisa participante para trabalhos em comunidades, histórias de vida, dentre outros. São criados os primeiros cursos de Psicologia Comunitária, articulados e engajados com as realidades sociais específicas. No ano de 1979 foi realizado o I Encontro Brasileiro de Psicologia Social, coordenado por Silvia Lane, na PUC-SP, com o tema “Psicologia social e problemas urbanos”. O encontro foi provido pela Alapso e financiado pelo CNPq, teve cerca de 100 participantes, dentre eles psicólogos(as), sociólogos(as), antropólogos(as) e educadores(as). O encontro foi um espaço fecundo para reflexões, debates e intercâmbio de experiências e, de acordo com Molón (2001) uma significativa concordância em relação à postura crítica quanto ao papel da ciência. No encontro realizaram-se as reuniões que permitiram a criação da Abrapso.

A Abrapso foi efetivamente fundada no dia 10 de julho de 1980, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em Assembléia da 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A associação teve como primeira presidente Silvia Lane, que sintetizou algumas questões pertinentes à área. A fundação da Abrapso pode ser referida como um marco histórico para a psicologia social crítica no Brasil, de resistência contra a psicologia social positivista e hegemônica:

A partir dos Encontros nacionais e regionais desta Associação, a psicologia social brasileira redefiniu seus rumos, constituindo-se não apenas como uma disciplina engajada com os problemas sociais, mas também teoricamente consistente em seus esforços intelectuais, registrados nos diversos livros publicados e organizados pela ABRAPSO e na Revista *Psicologia e Sociedade*, seu periódico científico oficial (NUERNBERG, 2005, p.94)

Após quase trinta e três anos de Abrapso, a associação mantém hoje, além da diretoria nacional, vice-presidências regionais e núcleos espalhados por várias cidades do país. Em pesquisa no site<sup>29</sup> da associação, contam-se 49 (quarenta e nove) núcleos. A Abrapso promove encontros locais (promovidos pelos núcleos), regionais (promovidos pelas vice-presidências regionais) e encontros nacionais. Os dois primeiros geralmente ocorrem em anos pares e o nacional ocorre em anos ímpares. Geralmente as temáticas do encontro são de caráter engajado e político. O 17º Encontro ocorrerá em outubro deste ano em Florianópolis, com a temática “Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos”; o 16º encontro ocorreu em novembro de 2011, aqui no Recife, onde foi comemorado os 30 anos da associação, a partir da temática “Psicologia Social e seus Movimentos”; o 15º encontro ocorreu em novembro de 2009 em Maceió, com a temática “Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos”.

Os encontros geralmente possuem eixos temáticos que orientam os eventos que ocorrem (simpósios, mesas-redonda, apresentação de trabalhos ou rodas de diálogo). Possivelmente os eixos refletem o caráter político da Abrapso, mas também de quem está na organização no momento, modificando-se alguns detalhes de um encontro para outro. No último encontro realizado no Recife, os eixos temáticos foram os seguintes: 1. Mídia, comunicação, linguagem e artes; 2. Saúde; 3. Política, democracia e movimentos sociais; 4. Histórias, metodologias e teorias; 5. Ética, violências e direitos humanos; 6. Educação e formação; 7. Trabalho; 8. Gênero, sexualidade, raça, idade e territórios de

---

<sup>29</sup> [www.abrapso.org.br/](http://www.abrapso.org.br/) acesso em 23 de junho de 2013.

existência. Devido ao caráter plural, híbrido e interdisciplinar do campo de estudos feministas e de gênero, foram apresentados centenas de trabalhos em diversos eixos temáticos distintos.

Minha primeira aproximação com a Abrapso ocorreu no Encontro Nacional realizado em Maceió no ano de 2009. A partir de então entrei para o Núcleo do Recife, a partir do qual organizamos o encontro “Psicologia Social em Formação: Compartilhando vivências e Articulando ações” e também organizando o 16º Encontro Nacional no Recife. O que pude perceber, a partir dessa vivência é que atuar na Abrapso vai para além de tentar divulgar conhecimentos produzidos em psicologia social. Atuar na Abrapso tem sido para muitos um exercício de militância em psicologia, como forma de resistência a uma psicologia normatizante e excludente. Nesse sentido, percebo que a presença da Abrapso nas falas de Rosineide e de Jorge, trazidas no final do tópico anterior, que fizeram parte da associação, seja como sócios, seja como parte organização institucional, mas também nas falas de Hulda e de Cristina, que citam a Abrapso e uma psicologia social crítica que tem promovido uma mudança epistemológica e prática nas formas de fazer psicologia, permitindo a aproximação desta com os movimentos sociais, os feminismos e os estudos feministas, por exemplo.

#### **4.4 Tensões em torno da legitimidade do campo feminista e de gênero na psicologia**

Faz-se importante compreender que não é fora do âmbito das tensões e disputas, que se encontram tanto os estudos feministas e de gênero quanto a psicologia social crítica, ou os estudos feministas em interface com a psicologia, dentro do campo das ciências. Nesse sentido, especificamente para o campo da psicologia, Iñiguez (2003) retoma que ao se tomar a psicologia social *mainstream*, ou seja, a psicologia social empiricista como a única possível diante as práticas e teorizações, se deslegitima as demais práticas possíveis. Assim como, ao se tomar a psicologia social alternativa como única viável, se deslegitima o empiricismo enquanto prática científica. O interessante dessa análise, que gostaria de problematizar aqui, está no ponto em que o autor diz que o problema tem sido, sem dúvida, na falta de tolerância:

En efecto, parece que el único territorio donde el respeto a la diversidad no sólo no es posible, sino que no es siquiera pensable, es el de concepción científica estándar de las ciencias humanas y sociales y, como no, de la Psicología social. La ciência parece ser la única actividad humana para la que no pueden aplicarse critérios de diversidad, la única que puede mantener un estatus de neutralidad, la única, en suma, que está por encima de cualquiera otra de las producciones humanas (IÑIGUEZ, 2003, p.227).

Nesse sentido, volto a retomar a ciência enquanto prática discursiva (GERGEN, K., 1993) e terreno de disputa e poder (HARAWAY, 1995), no qual, nesse caso, os estudos feministas, como prática teórica e política na psicologia se aproximaram, por afinidade epistemológica e prática, da psicologia social alternativa, visto que se tornou possível os encontros da psicologia com as realidades sociais localizadas e com os movimentos sociais. Pode-se conceber que há uma mudança ética, visto que há possibilidades de se fazer uma psicologia engajada com as transformações na sociedade e compromissada em diminuir as desigualdades sociais. Os encontros entre a psicologia e os feminismos ocorrem não mais somente no âmbito das tensões epistemológicas e práticas, mas também nas possibilidades de diálogo e co-construção. No entanto, continuam ainda num terreno de disputa por legitimidade científica e visibilidade, tanto fora da psicologia, quanto dentro dela mesma. Podemos perceber isso em algumas interlocuções dessa pesquisa. Rosineide, num momento da entrevista, relata uma situação ocorrida na avaliação final da disciplina de “metodologia em pesquisa qualitativa” ministrada por ela e Karla Galvão no PPGPsi, no ano de 2011:

Na avaliação da disciplina... a gente sempre sentiu uma coisinha estranha ali naquela disciplina. Parecia que era, que não tinha reflexão, que nós falávamos, sei lá... aí no dia da avaliação, numa das questões eu lembro que uma aluna colocou... uma aluna... foi que nós utilizamos poucos textos de psicólogos, da psicologia. E era mais de antropologia, era texto feminista, texto da teoria queer, texto de sei que lá mais, pra onde é que ia isso... foi um questionamento e aí nós entendemos porque havia um certo incômodo durante toda a disciplina. Tinha texto de psicólogo. Tinha texto sobre a etnografia do psicólogo, um pessoal da Psicologia da USP, tinha texto também sobre observação participante, [...] de recuperar a ideia de observação como um dos elementos da área psi e não só da área antropológica, tinha textos de Bel (*professora do departamento de psicologia da UFPE, vinculada a linha de pesquisa Processos Sociointerativos e Desenvolvimento Humano, do PPGPsi*) que nós inserimos..., eu não lembro mais de outros psicólogos, mas aí nós sentimos que foi uma declaração a “que tipo de psicologia você faz? O que é isso mesmo? E essa forma de fazer pesquisa?”. Né? Nós ficamos tão recabriadas que não oferecemos mais a disciplina de pesquisa, pesquisa qualitativa e resolvemos que foi um espaço super bacana [...] Porque quando nós

fizemos a proposta do programa, nós pensamos várias disciplinas de acordo com a experiência que a gente tinha tido no programa, todas as linhas (*de pesquisa*), e fizemos a proposta sobre uma disciplina sobre Teorias Feministas e Gênero. Pra mim isso foi uma conquista maravilhosa, maravilhosa [Trecho da entrevista com Rosineide, (*grifos meus*)]

Percebe-se, de acordo com a falar de Rosineide, que o questionamento vem muitas vezes dos(as) próprios(as) estudantes de psicologia, pela resistência de compreender a possibilidade de interlocução do campo com outras áreas. A trajetória interdisciplinar de alguns(mas) professores(as) como a própria Rosineide provoca inquietações:

Mari, muitas vezes a tensão aparecia via aluno. Né, aluno chegava "ai, o professora...", eu sei que isso aparece, via, eu quero deixar claro, por todos os professores do programa... "ai, mas isso que eu estou estudando com você é psicologia...?" Ouvir alguém dizer que é "ah, isso aí é uma moda, agora todo mundo é construcionista", uma moda, ou isso é mais filosofia do que psicologia, é... "quem são esses autores?"... ah, uma coisa, uma vez as meninas chegaram e "esses autores não são autores da psicologia, vocês trabalham com autores que não são da psicologia", mas isso tem a ver com a trajetória interdisciplinar, né? De vários professores que... eu acho que eu posso até falar da linha três, assim, tem uma, se bem que na linha dois também tem trajetória interdisciplinar, mas pra gente, os temas que nós trabalhamos, vamos dizer os objetos, eles são atravessados, né? São temas interdisciplinares. Então necessita do diálogo o tempo todo, né, o tempo todo [Trecho da entrevista com Rosineide]

As ciências humanas estão historicamente separadas em demasia uma das outras. Edgar Morin (2007) chama atenção para o fato de não existir nenhuma modalidade de ensino que estabeleça conexões e ligações entre elas (e também entre as ciências biológicas, a literatura e a arte), buscando abarcar a complexidade do ser humano. No caso, é necessário e útil o uso da interdisciplinaridade nas ciências humanas, na qual se busca o local de convergência e diálogo entre as disciplinas, porém conservando-se suas autonomias. Mas também se faz necessário o enfoque na multidisciplinaridade, ou seja, “a união de diferentes disciplinas num conjunto coerente, que leva por si mesma à transdisciplinaridade” (MORIN, 2007, p.24). Ainda de acordo com o autor:

Se todos os problemas fundamentais da nossa vida pessoal, da nossa vida de cidadãos e da nossa vida de membro da humanidade, reclamam uma complexidade transdisciplinar. Eu falei da nossa identidade humana, mas posso falar também da época planetária que hoje chamamos de globalização, processo começado no século XXI. Para compreender esse processo planetário é preciso recorrer a conhecimentos econômicos, demográficos, sociológicos, religiosos,

etc [...] se queremos desenvolver a compreensão dos seres humanos, devemos recorrer não só à psicologia e à psicanálise, mas também às ciências da cultura que permitem conhecer as diversas culturas, diferentes religiões, etc. [...] Portanto a complexidade e a transdisciplinaridade permitem reencontrar problemas fundamentais e globais. Vale lembrar que em nossa época todos os problemas são fundamentais e globais [...] Mesmo um acontecimento local tem repercussão sobre o planeta e aquilo que acontece no planeta repercute no particular. (MORIN, 2007, p.26)

Não é à toa a dificuldade de pessoas na psicologia compreenderem a importância do diálogo e da convergência com outras áreas. Ainda estamos, em nossa maioria, ligados aos princípios hegemônicos do pensamento positivista que tende a categorizar seus objetos, tomando-os como propriedade e excluindo a possibilidade de abarcar a complexidade do mundo. Considerar a complexidade é compreender que o conhecimento nunca estará completo e que, assim como Morin considera, a racionalidade tem limites. Muitos(as) cientistas das chamadas ciências “duras” pensam que as ciências humanas não apresentam interesse, são especulações filosóficas ou aproximam-se do literário, desconsiderando-as enquanto legítimas cientificamente.

Nesse sentido, torna-se difícil muitas vezes acreditar que o que se faz numa psicologia não hegemônica é legítimo. Relembro aqui, como já trouxe na apresentação, que minha primeira aproximação com os estudos feministas ocorreu na disciplina de “Linguagem e Comunicação”, na graduação em psicologia pela UFPE e na qual produzimos um trabalho com o título de “Frescuras Feministas”. O título era uma crítica a concepção de que visibilizar o sexo feminino nas produções acadêmicas a partir dos artigos definidos e indefinidos e a partir da introdução do primeiro nome de autorias, seria algo desnecessário. Ao realizar o trabalho e ao discutirmos sobre essa questão com outras pessoas, éramos constantemente deslegitimadas, tanto em nossa produção dentro da psicologia, tanto por ser nosso objeto de pesquisa ser dispensável cientificamente. Essas deslegitimações provocam muitas vezes um questionamento constante do(a) estudante em relação ao que faz e produz. Questionamento já realizado por mim mesma e já escutado por mim de vários(as) colegas, que acreditavam se encaixar mais nas ciências sociais do que na psicologia, por exemplo. Vejamos um trecho da entrevista de Jorge que discorre sobre isto:

Então veja... no caso, como eu tava, no caso num mestrado, numa pós graduação em psicologia social e eu tava com a minha orientadora, né, que discutia a partir dessa matriz, né, do lugar da desigualdade de

determinações, né, de gênero, raça e idade, com ela não tinha nenhum problema. Mas o próprio povo da psicologia social vira e mexe questiona se o que ela faz é psicologia. Essa é que é a grande questão, né, que isso também rebatia pra mim, né, e rebate a minha vida inteira, né. Quer dizer, mesmo participando em bancas aqui, na pós graduação em psicologia, né, eu percebo que eu faço um olhar à margem, né, e quem tá na banca, não sou orientador ainda, mas quem me convidava para participar da banca sempre fazia um questionamento mais “e a Psicologia...?, num é, onde é que tá?”, porque também já anunciava de que lugar é que eu tava falando, né, que é esse lugar da fronteira, esse lugar da margem, esse lugar da interface, né. Então, porque assim, na verdade pra mim essa não é uma questão que se coloca, né, que tem puro da psicologia, né. A própria psicologia social, pra definição dele de psicologia charneira, está então a origem entre psicologia e a sociologia, né, então porque ficar se perguntando onde é que tá a psicologia, o que a gente faz? Então isso minha trajetória inteira me acompanhou, tá, então como campo disciplinar, mesmo estando na psicologia social eu percebo claramente que é sempre uma, digamos, um pé atrás, uma desconfiança... “mas esse menino vai fazer mesmo psicologia?”, entendeu? Menos na psicologia social. Porque aí eu não tô dialogando com conceitos clássicos, tá certo? Que aí na banca da seleção do concurso também teve essa questão, né, e aí eu fui respondendo como é que eu pensava, como é que eu discutia, aí eu tou dialogando a partir de uma matriz multidisciplinar, transdisciplinar. Mas se a preocupação é de parte da psicologia social clássica, dessa discussão dos conceitos e tudo mais, é sempre uma dificuldade, né? [Trecho da entrevista com Jorge]

Nesse sentido acredito que uma das grandes contribuições dos estudos feministas críticos à psicologia seja justamente essa. O caráter inter e transdisciplinar do campo feminista, como maneira crítica de pensar o mundo em sua complexidade. Nesse sentido, concordo com a autora portuguesa Ana Gabriela Macedo (1993, p.44, [*grifos meus*]), na seguinte citação:

A insurreição contra as fronteiras do saber que o caracteriza [*o feminismo*] enquanto teoria crítica, isto é, modo de pensar a realidade criticamente e permanente reinvenção das suas práticas discursivas e estratégias de intervenção na *práxis* cotidiana. O Feminismo propõe igualmente um modo *rizomático* de pensar as disciplinas e a *desestabilização* de concepções normativas tidas como únicas e legitimadas enquanto tal.

Assim sendo, os estudos feministas e de gênero tem bastante a contribuir para uma prática psicológica mais engajada não somente com as transformações sociais fora da academia, mas, sobretudo engajada em transformações dentro do próprio fazer científico.

As tensões entre a aproximação do próprio fazer científico com o campo feminista, não é relatada pelas interlocutoras apenas no nível da psicologia, mas no âmbito da prática acadêmica e produção científica como um todo.

#### **4.5 Tensões no âmbito da academia em relação com a militância feminista**

Outro foco de tensão presente nas falas de algumas interlocutoras diz respeito às relações entre a militância feminista e a prática acadêmica. Nesse caso, não diz respeito ao campo da psicologia em si, mas ao fato de atuar academicamente e manter relações com o movimento feminista. Nesse sentido, no espaço da militância também são percebidas resistências em aceitar co-relações entre teoria e ação.

Em sua entrevista, Hulda relatou um incômodo em relação ao Fórum de Mulheres de Pernambuco, no qual, ao chegar de seu doutorado na Inglaterra, tentou trazer discussões teóricas novas para o Fórum, não sendo acolhida por suas companheira de militância:

Aí, assim, eu mesma me sinto como exemplo disso, que eu fui fazer o meu doutorado na Inglaterra, num é, e retornei ao Brasil em 94. Quando eu retornei ao Brasil, Judith Butler pra mim já era uma discussão, "Línea", da Escócia já era uma discussão, a Joan Scott já era uma discussão, enquanto aqui no Brasil, quando eu entrei no Fórum de Mulheres de Pernambuco e abri minha boca a primeira vez pra falar dessas pessoas e nas novas idéias sobre o assunto, uma das pessoas, que daí eu não vou ficar dizendo o nome porque não faz sentido, mandou eu me calar, que eu era uma fedelha, chegando de fora, querendo me meter na grande coisa que era o SOS Corpo, que era o Fórum de Mulheres de Pernambuco. E era ignorância delas, tá, por não saírem de casa e que depois a gente, hoje, 20 anos depois é que tem uma discussão em cima desses livros, desses textos. [...] então isso me deu um banho de água fria, né? Na verdade, uma grande 'morgada'. Porque você chega no país de volta, com vinte anos de atraso e as pessoas achando que você é a louca, a doida, né?

A tensão entre academia e militância foi firmemente acirrada após a introdução da categoria gênero nos estudos feministas. De certa forma, como dito anteriormente, a categoria acabou por despolitizar o campo, na medida em que colocou sob ameaça a visibilidade da categoria política "mulheres", que unia o movimento feminista. Atualmente, as próprias revisões teóricas da categoria gênero também vem sendo fonte de tensões entre militância e produção teórica. A obra "Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade" de Judith Butler, por exemplo, foi uma das primeiras da

autora a serem traduzidas no Brasil na década de 1990. Em seu primeiro capítulo a autora questiona a possibilidade de existência da identidade “mulheres” como sujeito do feminismo, assim como a função da representação no movimento feminista, na medida em que, em sua concepção teórica, o próprio sujeito das mulheres não pode ser mais compreendido em termos permanentes e estáveis, não podendo assim todas as pessoas que se compreendem “mulheres” serem representadas dentro dessa categoria.

Uma apurada discussão sobre a despolitização da pesquisa acadêmica e esse acirramento entre o campo teórico e o ativismo feminista é realizada pela antropóloga Adriana Piscitelli (2004) em seu texto “Reflexões em torno do gênero e feminismo”. De certa maneira, as teóricas do campo feminista pós-estrutural causam um primeiro embate ao projeto feminista, na medida em que este:

... as noções e os pressupostos em torno dos quais se desenvolveu o feminismo referem-se implícita e explicitamente a uma filosofia *moderna* da história, centrada na idéia de emancipação como resultado de uma marcha progressista do progresso ou da razão. [*esses pressupostos*] incluem a percepção da realidade como uma estrutura que a razão aperfeiçoada tem condições de descobrir através da pesquisa científica; a noção de um sujeito racional e unificado capaz de agir de maneira consciente e coerente para a sua própria liberação; a conceitualização homogeneizante, até etnocêntrica, da categoria mulheres, na qual há uma tendência a minimizar ou apagar a diversidade; a visão de uma temporalidade linear e, finalmente, a pretensão a um ponto de vista crítico que englobe o conjunto das relações sociais injustas (PISCITELLI, 2004, p.56).

Nesse sentido as produções teóricas citadas anteriormente, como a de Butler e a de Donna Haraway, por exemplo, na medida em que fornecem a desessencialização e desconstrução do conceito e da categoria mulher, os desestabiliza enquanto pontos de partida necessários para a política feminista. As críticas da militância feministas, portanto, giram em torno de não se oferecer alternativas à desconstrução que permitam acionar um movimento. Piscitelli (2004, p.57, grifos da autora) cita que muitas feministas na atualidade “dizem que as perspectivas teóricas lhes resultam *pouco úteis*, inacessíveis, exotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia”. As feministas, portanto, proclamam por teorias feministas que sejam úteis e colaborem em gerar e sustentar os movimentos de mulheres, sendo ao mesmo tempo universalistas e capaz de abarcar as diferenças entre as mulheres.

Os trabalhos que se centram justamente nas reflexões sobre diferenças são os geralmente considerados pelas feministas. Seriam eles os que discutem as intersecções

entre gênero e raça e os trabalhos sobre multiculturalismo, que consideram a diversidade de culturas em níveis locais e globais. Nesse caso, as teóricas do Terceiro Mundo e os escritos das mulheres de cor tem influenciado mundo (PISCITELLI, 2004). Algumas produções tem ainda se centrado sobre o retorno à categoria mulher, sob reformulação, para a produção teórica e prática científica feminista. As reformulações são propostas por discussões a partir da noção de *fundacionalismo biológico*, de Linda Nicholson, já citado anteriormente, mas também de teóricas brasileiras como Cláudia de Lima Costa (1998) e da própria Piscitelli (2004). Nesse sentido, propõe-se em pensar em mulheres em contextos específicos, historicizando e localizando a idéia de mulher, negando-se qualquer tipo de essência à mulher: o sentido da recriação desta categoria é principalmente político:

Possibilitaria o reconhecimento de diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política [...] É claro que se trata de políticas de coalizão – de políticas compostas por listas de reivindicações relativas às diferentes necessidades dos grupos que constituem, temporariamente, a coalizão (PISCITELLI, 2004, p.59).

Nesse sentido, a autora retoma Chantal Mouffe para refletir que não se trata só de re-elaborar a categoria mulher, mas de repensar a própria política feminista:

Esta deveria ser vista não como uma forma diferenciada de política destinada a perseguir os interesses das mulheres como mulheres, mas destinada a transformar os discursos, práticas e relações sociais nas quais a categoria *mulher* é construída de uma maneira que implica subordinação (PISCITELLI, 2004, p.60).

A autora, portanto, acredita que o pensamento feminista parece ter abandonado o *gênero*, na medida em que na imbricação dos interesses feministas com a teoria social, o gênero parece não se encaixar nos critérios de utilidade política. Gênero seria, muitas vezes, inclusive, sinônimo de masculinidade. Nesse sentido, podemos perceber mais uma tensão dentro do campo feminista acadêmico, que se refere à participação dos próprios homens enquanto sujeitos do campo e das “masculinidades” enquanto temática. Nesse sentido, a interlocutora Hulda traz outro questionamento. Em seguida seguir, há um relato também de Jorge Lyra:

E eu via que em termos de conhecimento e de produção de conhecimento, o feminismo pode ser uma coisa absolutamente acessível a outras categorias de gênero, num vou nem falar em homem, mas em outras categorias de gênero. Porque eu não me sinto mulher nesse padrão que o feminino fazia questão de gritar, como também eu sei que sentem homens naquele padrão que a

masculinidade, o patriarcalismo estabeleceram. Então, essas pessoas... porisso que eu falo em gênero, não é? Esse feminismo pode atingir ou chegar a outros, outros gêneros mesmo, não é? Então, por conta disso, eu é... procurei um campo onde os tentáculos do Fórum ainda não tivessem conseguido chegar com esse tipo de feminismo, não é, e fui parar num lugar que é a pesca, eu venho trabalhando há oito anos com mulheres pescadoras [Trecho da Entrevista com Hulda]

E aí a gente começa em 97 o trabalho, em 99 a gente vai pro primeiro encontro da REDOR em Fortaleza –que a REDOR é uma Rede Norte Nordeste Feminista de Estudo sobre Mulher e Gênero, relações de gênero-, né? E a gente vai em 99 e a gente já consegue se cadastrar na primeira ida que a gente foi, aí depois eu vou –nas conversas de bar e paralelas- eu vou percebendo que teve um acolhimento das coronelas, das big mulheres, das mulheres fortes, que foi nos acolhendo nesse processo, porque depois você olhando, a gente pulou uma série de cercos aí. [...] tou te contando essa história toda porque a gente teve uma trajetória longa de investimento nessa história e a gente achava no mundo acadêmico era possível pensar e colocar em prática essas interseções, tá, mas não é. Mas não é, porque assim, bate na trave se for um espaço de poder, se for um espaço de representação. Quer ver, essa questão sobre sujeito político, legítimo, não sei o quê, não sei o quê, por mais que faça altas teorizações com o monte do corpo, com Butler, com Preciado, não sei o quê, não sei o quê, na hora do vamos ver, “não!”. Você é homem, tem corpo masculino, você tem um pênis, tá representando o patriarcado e não! [...] aí esse processo todo, ele cria uma situação de tensão. De um debate teórico-conceitual, mesmo a partir de uma perspectiva crítica, você pode fazer as implosões da discussão e junta com a de gênero e sexualidade, mas no campo da vida vivida, no campo da vida concreta, aí tem limites. Tem limites do que tá posto pelas relações de poder, tá [Trecho da Entrevista com Jorge].

O que se mostra é uma tensão cada vez maior entre ter “gênero” ou “mulheres” como protagonista do campo acadêmico feminista. A interlocução de Jorge nos diz que, em espaços acadêmicos com caráter feminista, é tensionada a participação de homens em espaços de representação. Pode-se perceber, portanto, que o espaço acadêmico é também espaço de embate e de representatividade política. Nesse sentido, talvez a separação entre “campo de estudos feministas” e “campo de estudos de gênero” se fizesse coerente, ao se tomar o primeiro como campo teórico que possibilite um projeto político feminista, realizado por mulheres, mesmo que em contextos específicos. Os “estudos de gênero” também poderiam contribuir nesse sentido, como muito contribuíram, mas parece se estabelecer no campo da teoria social, para além do pensamento feminista, na medida em que não abarca a possibilidade de acionar um movimento. Acredito, no entanto, que não deve se tratar de uma luta entre homens e mulheres, ou entre corpos masculinos e corpos femininos, trata-se de visibilizar as

opressões sofridas historicamente pelas mulheres em termos teóricos em diálogo com a prática política dos movimentos de mulheres.

#### **4.6 Implicações dos processos de migração das interlocutoras e circulação de teorias**

Interessante notar que todas as interlocutoras migraram de estado ou país em seus períodos de pós-graduação. Algumas delas citam também a maior concentração e visibilidade dos estudos feministas no eixo sul/sudeste do país. No que concerne a autorias utilizadas como base para seus pensamentos, teorizações e práticas, muitas citaram autoras de origem estrangeira, principalmente européia. Algumas também falaram sobre os efeitos dos financiamentos internacionais e nacionais de pesquisa na área de estudos feministas e de gênero, em suas formações e/ou pesquisas na área. Como dito anteriormente, Hulda realizou seu doutorado na Inglaterra, Cristina e Mercês realizaram seus doutorados na Espanha. Jorge e Rosineide realizaram seus doutorados no estado brasileiro de São Paulo. Algumas interlocutoras trazem relatos nesse sentido:

**Mercês:** Depois que você começa a atuar e começa a usar autores brasileiros, Guacira Louro. Guacira acho que ela deu um grande salto assim, certo? Ela academicamente ela deu. Aí quando começaram os Fazendo o Gênero, certo? Aí as revistas PAGU... aí isso deu uma mexida, mas aqui no nordeste não.

**M:** Ainda fica muito centralizado lá no Sul...

**Mercês:** É.

[Trecho da entrevista com Mercês]

Aí, assim, eu mesma me sinto como exemplo disso, que eu fui fazer o meu doutorado na Inglaterra, num é, e retornei ao Brasil em 94. Quando eu retornei ao Brasil, Judith Butler pra mim já era uma discussão, "Línea", da Escócia já era uma discussão, a Joan Scott já era uma discussão, enquanto aqui no Brasil [...] então o que é que acontece, a própria sociedade começa um processo de abertura, anos 80, outras leituras, as pessoas saem, as pessoas voltam, não é? E aí as pessoas vão pra São Paulo, as pessoas vão num sei pra onde e começam a ter outra vida, um outro estilo de ver as coisas, eu acho que há um coletivo de influências sobre a própria psicologia, né, e isso vai mudando dentro da academia. E com o retorno dos nossos ex-alunos e tal, né, eu mesma situei nisso, né, a gente começa a trazer uma perspectiva um pouco diferente daquela que leva o ratinho pro biotério, bota a barrinha pra baixar e tal, a gente começa a fazer outros questionamentos [Trecho da entrevista com Hulda]

Nesse momento, acredito ser importante refletir sobre a colonialidade<sup>30</sup> nas teorias feministas e sobre os processos de circulação de teorias entre os eixos norte e sul do globo ou entre locais centrais e periféricos. Tento aqui realizar uma análise através das leituras dos escritos de Cláudia de Lima Costa (2003, 2012) e Adriana Piscitelli (2005) e seus estudos sobre as circulações das teorias e sobre a colonialidade do saber. As autoras focam alguns de seus estudos nas análises das publicações em revistas científicas e referentes mediações das traduções teóricas que são realizadas pelas mesmas. Nesse caso, tento transpor essa análise para a vivência das interlocutoras em outros estados e países que não Pernambuco e Brasil, assim como para os estímulos financeiros de agências internacionais e nacionais, argumentando que a hegemonia de uma língua pode acarretar na hegemonia de pensamentos e de construção de pensamentos sobre o mundo.

Anteriormente, discorri brevemente sobre a progressiva transnacionalização dos movimentos sociais, especificamente dos feminismos. No entanto, faz-se necessário compreender que em paralelo ocorre uma progressiva transnacionalização da comunidade acadêmica, acarretando nas migrações de teorias e conceitos a partir de itinerários cada vez mais complexos. Esse tráfego das teorias é sempre realizado por mecanismos de mediação e tecnologias que controlam, possibilitam ou limitam a circulação de certos conceitos, temáticas, teorias e textos em detrimento de outros. De acordo com Cláudia Costa (2006, p.256):

Assim como argumentei que textos (carregando consigo certas marcas epistemológicas) não viajam sem ‘visto’, eles tampouco viajam ‘desacompanhados’. Geralmente seus deslocamentos seguem os rastros dos movimentos mais amplos de outros textos, de problemáticas (por meio, por exemplo, de movimentos sociais) e do capital cultural (por meio de uma elite acadêmica que viaja constantemente ao longo do eixo Norte-Sul e vice-versa).

Nesse sentido, a aproximação, por exemplo, do interlocutor Jorge com o campo das masculinidades, a partir de uma perspectiva feminista, não foi algo que ocorreu despreziosamente. Os estudos sobre masculinidades passaram a ser possíveis após a introdução da categoria gênero no campo dos estudos feministas e após a criação de redes que tornassem possíveis a divulgação e circulação desses estudos. Tomemos como base a fala seguinte do próprio interlocutor:

---

<sup>30</sup> Para melhor esclarecimento do termo, rever a nota nº4 deste trabalho.

E estando em São Paulo, pólo de discussão e de produção, né, de reflexão, eu fui podendo ter a oportunidade de estar em contato com esse povo todo, né? Albertina Costa... uma série de pessoas, que também essa situação da gente foi as coincidências da vida muito boas da vida, né. Eu tava, inclusive, no turbilhão de um processo, no início da discussão sobre masculinidade e paternidade, saúde reprodutiva e tal, né, e eu tava no meio desse furacão. E aí ficou o GESMAP até 2000 de maneira sistemática, assim, até... começou em 95. Até 97, né, eu estou lá em São Paulo sistematicamente nesse processo, com reuniões mensais com esse povo todo, aí dessa discussão toda a gente em 98 faz um seminário internacional sobre a masculinidade a partir de uma questão de gênero, publica o livro “Homens e Masculinidade: outras palavras”, produz um vídeo “Homem.com.H”, da ECOS, e uma cartilhazinha também de trabalho com os homens, né. Isso tudo fruto dessa discussão toda e foram processos intensos e longos, né [Trecho da entrevista com Jorge].

A criação do Grupo de Estudo sobre Sexualidade Masculina e Paternidade (GESMAP), citado por Jorge, foi possível a partir da junção de interesses da ONG Comunicação em Sexualidade (ECOS) com interesses das financiadoras internacionais Fundação FORD e Fundação MacArthur, no que concerne ao aprofundamento dos estudos sobre meninos, rapazes e homens. A concentração destes estudos está no âmbito das questões relativas principalmente à sexualidade e saúde reprodutiva. As demais interlocutoras também narram a importância dos financiamentos, tanto internacionais quanto locais, na delimitação de seus estudos e pesquisas:

Aí depois a FORD financiou a ida das trabalhadoras rurais pro Acre, foi aí que eu encontrei as trabalhadoras rurais aqui de PE. Então foi nessa época tinham muitos contatos, assim, e um intercâmbio muito grande. Então minha trajetória foi marcada por uma militância, por esse encontro com as idéias feministas mas via militância, né? Bem, e aí aconteceu esse projeto de pesquisa que foi o ponto vamos dizer de um feminismo mais acadêmico. Que essa professora que era também de Pernambuco e que morava lá começou a nos assessorar e esse projeto de pesquisa nós tivemos a sorte que ele foi financiado pela Fundação Ford e pela UNICEF que na época significou um monte de dinheiro que a gente não tinha nem idéia. O UNICEF e a Fundação Ford financiaram 60 mil dólares... [trecho da entrevista com Rosineide]

Olhe... eu já mexi com muitas e variadas coisas, inclusive eu iniciei discutindo mais essa coisa de sexualidade mais propriamente, como eu não encontrei esteira, então eu tive que mudar, por exemplo, é muito recente os editais sobre gênero, os editais sobre sexualidade, né, pra você conseguir grana pra fazer pesquisa, pra fazer trabalho, é muito recente. Então pra não ficar vendo navios eu me candidatei em vários outros tipos de editais, no meu caso, eu venho aqui... e você se adapta também ao contexto da universidade, né, que no caso da gente aqui é

bem voltado para o rural, então assim, eu comecei a trabalhar com mulheres pescadoras [Trecho da entrevista com Hulda].

A fala de Rosineide nos remete aos financiamentos internacionais no âmbito do movimento social feminista. Em outra fala que não trarei aqui, Rosineide em determinado momento reflete sobre o quanto os financiamentos delimitam a produção de determinados saberes ao citar a introdução da categoria gênero como mote das pesquisas financiadas. A fala posterior, de Hulda, remete a financiamentos locais, que delimitam as pesquisas tanto em relações às suas temáticas quanto ao contexto de localização de suas produções, como exemplo de uma universidade rural. Torna-se importante considerar, além das relações entre academia e movimento feminista, as relações criadas pelos setores governamentais e do Terceiro Setor, que como afirma Adriana Piscitelli (2005), articulando-se em redes internacionais, todos estes se apropriam e ressignificam conceitos criados pelo pensamento feminista. A autora chama ainda atenção para importância das agências de financiamentos internacionais, e aqui transponho também aos financiamentos locais, “cujas diretrizes em termos da incorporação de noções de gênero estão frequentemente vinculadas às pressões do feminismo global” (PISCITELLI, 2005, p.144-145).

Nesse sentido, é importante atentar para as contradições que a questão dos financiamentos pode envolver. Neste processo de transnacionalização dos movimentos de mulheres, autoras chamam atenção para a dependência criada por parte das ONGs (e acrescento o feminismo institucionalizado na academia) às demandas internacionais, que não eram muitas vezes compatíveis com demandas e pautas locais (BUARQUE; VAINSENER, 2002). Além disso, para o fato de que as distribuições desiguais dos recursos conceituais e materiais entre os movimentos de mulheres fortaleceram as hierarquias já existentes entre os mesmos, gerando mais poder e visibilidade a alguns e marginalizando outros, como os movimentos de trabalhadoras rurais, por exemplo, (THAYER, 2001). No que concerne aos financiamentos realizados por órgãos nacionais e governamentais, é importante também atentar para o quanto as demandas são delimitadas por essas pautas globais ou por pautas de interesse do próprio governo, mantendo sempre um olhar crítico frente à política neoliberal de Estado, que por trás de discursos que aparentemente valorizam a preocupação com o social, valorizam o primordialmente desenvolvimento econômico (CISNE; GURGEL, 2008).

Retorno, nesse sentido, às interlocutoras. Rosineide fez o doutorado em psicologia social na USP, porém realizou seu campo de estudos com trabalhadoras rurais do sertão pernambucano. Anteriormente, no mestrado, a interlocutora havia trabalhado com a temática da violência contra a mulher, mas não na psicologia e sim no serviço social. Hulda fez suas pós-graduações em antropologia sem o foco nos estudos feministas, mas carrega consigo, de acordo com seus relatos, um amplo aporte teórico de leituras feministas internacionais, porém mantém sua atuação com mulheres pescadoras e se utiliza da perspectiva feminista em seus estudos e atuação acadêmica. Cristina realizou seu doutorado em Deusto com a temática da gravidez na adolescência, mas realizou o campo de sua tese no contexto do Recife.

Busco, a partir disso e de seus relatos, realizar algumas reflexões. Primeiro, no que concerne as próprias relações entre a psicologia acadêmica do Recife e os estudos feministas. Foi necessário, para as interlocutoras que permaneceram na psicologia, a saída de Pernambuco para possibilitar o encontro entre suas atuações acadêmicas em psicologia e o campo dos estudos feministas, assim como de outros estudos pós-estruturais e críticos, visto que no Recife esses encontros ainda não eram viáveis. O retorno ao Recife, destas pessoas e de outras<sup>31</sup>, parece ter possibilitado a abertura da psicologia acadêmica local para os estudos feministas e para o diálogo com outros novos movimentos sociais, mesmo que este diálogo esteja concentrado ainda no âmbito das pós-graduações. Esse contexto ocorre em paralelo com as maiores possibilidades de pesquisa na área através dos editais nacionais de fomento às pesquisas sobre mulheres e gênero. Tomo aqui de empréstimo um recorte novamente das reflexões de Cláudia Costa sobre o conceito de lugar:

[...] o estudo da relação entre o global e o local pede um modelo que enfatize tanto as conexões quanto as disjunções, os interstícios, entre movimentos transnacionais de pessoas, de tecnologias, de capital e de bens culturais, considerando seus diferentes efeitos e transformações em vários níveis do local [...] a especificidade de um lugar não é singular, mas múltipla pois [...] ela se constrói justamente a partir da

---

<sup>31</sup> Como por exemplo, de minha própria orientadora de dissertação, que realizou o doutorado em Estudos Interdisciplinares na UFSC, vinculada ao Instituto de Estudos de Gênero, hoje professora efetiva do departamento de psicologia da UFPE desde 2008 e vinculada ao PPGPsi e ao LabEshu, através do qual orienta e realiza várias pesquisas a partir da perspectiva feminista. Outro exemplo é o do professor Benedito Medrado, companheiro de Jorge, que também realizou seu mestrado em Psicologia Social na USP e é professor efetivo do departamento de psicologia da UFPE. Benedito também mantém atuação com o foco no campo das masculinidades a partir da perspectiva feminista em diálogo com o movimento LGBT de Pernambuco e é pesquisador do PPGPsi e do GEMA.

presença, no interior desse lugar, de tudo o que lhe é exterior, isto é, das inter-relações desse lugar com outros lugares (COSTA, C.L., 2003, p.260).

Trago a reflexão para o âmbito das colonialidades. Foi necessária a migração das interlocutoras e algumas outras(os) pesquisadoras(es) não entrevistadas para os eixos sul/sudeste do país ou para o eixo norte do globo, onde se concentravam economicamente e intelectualmente os estudos feministas. Todas as interlocutoras citam autorias estrangeiras e algumas delas, como Rosineide e Hulda, chegam a falar até da importância das traduções de obras da língua inglesa para a brasileira, para os estudos feministas brasileiros. O projeto de tradução, no entanto, invoca sempre uma apropriação desleal e a elaboração de novos significados, sempre resultantes da confrontação de linguagens, de acordo ainda com Cláudia Costa (2012, p.49). A autora, apropriando-se ainda da leitura da teórica pós-colonial indiana Gayatri Spivak, chama atenção para o seguinte:

No cenário contemporâneo que marca o desaparecimento de vias de mão única e o surgimento de ‘zonas (cada vez mais voláteis) de tradução,’ e epistemologias de fronteira, cabe à crítica feminista examinar com atenção o processo de tradução cultural das teorias e dos conceitos feministas de modo a desenvolver uma habilidade transnacional para ler e escrever (Spivak, “Politics of Translation” 187-95)<sup>32</sup>. Esta tarefa requer o mapeamento dos deslocamentos e da tradução contínua das teorias e dos conceitos feministas, das dinâmicas de leitura, bem como das limitações impostas por mecanismos de mediação e tecnologias de controle sobre o tráfego das teorias.

Nesse sentido, os atravessamentos pelos quais os sujeitos “passam” são visualizados e analisados entrelaçadamente, numa perspectiva interseccional, na qual relações micro e macro co-existem. Este é mais um dos pilares atuais dos estudos feministas e de gênero. Nestes termos, a psicologia teria muitos “ganhos” ao inserir em suas produções uma análise na qual as subjetividades são produzidas e se produzem a partir do viés micro-macro analítico.

Continuando, Cláudia de Lima Costa cita alguns exemplos de sujeitos subalternos femininos e pós-coloniais da América Latina que buscam romper com a colonialidade do saber-poder nas construções teóricas, reivindicando um lugar de enunciação contra-hegemônico. Nesse sentido, reflito sobre a importância de

---

<sup>32</sup> Citação realizada pela própria autora Cláudia de Lima Costa

pesquisadoras feministas, na psicologia ou não, manterem sempre um olhar crítico frente a esse processo de tradução cultural, de circulação das teorias e das relações entre micro e macro contextos ou de contextos locais em relação com contextos globais. Esses processos nos dizem sobre como a produção do saber (efeitos do discurso) carregam sempre consigo potencialidades para a prática social acarretando sempre em relações de poder, que podem ou não gerar marginalização. Além disso, permanecer atentos(as) a esses processos possibilita a criação de práticas científicas de resistência frente às marginalizações e exclusões sociais nas ciências.

No Recife, algumas reflexões já estão sendo feitas nesse sentido. Na disciplina do mestrado denominada Teorias Feministas e de Gênero, do PPGPsi-UFPE, por exemplo, ministradas pela interlocutora Rosineide e por Karla Galvão, existe um módulo referente aos estudos pós-coloniais e de subalternidades, possibilitando as discussões críticas entre os(as) estudantes frente a hegemonia do pensamento feminista de tradição americana e européia em negligência de estudos locais e subalternizados de culturas latino-americanas ou de culturas não-ocidentais.

Continuarei essas discussões sobre circulação dos saberes feministas ao realizar análise sobre as publicações de autorias pernambucanas nas principais revistas feministas do país, adiante.

#### **4.7 Produção e circulação das publicações científicas da psicologia em periódicos feministas**

Acredito ser importante relatar que a pesquisa documental nas publicações científicas nos periódicos *Revista Estudos Feministas* e *Cadernos PAGU*, foi uma das últimas etapas de pesquisa organizadas por mim e me proporcionou algumas surpresas, sobre as quais discorrerei adiante. Utilizei, para fins dessa pesquisa, os artigos publicados nas versões on-line dos periódicos, referente aos anos de 2001 (quando iniciaram as publicações on-line das duas revistas) a 2012.

Nas informações básicas sobre o periódico *Cadernos PAGU*, encontra-se o seguinte:

**Cadernos Pagu**, publicação semestral interdisciplinar tem como objetivo contribuir para a ampliação e consolidação do campo de estudos de gênero no Brasil, através da veiculação de resultados de pesquisas inéditas e de textos ainda não traduzidos no país, viabilizando, assim, a difusão de conhecimentos na área e a leitura crítica da produção internacional. A proposta editorial da revista inclui a divulgação de reflexões teórico-metodológicas, resultados de pesquisa, ensaios, documentos e resenhas<sup>33</sup>.

Como áreas de interesse do periódico estão, de acordo com a página virtual da revista, as seguintes: antropologia, sociologia, história, ciência política, literatura, história da ciência e educação. Nos períodos de 2001 a 2012, foram publicados 24 números do periódico, sem divisão em volumes anuais, contabilizando um total de 257 artigos publicados nesse período. A revista recebe apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP), da Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão da Unicamp (FAEPEX) e principalmente do CNPq. Vale ressaltar que o critério para o qualis<sup>34</sup> da psicologia, da Capes, tanto para a *REF* quanto para o *Cadernos PAGU*, é B1

A *Revista Estudos Feministas* é uma publicação quadrimestral. Os doze volumes referentes ao período de 2001 a 2012, concentram trinta e três números do periódico e contabiliza um total de 454 artigos publicados. Em suas informações básicas, colhidas em sua edição virtual, encontram-se o seguinte:

A **Revista de Estudos Feministas** tem o objetivo de divulgar a vasta produção de conhecimento no campo dos estudos feministas e de gênero, buscando dar subsídios aos debates teóricos nessa área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos de mulheres<sup>35</sup>.

A *REF* se denomina ainda um “periódico indexado e interdisciplinar, de circulação nacional e internacional” e não propõe áreas específicas de interesse.

<sup>33</sup> <http://www.scielo.br/revistas/cpa/paboutj.htm> acesso em 28 de junho de 2013.

<sup>34</sup> Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção [...] A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero (informações colhidas em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>, acesso em 01 de julho de 2013).

<sup>35</sup> <http://www.scielo.br/revistas/ref/paboutj.htm> acesso em 28 de junho de 2013.

Nos 257 artigos do *Cadernos PAGU* do período acima citado, encontrei apenas sete artigos escritos por autoras(es) psicólogas(os) e nenhum destes encontra-se em atuação no nordeste brasileiro. A grande maioria tem atuação nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais. Nos 454 artigos encontrados na *Revista Estudos Feministas*, 53 continham como autoras(es) pesquisadoras(es) psicólogas(os), sendo oito com atuação no nordeste brasileiro e quatro com atuação em Pernambuco, mais especificamente no Recife. Uma primeira surpresa ocorreu diante desse quantitativo, que foi para além da baixa quantidade de publicações de psicólogas(os), a falta de publicações de autorias da psicologia em atuação no Recife nos *Cadernos PAGU*. No entanto, a maior surpresa gerada por esta pesquisa foi que das quatro autorias recifenses existentes na *REF*, três são interlocutoras desta pesquisa e outra delas é citada por mim ao caracterizar o campo. Dentre as autorias de outros estados, há uma proeminência de autorias localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Tentarei realizar primeiro uma análise mais “macro” desses poucos dados proeminentes. A primeira delas é a de que se reafirma- neste ponto, a concentração do campo de estudos feministas e de gênero, no que concerne à psicologia, no sul e sudeste do país. Além disso, percebe-se uma pouca valorização da psicologia como área afim no campo dos estudos feministas e de gênero por uma das principais revistas do campo no país. Vale ressaltar que, os *cadernos PAGU*, em seu editorial, não se consideram um periódico feminista e sim localizado especificamente no campo de estudos de gênero e visibiliza as áreas de interesse do periódico, nas quais não se encontram a psicologia e saúde coletiva, dentre outras áreas.

Adriana Piscitelli, Iara Beleli e Maria Margareth Lopes, no ano de 2003, ao publicarem um artigo na *REF* sobre a importância dos *Cadernos PAGU*, já atentavam para a concentração de trabalhos publicados advindos do sul e sudeste do país e também de colaborações internacionais advindas dos países europeus e dos Estados Unidos, em contraste às publicações do norte e nordeste do país e de outros países da América Latina e nações do Sul do globo, como África e Ásia. As autoras relatam também chamam atenção para a diversidade disciplinar presente na revista ser relativamente restrita e manter relações com as vinculações disciplinares das(os) integrantes de seu comitê editorial. Em contraponto, a *Revista de Estudos Feministas*, propõe seu caráter

militante já em sua própria denominação, explicita a intenção de colaborar com a prática dos movimentos de mulheres, em caráter interdisciplinar, nacional e internacionalmente.

No que concerne aos artigos publicados trago adiante as problematizações quanto às suas temáticas, principais categorias utilizadas, aspectos norteadores de concepção de ciência utilizados pelas autorias, assim como suas relações com as particularidades do campo de estudos feministas e de gênero.

O artigo “**Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco**”, de autoria de Rosineide Cordeiro, foi publicado na *REF*, no segundo número do volume 15, ano de 2007. O artigo foi produzido a partir das problematizações realizadas em sua tese de doutorado em psicologia social. Na produção, Rose utiliza a categoria mulheres, mas propõe a interseção entre gênero, classe, raça, etnia e critérios geopolíticos.

No artigo, Rose tem o objetivo de compreender como as mulheres agricultoras do sertão pernambucano, ao terem acesso a direitos sociais, especialmente de previdência social, lidam com a normatização e regulamentação dos processos de nascimento, envelhecimento e morte, realizando uma crítica aos aparatos da modernidade que regulam comunidades, a partir do conceito de biopolítica de Foucault. Rose apresenta relatos das experiências das mulheres rurais e da importância das documentações na vida dessas pessoas. Algumas delas não possuem nenhuma documentação que comprovem seu nascimento, o que acarreta também na não possibilidade de registro de seus(suas) filhos(as). Assim sendo, essas pessoas são inexistentes enquanto cidadãs(ãos) brasileiras(os), acarretando no aumento das desigualdades e das precárias condições sofridas por elas.

A autora do artigo relata que uma das estratégias utilizadas pelas mulheres é a de tirar a documentação com a profissão de agricultoras, pois outras profissões, como a de doméstica, não conseguem o direito à aposentadoria. No entanto, a retirada desses documentos lhes é mais acessível nos espaços designados como femininos, tais quais escolas, hospitais e postos de saúde do que em processos que desencadeiam mudanças sobre o uso ou a propriedade da terra, que ficam relegados principalmente aos homens, acarretando na exclusão das mulheres do direito à terra. A autora também relata que, a partir da década de 1980, as mulheres que trabalham na agricultura familiar do local, passaram a conjugar seus interesses, afinar seus discursos e criar vínculos e trocas,

organizando-se politicamente e se posicionando como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco.

Interessante ressaltar que Rose entrevistou 14 mulheres dos municípios de Triunfo e da Santa Cruz da Baixa Verde, assim como se utiliza de observações etnográficas, o que mostra o diálogo com a antropologia, em sua produção na psicologia social. Nesse sentido, percebe-se que a autora situa-se num campo pós-estrutural das ciências, realiza uma pesquisa de caráter feminista que visa compreender as subjetividades, os aspectos relacionais e as experiências das mulheres em seus contextos específicos, denunciando as desigualdades sofridas no âmbito do contexto rural, chamando atenção para as estratégias de resistência e de luta das mesmas frente às normalizações que lhes são impostas.

O artigo **“Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades”**, de autoria de Benedito Medrado e Jorge Lyra, foi publicado no 3º número do volume 16 da *REF* no ano de 2008. Vale ressaltar, que Benedito Medrado é também professor do departamento de psicologia e do PPGPsi da Universidade Federal de Pernambuco, como já citado anteriormente. Os autores, no artigo, situam a produção no contexto da saúde pública e não da psicologia, e propõem uma contribuição teórica aos estudos de homens e masculinidades, primordialmente no âmbito da saúde coletiva, a partir do diálogo com produções feministas, ou, do que denominam por matriz feminista:

[...] produções contemporâneas que adotam “gênero” como categoria analítica e se baseiam em referenciais teóricos distintos, mas têm em comum (e se auto definem a partir de) uma perspectiva feminista crítica (MEDRADO; LYRA, 2008, p.811)

Nesse sentido, os autores tentam romper com as concepções que historicamente vem sendo construídas nos estudos sobre homens e masculinidades, que mostram os homens como as “faces malditas” das relações que produzem desigualdades e acarretam na subordinação das mulheres. Os autores realizam um mapeamento, a partir de outras autorias, do debate brasileiro sobre gênero e saúde, que a partir da interdisciplinaridade no campo da saúde coletiva, possui distintas formas e objetos, mas que prioritariamente vem se orientando pelo binarismo masculino-feminino, priorizando de modo quase que exclusivo as experiências das mulheres. Medrado e Lyra realizam, portanto, uma reflexão breve sobre sujeitos políticos do feminismo, alertando para os riscos do

essencialismo que pode ser acarretado em torno do emprego universal da categoria “mulher”.

Os autores propõem quatro eixos para contribuir com as reflexões feministas sobre homens e masculinidades: a) ao problematizar o sistema sexo/gênero, os autores denunciam os abusos teóricos do conceito de gênero no campo, que continuam a distinguir o sexo-biologia do gênero-cultura; b) discutem sobre a análise relacional do gênero, que implica sempre em assimetrias de poder, ressaltando que o “Outro” que está em ataque pelo feminismo não necessariamente deve ser o “não-eu”, ou seja, os homens, mas uma dinâmica social que acarreta em desigualdades entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, o que implica na necessidade de reflexões sobre a constituição das masculinidades que vão além da vitimização de alguns (mulheres) e da culpabilização de outros (homens); c) refletem sobre as marcações de poder, a partir das concepções de Joan Scott e de Michel Foucault, e a importância de se perceber as relações de poder como *jogos* e não como *estados*, para não reificar as posições de mulheres enquanto subordinadas e homens enquanto opressores e d) discorrem sobre a necessidade da ruptura do modelo binário de gênero nas esferas políticas, institucionais e de organização social.

Posteriormente, os autores trazem no artigo um mapeamento do que (temáticas), de como e em que concepções de homens tem se orientado os estudos sobre masculinidades no campo da saúde coletiva, concluindo que ainda é preciso construir produções que permitam apontar, a partir da categoria gênero, as contradições, fissuras, rupturas e brechas, para além de modelos explicativos que reafirmam as diferenças, buscando visualizar caminhos alternativos de transformação progressiva e efetiva no âmbito das relações de gênero. Para tal, acreditam na necessidade de abrir espaços para novas construções que resgatem o caráter plural e polissêmico das leituras feministas.

Nesse sentido, percebe-se que os autores também parecem se situar num âmbito pós-estrutural ao compreenderem a ciência como discurso que pode reificar e acarretar em desigualdades ou possibilidades de transformação social. Os autores utilizam a “categoria gênero” e buscam dialogar com o que chamam de leitura feminista ou matriz feminista, não falando sobre um campo de estudos feministas, separado de um campo de estudos de gênero. Na produção, os autores também revelam o caráter interdisciplinar de seus estudos, tanto ao falar sobre este caráter no campo da saúde

coletiva, tanto ao trazer, como embasamento de seus pensamentos, autoras e autores de campos e áreas científicas diversas.

O artigo **“O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia”** foi escrito por Karla Galvão Adrião, Maria Juracy Filgueiras Toneli e Sônia Weidner Maluf, no terceiro número do 19º volume da *REF*, no ano de 2011. Para situar a produção deste artigo, acho importante localizar minimamente sua produção. Karla Galvão Adrião, tem formação em psicologia, mestrado em Linguística e doutorado em Estudos Interdisciplinares, vinculada ao Instituto de Estudos de Gênero, hoje professora efetiva do departamento de psicologia da UFPE desde 2008 e vinculada ao PPGPsi e ao Laboratório de Estudos em Sexualidade Humana (UFPE) e integra o grupo “Margens: modos de vida, família e relações de gênero” (UFSC). Maria Juracy Toneli realizou em sua trajetória acadêmica a graduação em psicologia, mestrado em educação, doutorado em psicologia escolar e do desenvolvimento humano e pós-doutorado em psicologia social. É atualmente professora do departamento de psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela UFSC e também integra o grupo Margens, assim como o “Instituto de Estudos de Gênero (IEG)”, ambos da UFSC. Sônia Maluf é formada em jornalismo, tem mestrado em antropologia social e doutorado em antropologia social e etnologia. É atualmente professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Ensinos Interdisciplinares da UFSC e pesquisadora associada do Institut de recherche interdisciplinaire sur les enjeux sociaux, IRIS, da França. Integra o Núcleo de Antropologia do Contemporâneo e também o IEG, ambos situados na UFSC.

A partir de etnografia realizada do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em São Paulo no ano de 2005, as autoras discutem o sujeito político do feminismo em interface com as noções de democracia e autonomia, utilizando noções de igualdade, diferença, pluralidade e diversidade para problematizar as tensões e ampliações do espaço interno do movimento feminista, no que concerne às identidades de sujeito político e à agregação de outras desigualdades, como raça, etnia, geração e sexualidade.

Inicialmente, as autoras discorrem sobre as contribuições dos encontros de mulheres e feministas para o desenvolvimento interno do movimento feminista no

Brasil. Os encontros são tomados como espaços de reflexões e discussões internas, tensionamentos e fortalecimento das pautas, agendas e formulações feministas. Estar num encontro, de acordo com as autoras, é marca de participação, crédito e fortalecimento da(s) identidade(s) feminista(s). Através das análises desses espaços de encontro torna-se possível compreender os caminhos que estão sendo trilhados pelos feminismos do sul das Américas. O artigo então discorre sobre a análise do trabalho de campo de uma das autoras, realizado no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, do qual participaram cerca de 700 mulheres brasileiras e outras 700 mulheres latino-americanas e do Caribe. Para participar do encontro era necessário 1) ser mulher e 2) ser feminista. Nesse sentido, as autoras dividem a análise em dois momentos: 1) sujeitos políticos e 2) relações entre democracia, autonomia e sujeitos políticos.

Em relação ao primeiro momento de discussão analítica, Adrião, Toneli e Maluf ressaltam que a constituição de sujeitos políticos vem orientando os movimentos sociais, formulando suas particularidades, desigualdades sofridas e reivindicações almejadas. Nesse sentido, pelo menos desde o século XVII as ações do movimento feminista têm sido pautadas em torno do sujeito “mulher”, como uma unidade que aglutinava todas as mulheres. As autoras discorrem então sobre as implicações do sujeito político mulher, primeiro recorrendo às noções de igualdade e diferença problematizadas pela historiadora Joan Scott. O movimento feminista que se aglutinava em torno da categoria “mulher”, o fazia com base na diferença sexual, o que tornava a escolha por essa categoria um paradoxo, na medida em que é a própria noção de diferença sexual que restringe as mulheres de possibilidades de direitos e cidadania. Assim sendo, a visibilidade do sujeito “mulher” é acionada através de uma identidade de grupo, mesmo que não agregue todas as mulheres dentro deste significante. À luz dessas questões, Adrião, Toneli e Maluf trazem, portanto, alguns relatos do diário de campo de Adrião, a fim de problematizar as tensões em torno de dois segmentos políticos: o das jovens feministas, que tiveram participação no encontro, e o das transgêneros, que não puderam participar do mesmo.

No encontro, as jovens feministas reivindicavam pautas e demandas específicas, dentre elas a não constituição de espaços adultocêntricos e verticais dentro do movimento feminista, visto que as mulheres mais experientes no movimento tinham mais poder e visibilidade, assim como mais direitos à voz e participação. Nesse sentido, as jovens feministas utilizaram estratégias de busca de igualdade dentro do movimento

a partir de suas diferenças específicas (ser jovem), movimentando internamente o feminismo e percorrendo caminhos semelhantes aos que foram percorridos por outros segmentos para serem reconhecidas dentro do movimento, assim como as negras, as indígenas e as lésbicas.

Em relação às transgêneros, as autoras relatam diversos tensionamentos frente às discussões sobre a possibilidade de participação destas no encontro. Na plenária final do encontro analisado, houve votação para decisão da possibilidade das transgêneros participarem do 11º Encontro. As feministas que se colocavam contra a participação das transgêneros, referiam-se a elas a partir do artigo masculino “os”, afirmando-as como homens, argumentando que transgêneros representam a fala dos homens no movimento feministas, restringindo os direitos e as estratégias das mulheres. As feministas que se colocavam a favor da participação das transgêneros, argumentavam a favor dos novos estilos de vida que as fissuras nos modelos heterossexuais ocasionadas, inclusive, pela utopia feminista de busca por igualdades. Dentre esses novos estilos de vida, “a possibilidade de uma pessoa que nascesse com o sexo biológico de um homem ter acesso a uma nova definição identitária” (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p.673). Nesse sentido as autoras do artigo discorrem:

Nesse exemplo de demanda por inclusão de um segmento como sujeito político do feminismo, o que percebemos em termos de estratégias é que a relação entre igualdade e diferença percorre um caminho mais ousado que o anterior (das jovens feministas), no sentido de que busca igualdade na afirmação de uma diferença aparentemente “biológica”, o sexo masculino, portanto, a identidade masculina em posição à feminina, através da inclusão de uma igualdade discursiva que afirma “se me sinto feminista, então posso ser uma”. O paradoxo da diferença sexual aqui é utilizado ao revés, ou seja, ao invés de afirmar a diferença sexual, fortalece a possibilidade de trânsito dos lugares instituídos pelos/nos corpos como masculino e feminino (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p.675).

Nesse caminho, as autoras argumentam que ao permitir a participação das trans nos encontros, provoca-se uma ruptura na lógica binária já tão criticada pelas teorias feministas, mas nas quais ainda se baseia o movimento para aglutinar seu sujeito político em torno da diferença sexual (corpos de homens em oposição a corpos de mulheres), ao evidenciarem que os corpos – e a biologia e a natureza - podem ser alterados.

No segundo momento de análise, Adrião, Toneli e Maluf problematizam a questão dos sujeitos políticos em relação com as estratégias políticas de *redistribuição* e *reconhecimento* na democracia, a partir das proposições de Nancy Fraser, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. As autoras do artigo acreditam que o movimento feminista no Brasil, mesmo participando ativamente das ações transnacionais que indicam políticas globais para os Estados-nação, não tem perdido de vista a preocupação com a autonomia na interface com as políticas globalizadas, não deixando, portanto, de se debruçar sobre as microdemandas, situadas e contextuais. Nesse sentido, as autoras afirmam:

A democracia plural e radical, discutida pelas feministas do 10º Encontro, e ressaltada pelos teóricos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, apresenta-se em sua complexidade e em meio a forças em choque e a tensões e conflitos por hierarquias dentro do movimento, por espaços identitários e políticos, mas não necessariamente em oposição a sujeitos políticos, na busca por autonomia e por espaços que reflitam os anseios e demandas dos diversos segmentos (ADRIÃO, TONELI E MALUG, 2011, p.679).

Torna-se condição, então, para a concretização da democracia radical que haja conflitos e pluralidade de oposições e é necessário perceber que a inclusão democrática não ocorre sem concomitante exclusão, como afirmam as autoras.

O artigo, portanto, situa-se também num campo pós-estrutural que questiona criticamente as noções clássicas de sujeito e de identidade que foram construídas tradicionalmente como universais e que operam sobre lógicas binárias. Além disso, mais uma vez se mostra o caráter interdisciplinar do campo, sendo o artigo produzido por duas pessoas da psicologia e uma da antropologia, utilizando-se de perspectivas metodológicas originadas na antropologia, como a etnografia.

Pode-se perceber, portanto, que as produções recifenses nos dois principais periódicos feministas e de gênero do país, apesar de poucas, são consideravelmente importantes para o campo dos estudos feministas e de gênero. Revelam o caráter plural do campo, visto que contribuem como reflexões práticas, teóricas e epistemológicas em vários aspectos. Passam por problematização das desigualdades sofridas por mulheres rurais no contexto do sertão pernambucano, assim como de suas estratégias de resistência e luta; por problematizações teóricas e metodológicas sobre o próprio campo de estudos de gênero, ao realizar reflexões de pesquisadores homens, em diálogo com os estudos feministas, sobre os estudos sobre homens e masculinidades, como área deste

campo maior; e, por último, por problematizações referentes à dinâmica do próprio movimento feminista, que vem passando por transformações frente às mudanças sociais como a globalização e a transnacionalização e epistemológicas, que conferem um caráter plural às identidades de seus sujeitos políticos.

As publicações nos mostram ainda o caráter interdisciplinar do campo de estudos feministas e de gênero, na medida em que se evidencia não só o diálogo, mas a construção teórica e metodológica que vai além das amarras da psicologia que busca normatizar as pessoas, o sexo, o gênero, a sexualidade e suas próprias práticas científicas. As temáticas dos artigos estão relacionadas com a psicologia, mas, no entanto são trabalhadas pelo viés interdisciplinar não tocando diretamente em algum tema que seja objeto da psicologia, em sua concepção tradicional. Nesse sentido, acrescento que tais produções são voltadas para e pelas pós-graduações, trabalhando temáticas relacionadas com a psicologia, porém estas problematizadas através do viés interdisciplinar que não tocando diretamente em algum tema que seja objeto da psicologia e não refletindo, portanto, diretamente sobre as graduações de psicologia.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar as relações entre a psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero no Recife me permitiu compreender, a partir das interlocuções e das análises das publicações científicas, aspectos particulares do local, assim como as dinâmicas entre este local com o contexto macro das interfaces e tensões existentes entre: 1) a psicologia acadêmica e o campo de estudos feministas e de gênero; e 2) a prática científica acadêmica no campo de estudos feministas e de gênero e a militância feminista.

As interseções e tensões são presentes desde as experiências pessoais e profissionais, que perpassam vários encontros solidários com teorias e pessoas, possibilitando ou inviabilizando às(aos) interlocutoras(es) reconhecerem-se subjetiva e/ou identitariamente enquanto *feministas*. Em suas trajetórias acadêmicas, as(os) interlocutoras(es) apresentam a área da psicologia social como possibilidade maior do encontro entre a psicologia e o campo de estudos feministas e de gênero e isso pode ser problematizado à luz das próprias mudanças epistemológicas que ocorreram nos campos das ciências humanas, da própria psicologia e, mais especificamente da psicologia social, como área que vem questionando internamente suas próprias ações e produções que historicamente vem normalizando e oprimindo indivíduos e grupos.

Sendo o campo das ciências inerentemente um campo agonístico (HARAWAY, 2005), as insurgências de possibilidades de práticas e produções em psicologias engajadas socialmente com a intervenção nas realidades, não ocorrem sem tensões em torno da legitimidade do diálogo e construção conjunta entre a psicologia e o campo dos estudos feministas e de gênero. Isso ocorre, dentre outros fatores, principalmente à resistência de se reconhecer, dentro da psicologia, a importância da inter e transdisciplinaridade do campo de estudos feministas e de gênero para as práticas e teorizações *psi*.

Tanto questões internas ao campo acadêmico dos estudos feministas e de gênero, como a preferência pelo uso da categoria gênero ou pelo uso da categoria mulher, quanto questões internas ao campo do movimento social feminista, como os de legitimidade de segmentos políticos específicos, implicam em tensões entre a prática acadêmica e a prática militante no âmbito dos feminismos e do gênero. Nesse sentido, passo a acreditar, após a pesquisa, que talvez seja necessária a separação em dois

campos: o dos *estudos feministas*, que propõem o retorno à categoria mulher em contextos específicos e delimitados, e que o problematizam questionando sua necessidade. Neste campo há a preocupação de abarcar as diferenças existentes dentro deste significativo, constituindo um campo teórico que possibilite um projeto teórico e político feminista; e o campo de *estudos de gênero*, que pode ou não dialogar com o dos estudos feministas e propor possibilidades de projetos políticos, mas que não necessariamente utiliza *mulheres* como sua principal categoria de análise.

A pesquisa permite ainda a problematização dos processos de viagens de pesquisadoras(es) e de circulação de teorias, refletindo que os mesmos mostram como os conteúdos e conceitos trabalhos no campo de estudos feministas tem dinâmicas de relações locais-globais de circulação, que muitas vezes acarretam na invisibilidade das produções realizadas em algumas localidades e contextos, como é o caso do nordeste do Brasil. No entanto, também podem acarretar nas possibilidades de abertura de diálogo entre diversas áreas e campos. Assim sendo, foi necessário que algumas pessoas da psicologia migrassem do Recife para locais do sul/sudeste do Brasil ou do norte do globo para poderem, posteriormente, abrir o diálogo, no Recife, entre a psicologia acadêmica e os estudos feministas e de gênero. No entanto, refletindo sobre tais processos de migração destas pessoas e também de circulação e de divulgação de suas produções em nível nacional, percebe-se que, apesar de esta se constituir enquanto um campo pós-estrutural, plural, interseccional, interdisciplinar e que reflete sobre suas próprias práticas criticamente buscando não acarretá-las em desigualdades, o campo dos estudos feministas e dos estudos de gênero na psicologia, mantém-se nas pós-graduações ou nas margens das graduações, inviabilizando que muitas(os) futuras(os) profissionais de psicologia possam atuar criticamente frente às subjetividades que se constituem a partir das desigualdades e opressões de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, cultura, geração, dentre outros.

No entanto, para além das contribuições teóricas e políticas que almejo com este trabalho, gostaria de refletir sobre algumas contribuições metodológicas, mesmo consciente de que estas contribuições também são políticas. Como disse anteriormente, nem sempre se torna fácil assumir certos posicionamentos que vão de encontro ao pensamento científico hegemônico. Em outras palavras, livrar-se das amarras do positivismo gera angústia e questionamentos quanto à legitimidade do que se produz. Algumas escolhas, no caso deste trabalho, considero como vitoriosas, no que se refere a

superar tais angústias e questionamentos. Por exemplo, ao escolher como uma de minhas interlocutoras uma pessoa que também é examinadora deste trabalho, pude assumir para mim mesma que a neutralidade não é algo no qual acredito e almejo ao realizar uma pesquisa de caráter feminista. Apesar dos questionamentos que eu própria me realizei, não tenho dúvidas de que fiz uma escolha muito importante em termos de interlocução e de diálogo sobre o campo.

Por último, ressalto que a construção deste trabalho se concretiza por considerar a importância de realizar um estudo sobre o campo no qual estou inserida e participo de suas dinâmicas. Realizo a pesquisa neste campo, no caso a psicologia em suas interlocuções com os estudos feministas no Recife, muito mais visando transformá-lo do que simplesmente conhecê-lo. Acredito e almejo em uma psicologia mais engajada com a sociedade e com as realidades que constrói. Espero, a partir deste trabalho, realizar e fortalecer ações que ampliem o diálogo e a construção conjunta entre a psicologia e os estudos feministas e estudos de gênero, principalmente nos âmbitos do ensino e da extensão das graduações acadêmicas, para além do âmbito da pesquisa.

## 5 REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do feminismo – Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia.** Florianópolis, 2008, 301p. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – DICH) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, v.19, n.3, set-dez 2011, p.661-681

AMÂNCIO, Lígia. O gênero na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. **Psicologia.** Lisboa, vol XV, n. 1, 2001, p.9-25

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v.16, n.1, jan/abr 2008, p.207-228

BESSE, Suzan. A política do(s) feminismo(s) e do(s) antifeminismo(s). In: BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade.** São Paulo: Edusp, 1999.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu.** Campinas, n.26, 2006, p.329-376

BRASIL. Presidência da república. Secretaria Especial de Política para Mulheres. **Pensando Gênero e Ciência: encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisas,** Brasília – DF, 2006

BUARQUE, Cristina; VAINSENER, Semira. ONGs no Brasil: da filantropia ao feminismo. **Cadernos de Estudos Sociais.** Recife, v.18, n.1, jan-jun 2002, p.5-19

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu.** Campinas, n.11, s/v, p.11-42, 1998.

BUTLER, Judith. Regulaciones de género. **Revista de Estudios de Género. La Ventana**. n.23, 2006, p. 7-35

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.151-172

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para autonomia das mulheres. **Ser Social**. Brasília, v.10, n.22, 2008, p.69-96

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. Vida de agricultoras e histórias de documentos no sertão central de Pernambuco. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.15, n.2, mai-ago 2007, p.453-460.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.16, s/n, 2001, p.13-30

COSTA, Claudia de Lima. O Tráfico do gênero. **Cadernos PAGU**. Campinas, n.11, 1998, p.127-140

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. **Portuguese Cultural Studies**. 2012, p.41-65

COSTA, Cláudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11, n.1, jan-jun 2003, 254-264.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. Teoria e práxis feministas nas ciências e na academia: os núcleos da mulher nas universidades brasileiras. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, nºespecial, 1994, p.387-400

COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, p.24-38.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.66, 1988, p.63-69

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B.; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: **ANAIS do 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências**. Brasília, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), 2010.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, nº especial, 1994, p. 401-409.

COSTA, Albertina; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. A pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.54, 1985, p.5-15

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Niterói, v.5, n.2, 2005, p.9-35

DAMATTA, Roberto; O ofício de etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.24-35

ESMERALDO, Gema Galgani. Marcas de novas institucionalidades nas universidades criadas por núcleos e redes acadêmicas e feministas. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para Mulheres. **Pensando Gênero e Ciência: encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisas**, Brasília – DF, 2010, p.103-120

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugalia, 1966.

FOUCAULT, Michel. Teorias e Instituições Penais. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.17-24, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Revista Paidéia**. Belo Horizonte, v.14, n.28, 2004, p.139-152

FREIRE, Nilcéa. Apresentação. In: BRASIL. Presidência da república. Secretaria Especial de Política para Mulheres. **Pensando Gênero e Ciência: encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisas**, Brasília – DF, 2010, p.9-10

GERGEN, Kenneth. A psicologia social como história. **Psicologia e Sociedade**. v.20, n.3, Florianópolis, p.475-484, set/dez, 2008

GERGEN, Kenneth. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: GERGEN, Mary McCanney (Org.) **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Edunb, 1993, p.48-69

GERGEN, Mary McCanney. Rumo a uma metateoria e uma metodologia feministas nas ciências sociais. In: GERGEN, Mary McCanney (Org.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Edunb, 1993, p. 110-128

GROSSI, Miriam Pillar. A revista estudos feministas faz 10 anos – uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.especial, 2004, p.211-221.

GUARESHI, Pedrinho. 2007. O que é mesmo psicologia social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny. **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007, p.37-52

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.5, s/v, p.07-41, 1995

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminista-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.) **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.33-118.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos PAGU**. Campinas, n.22, s/v, 2004, p.201-246

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, n.7, 1993, p.7-31

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELLI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES, São Paulo: Sumaré, 1999, p. 183-221.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.17, n.1, jan/abr, 2009, p.215-241

IÑIGUEZ, Lupicínio. La psicología social como crítica: continuismo, estabilidad y efervescências tres décadas después de la “crisis”. **Revista Interamericana de Psicología**. Porto Alegre, v.37, n.2, p.221-238, 2003.

MACEDO, Ana Gabriela. O Feminismo como uma “aracnologia” e uma in-disciplina: tópicos para re-pensar o Feminismo hoje. In: NEVES, Sofia. **Gênero e ciências sociais**. Castêlo da Maia: Edições ISMAI. 1993, p. 41-47

Albertina, BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, p.24-38.

MALUF, Sônia Weidner. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, nºespecial, 2004, p. 235-243

MATOS, Marlise. Teoria de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n.2, mai/ago, 2008, p.333-357

MATOS, Marlise. A institucionalização do feminismo no Brasil: os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento – a experiência da RedeFem. In: BRASIL. Presidência da república. Secretaria Especial de Política para Mulheres. **Pensando Gênero e Ciência: encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisas**, Brasília – DF, 2006, p.91-108

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n.3, set-dez 2008, p.809-840.

MELLUCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**. São Paulo, n.17, 1989, p.19-66

MINELLA, Luzinete Simões. Fazer REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n.1, 2008, p. 105-116.

MORIN, Edgar. Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In: AUDY, Jorge Luis; MOROSIN, Marília Costa. **Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.22-28

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves da. A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. **Educação e Realidade**. v.1, n.29, p.187-198, jan/jun, 2004.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. **Psicologia e Sociedade**, Vol.15, N. 2, pp. 43-64, 2003.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias Feministas: a reflexividade ao serviço de investigação nas ciências sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.3, n.18, 2005, p.408-412

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.8, n.2, 2008

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social.** Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2001.

NOGUEIRA, Conceição. A psicologia e a construção social do gênero. SEMINÁRIO INTERNACIONAL, Lisboa, 1999 – “**Coeducação : do princípio ao desenvolvimento de uma prática : actas**”. Lisboa : Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999. p. 169-188.

NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia.** Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Reflexões sobre gênero e psicologia no Brasil. In: **Gênero e pesquisa em psicologia social.** Org: Mara Coelho de Sousa Lago [et al]. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

OKSALA, Johanna. Introdução. **Como ler Foucault.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 07-12.

OLIVEIRA, João Manuel de. Fazer e desfazer o gênero: performatividades, normas e epistemologias feministas. In: NEVES, Sofia (Org.) **Gênero e ciências sociais.** Castelo da Maia: Edições ISMAI, 1993, p.49-66.

PRADO FILHO, Kleber. A psicologia como disciplina da norma nos escritos de M.Foucault. **Revista Aulas.** n.3, p. 1-14, 2007.

PETERS, Michael. Estruturalismo e Pós-Estruturalismo. **Pós-Estruturalismo e a Filosofia da Diferença (Uma introdução).** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana; LOPES, Maria Margaret; BELELI, Iara. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11, n.1, jan/jun, 2003, p.242-246

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia Lima; SCHMIDT, Simone. **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2004, p.43-67

PISCITELLI, Adriana. As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais. In: MORAES, Maria Lygia Martin. **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas: PAGU, 2005, p. 143-163

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Goiás, v.11, n.2, jul-dez 2008, p.263-274

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. SOS Corpo, 1993.

SAAVEDRA, Luíza; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. **Memorandum**. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, n 11, 2006, p.113-127.

SARTI, Cynthia. O feminismo no Brasil desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.2, mai/ago, 2004, p.35-50

SCOTT, Joan. Experiência. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999, p.21-55

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n.1, 2001, p.103-130

UNGER, Rhoda K. Epistemologia psicológica, feminista e pessoal: transcendendo a contradição. In: GERGEN, Mary McCanney (Org.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Edunb, 1993.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.121-132.

## **6 ANEXOS**

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturado

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que fui convidada e aceitei participar, como voluntária, da pesquisa “Interfaces e tensões entre a psicologia acadêmica e os estudos feministas no Recife”, cujo objetivo é investigar historicamente os processos de constituição e regulação do campo de estudos feministas na psicologia acadêmica do Recife.

Fui devidamente esclarecida sobre os objetivos dessa pesquisa e informada que:

- A minha participação nesse estudo é de livre vontade e não implica no recebimento de qualquer valor financeiro;

- A minha participação nesse estudo não trará nenhum dano a minha integridade física, social e/ou emocional;

- Sempre que houver necessidade, serão fornecidos esclarecimentos a respeito do estudo em cada uma das etapas;

- Se for de meu interesse, minha colaboração para a pesquisa será de forma anônima, sendo utilizado um nome fictício para apresentar dados referentes à entrevista que concedi à pesquisadora sobre minhas vivências;

- De acordo com o meu consentimento, a entrevista será gravada e transcrita pela pesquisadora para efeito de análise posterior. Ressaltando que apenas a pesquisadora e a sua orientadora terão acesso ao material da transcrição;

- A qualquer momento poderei solicitar não mais participar da pesquisa, sem que isso me provoque algum prejuízo legal ou moral;

- As informações por mim concedidas serão úteis para produção de conhecimento acadêmico sobre os estudos feministas e de gênero na psicologia.

Para qualquer esclarecimento ou informação adicional, o contato será realizado com a pesquisadora Mariana Borelli Rodrigues, autora do estudo, no endereço Rua

Campo Grande, n.619, casa B, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco; ou pelos telefones (81)9185-6271 e (81)8620-0235

Após ter lido os termos contidos neste documento e ter conversado com a entrevistadora, concordo em participar como informante e colaboradora dessa pesquisa.

---

Assinatura da participante Assinatura da entrevistadora

---

Testemunha 1 Testemunha 2

Data: \_\_\_/\_\_\_/2012

## PESQUISA: INTERFACES E TENSÕES ENTRE OS ESTUDOS FEMINISTAS E A PSICOLOGIA ACADÊMICA NO RECIFE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### Sobre a trajetória:

1. Você poderia me contar, brevemente, a partir de sua trajetória acadêmica quando você teve contato com os estudos sobre mulheres, estudos de gênero ou estudos feministas (*ver a denominação que a informante prefere*) e quando começou a produzir neste campo?
  - a. Se foi ainda na psicologia:
    - i. Quais eram as perspectivas de gênero utilizadas na época?
    - ii. Você acha que, na época que você entrou em contato com este campo, a psicologia proporcionava meios propícios e visibilidade para estes estudos? *Tentar dar enfoque as possibilidades e tensões existentes / Dar enfoque ao contexto micro e macro*
    - iii. E, atualmente, você acredita que a psicologia proporciona meios e visibilidade para estes estudos? Por quê? *Tentar dar enfoque as possibilidades e tensões existentes / Dar enfoque ao contexto micro e macro*
  - b. Se não foi na psicologia:
    - i. Porque você acha que só veio entrar em contato com este campo fora da psicologia?
    - ii. Você acha que, na época que você entrou em contato com este campo, a psicologia proporcionava meios propícios e visibilidade para estes estudos? *Tentar dar enfoque as possibilidades e tensões existentes / Dar enfoque ao contexto micro e macro*
    - iii. E, atualmente, você acredita que a psicologia proporciona meios e visibilidade para estes estudos? Por quê? *Tentar dar enfoque as possibilidades e tensões existentes / Dar enfoque ao contexto micro e macro*

**Sobre as temáticas e paradigmas:**

2. Quais foram e são as principais temáticas a autoras(es) de gênero e/ou feministas pesquisadas por você ao longo de sua trajetória?
3. Quais foram e são os paradigmas científicos norteadores de sua produção científica no campo em questão?

**Sobre as interseções academia e militância:**

4. Você acredita que a psicologia acadêmica proporciona o diálogo com os movimentos sociais? Por que e como?
5. Você acredita que esse diálogo é importante?
6. No que você acha que os feminismos e o campo de estudos de gênero podem contribuir para a psicologia acadêmica?
7. O contrário?
8. Você se considera feminista? O que é feminismo pra você?
9. Se sim, perguntar: Você acredita que ser feminista interfere/interferiu na sua prática acadêmica? Como?
10. Você acredita numa ciência feminista? Por que e como?
11. Você acredita na prática de uma ciência militante? Por quê?
12. Você me indicaria alguém que considera interessante que eu entreviste para esta pesquisa?